



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**

RITA ADRIANA DA SILVA PALHETA MENDONÇA

**HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA:
Caminhos para combater o racismo**

MACAPÁ/AP

2020

RITA ADRIANA DA SILVA PALHETA MENDONÇA

**HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA:
Caminhos para combater o racismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como requisito avaliativo para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Saberes Históricos no Espaço escolar

Orientadora: Dr^a. Simone Garcia Almeida

MACAPÁ/AP

2020

RITA ADRIANA DA SILVA PALHETA MENDONÇA

Esta dissertação foi julgada e aprovada pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá

BANCA AVALIADORA

Prof^a. Dra. Simone Garcia Almeida (orientadora)
Universidade Federal do Amapá
Mestrado Profissional em História

Prof^a. Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos
Universidade Federal do Amapá
Mestrado Profissional em História

Prof^a. Dra. Eugenia da luz Silva Foster
Universidade Federal do Amapá
Mestrado em Educação

Data da defesa ____/____/____

Resultado _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da vida e por ter me concedido força e sabedoria nesta caminhada.

À minha querida mãe, Sylla (in memoriam), que não mediu esforços para educar seus filhos e que foi meu maior exemplo de vida, de mulher forte e generosa. Sei que me acompanhastes em toda a trajetória.

Ao meu pai, Vanderlei, meu exemplo de superação, que no seu silêncio sempre buscou o melhor para seus filhos.

Ao meu marido, Elinaldo, companheiro e amigo de todas as horas, incentivador e crítico que me ajudou a vencer esta batalha. Se cheguei até aqui devo isso a você também.

Aos meus filhos, Danilo e Isabele, meus amores que souberam ser compreensivos nas minhas ausências. Essa conquista é pra vocês.

As minhas irmãs e irmãos que venceram junto comigo as adversidades da vida, meu muito obrigado pelo incentivo e por acreditarem que eu chegaria onde quisesse.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Simone Garcia Almeida, que com sua paciência e generosidade forneceu-me o amparo intelectual necessário para concluir este processo. Sou muito grata pelas leituras, questionamentos e apoio.

Aos professores do Profhistória 2018/UNIFAP pela dedicação a educação e por partilhar conosco seus ensinamentos, em especial, a prof^ª. Dr^ª. Cecília Bastos, um exemplo de educadora que através de sua doação me fez acreditar que a educação pública é viável.

Aos colegas da turma do Profhistória 2018/UNIFAP, guerreiros que buscam incessantemente uma educação de qualidade. Obrigada por partilhar suas angústias e alegrias.

Ao corpo técnico-administrativo, docentes e discentes da EE Professor José Barroso Tostes, meu imenso agradecimento pelo apoio e o compromisso com a educação. Sou feliz por fazer parte dessa grande família.

A todos os amigos que a vida me deu, que de alguma forma me auxiliaram nessa trajetória, com um abraço, com uma palavra de incentivo, com os momentos de descontração. Meu carinho a todos.

Aos amigos Silvano e Silvia pela paciência, dedicação e ajuda na organização deste trabalho. Obrigada pela amizade e profissionalismo.

Deixo aqui meu muito obrigado a todos que de alguma forma estiveram presentes nessa fase de minha vida.

RESUMO

Este estudo trata das representações apresentadas sobre o negro no contexto escolar e livros didáticos de História que são utilizados pelos alunos da rede pública estadual de ensino do Amapá, de modo particular, na Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, localizada no município de Santana. Questiona de que forma a escola com seus materiais didáticos, aliada à prática docente, contribuíram ou contribuem na construção de uma imagem estereotipada e preconceituosa sobre os negros em meio a sociedade; reflete sobre o racismo e o processo de estereotipagem nas escolas brasileiras, em especial no Estado do Amapá; analisa de que maneira o ensino de História com seus conceitos, fundamentos e método podem contribuir para a ressignificação da imagem do negro no ambiente escolar. Ademais, apresenta os desafios para a implementação da lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da História da África e da cultura Afro-brasileira, com o intuito de uma educação antirracista; discute as possibilidades de inserir a História da África e dos afro-brasileiros na sala de aula. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho configurou-se numa abordagem qualitativa consubstanciada pela pesquisa documental, bibliográfica, interpretação do contexto escolar e do livro didático e paradidático de História, utilizou-se também a metodologia intervencionista, com o desenvolvimento do projeto “Conhecendo e valorizando a história e a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo” realizado com os alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, para a implementação desse projeto aplicou-se a metodologia desenvolvida por Isabel Barca (2004), as aulas oficina, a qual utiliza múltiplos recursos para alcançar os objetivos propostos, nesta metodologia o professor é aquele que organiza atividades problematizadoras e o aluno o agente de sua formação munido de experiências e ideias prévias, com isso o resultado é o material produzido pelo aluno. As aulas oficina deram origem a um catálogo com propostas de atividades educativas, cujo objetivo é apresentar a professores possibilidades de inserção do tema cultura africana e afro-brasileira nas salas de aula do Ensino Médio de forma interdisciplinar, possibilitando, assim, aos estudantes, descendentes de africanos ou não, conhecerem sua identidade étnico, histórico e cultural, desconstruírem estereótipos que inferiorizam e excluem o negro nesta sociedade, que aprendam a respeitar as expressões culturais negras e de outras raízes étnicas que fazem parte da história e da vida de nosso país e que reconheçam o Brasil como um país multicultural.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Livro didático. Racismo. Cultura africana e afro-brasileira. Catálogo.

ABSTRACT

The present paper deals with the representations presented about the black people in the school context and history textbooks that are used by students from the Professor José Barroso Tostes State School, located in Santana city, Amapá, Brazil. It is questioned how the school with its teaching materials, combined with teaching practices has contributed to the construction of a stereotyped and prejudiced image about black people in society; reflects on racism and the stereotyping process in Brazilian schools, especially in the State of Amapá; it is analyzed how the teaching of history with its concepts, foundations and methods can contribute to the redefinition of the image of black people in the school environment. Furthermore, it presents the challenges for the implementation of Law No. 10.639/2003, which made the teaching of African History and Afro-Brazilian culture mandatory, with the aim of anti-racist education and the possibilities of inserting the History of Africa and Afro-Brazilians in the classroom. The methodology used for the elaboration of this work was constituted in a qualitative approach corroborated by the documental and bibliographic research, interpretation of the school context and the didactic and paradidactic books of History, the interventionist methodology was also used, with the development of the project “Knowing and valuing African and Afro-Brazilian history and culture: ways to combat racism” carried out with high school students at the Professor José Barroso Tostes State School. For the implementation of this project, the methodology developed by Isabel Barca (2004) was applied: with workshops, which uses multiple resources to achieve the proposed objectives, in this approach the teacher is the one who organizes problematizing activities and the result is the material produced by the students as the agents of their own formation with previous experiences and ideas. The workshop classes gave rise to a catalog with proposals for educational activities, the aim of which is to give teachers possibilities of inserting the theme of African and Afro-Brazilian culture in high school classrooms in an interdisciplinary way, enabling students, whether or not Afro-descendants, to know their ethical, historical and cultural identity, to deconstruct stereotypes that diminish and exclude black people in this society, to learn to respect the black cultural expressions and other ethnic roots that are part of the history and life of our country and to recognize Brazil as a multicultural country.

KEYWORDS: History teaching. Textbook. Racism. African and Afro-Brazilian culture' Catalog.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I - O Racismo na escola: Desafios e possibilidades de combatê-lo	15
1. A Constituição do racismo no Brasil	20
1.1- O racismo e sua influência na formação das representações sociais sobre o negro.....	25
1.2- O racismo e sua influência na formação da identidade negra.....	27
1.3-O racismo na escola.....	29
2. Movimento negro e a luta por direitos.....	33
3. A Lei 10.639/03: Desafios e avanços	41
3.1. Amapá: Lei 10.639/03 entraves e desafios.....	46
3.2. Escola Estadual Professor José Barroso Tostes: Lei 10.639/03, sutilezas do racismo, entraves e desafios	52
Capítulo II - O Ensino da História e os materiais de apoio para a questão da cultura africana e afro-brasileira	58
1. A história do ensino de História e a questão étnico-racial nos livros didáticos	58
2. Utilização do livro didático e paradidático no ensino de História na Escola Estadual Professor José Barroso Tostes	62
2.1- A presença do negro no livro didático do Ensino Médio.....	64
2.1.1 – O negro no livro didático de História	67
2.2- A história da África e dos afro-brasileiros nos livros paradidáticos: fonte, auxílio, reflexão e produção	81
2.2.1- O negro no paradidático de História	84
Capítulo III - História e cultura africana e afro-brasileira na sala de aula: Conhecimento e ação	91
1. As possibilidades do conhecimento da história africana e afro-brasileira como meio de combater o racismo.....	92
1.1- A sala de aula como espaço de aprendizagem significativa.....	98
1.2- Oficina de Abayomi	99
1.3- A África e o Brasil africano nos livros paradidáticos.....	102
1.4- Oficina: Palavras e sabores africanos	112
1.5 - Oficina de material didático: brincando e aprendendo com as Abayomi.....	115
1.6 – Oficina de africanidade: turbantes e adornos.....	119

1.7 – Oficina: Quebrando as máscaras do preconceito e construindo as máscaras de significados	123
1.8 - Diferentes formas de apropriação da História e culturas africana e afro-brasileira	132
1.8.1- Atividades desenvolvidas pelos professores e alunos de 1º ano	132
1.8.2– Atividades desenvolvidas pelos professores e alunos de 2º ano.....	136
1.9 – Culminância do Projeto	139
2. O Catálogo “História e cultura africana e afro-brasileira na sala de aula: caminhos para combater o racismo”	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
APÊNDICES	160

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mural da Escola Professor José Barroso Tostes, Santana-AP.....	55
Imagem 2: Texto complementar “A Diversidade da África”	71
Imagem 3: Segregação por fatores étnicos	73
Imagem 4: Ciência e racismo	74
Imagem 5: Questões de memorização do conteúdo	76
Imagem 6: Interpretando documentos: imagem	77
Imagem 7: Oficina de abayomi com o corpo docente, técnico-administrativo	95
Imagem 8: Alunos confeccionando as abayomi juntamente com a Professora de História e de Matemática	100
Imagem 9: Socialização do estudo no paradidático - Apresentação de paródia.....	106
Imagem 10: Socialização do estudo no paradidático - Socializando o conteúdo.....	106
Imagem 11: Cartaz construído a partir do estudo dos paradidáticos.....	106
Imagem 12: Desenho produzido a partir do estudo dos paradidáticos	107
Imagem 13: Foto das apresentações performáticas - Alunos Apresentando / Igarapé do lago	108
Imagem 14: Foto das apresentações performáticas - Alunos Apresentando / Mazagão Velho	108
Imagem 15: Foto das apresentações performáticas - Alunos Apresentando / bairro do Laguinho.....	109
Imagem 16: Foto das apresentações performáticas - Alunos Apresentando / o Curiaú.....	109
Imagem 17: Mapas temáticos produzido na disciplina geografia	110
Imagem 18: Alunos recitando poesia na culminância do projeto.....	111
Imagem 19: Poemas produzidos pelos alunos	111
Imagem 20: Painel com as palavras de origem africana	113
Imagem 21: Livro de receitas, maquete e painel elaborados pelos alunos.....	114
Imagem 22: Barracas com degustação das comidas de origem africana.....	115
Imagem 23: Degustação das comidas de origem africana.....	115
Imagem 24: Pesquisa na sala de informática.....	116
Imagem 25: Socialização da pesquisa e apresentação das maquetes	117
Imagem 26: Ornamentação da Culminância	118
Imagem 27: Alunos confeccionando e expondo o material que produziram na oficina	121
Imagem 28: Oficina de turbantes.....	122

Imagem 29: Desfile africanidades na culminância do projeto	123
Imagem 30: Estudo e socialização do conhecimento sobre as máscaras africanas	125
Imagem 31: Oficina de máscaras.....	126
Imagem 32: Oficina de Abayomi com os alunos de 1º e 2º ano.....	129
Imagem 33: Oficina de máscaras africanas com os alunos de 1º e 2º ano	130
Imagem 34: Oficina de adornos e turbantes africanos com os alunos de 1º e 2º ano	131
Imagem 35: Banner produzido pelos alunos	133
Imagem 36: Coral de Inglês.....	133
Imagem 37: Peça teatral sobre discriminação racial	134
Imagem 38: Arte em vitral produção dos alunos.....	134
Imagem 39: Dicionários com palavras de origem africana	135
Imagem 40: Mapa temático produzido pelos alunos	135
Imagem 41: Apresentação de Hip Hop.....	136
Imagem 42: Personalidades negras do Amapá, com destaque para Zé Miguel e Sacaca.....	136
Imagem 43: Exposição das fotografias das personalidades negras da escola, alunos e funcionários	137
Imagem 44: Exposição de fotografias e telas o empoderamento feminino	137
Imagem 45: A apresentação da peça navio negreiro	138
Imagem 46: Ornamentação da escola na culminância.....	142
Imagem 47: Dia da culminância do projeto.....	143
Imagem 48: Alunos e professores participando da culminância do projeto.....	144

INTRODUÇÃO

A questão racial sempre me inquietou e, escrever sobre ela foi um grande desafio para mim como professora de História do ensino médio. Ao longo de minha trajetória como professora presenciei algumas situações de racismo na escola, ademais, percebi o silenciamento e a omissão das escolas em relação a essa questão. Além de observar, também, na minha prática pedagógica e de outros professores a carência de conteúdos a respeito da História da África e dos afro-brasileiros. Percebia a invisibilidade do negro nos materiais didáticos utilizados pela escola e o silenciamento dessa questão em sala de aula. Isso me incomodava, principalmente pela existência da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula.

A partir de minha inquietação em relação ao silenciamento e a omissão das escolas em relação a essa questão, me propus a analisar o contexto escolar e seus materiais didáticos, a fim de perceber de que forma o negro é representado nos materiais expostos pela escola e, pesquisar também sobre as representações do negro, refletidas em imagens e textos, que vêm sendo apresentadas nos livros didáticos de História que são utilizados pelos alunos da rede pública estadual de ensino no Amapá, de modo particular, na Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, localizada no município de Santana. Pois, o principal questionamento sempre foi: De que forma a escola com seus materiais didáticos, inclui-se aí o livro didático de História, aliado à prática docente, contribuíram e/ou contribuem na construção de uma imagem estereotipada e preconceituosa sobre os negros em meio a sociedade? Além deste, também me questionava de que maneira o ensino de História com seus conceitos, fundamentos e método podem contribuir para a (re)construção ou ressignificação da imagem do negro no ambiente escolar?

Parti da hipótese de que o livro didático por ser um objeto que compõe a cultura escolar se constitui num instrumento que reproduz estereótipos, discriminação e preconceitos ao apresentar textos e imagens distorcidas, incompletas ou silenciando sobre a presença e contribuição dos negros na sociedade brasileira, influenciando para os casos de racismo entre os alunos. Além dessa questão acredito que um dos problemas enfrentado pelo ensino de História está na formação do professor e na transposição didática, muitos professores não tiveram formação necessária para lidar com a questão racial na sala de aula, não possuem suporte pedagógico ou não dominam metodologias de ensino para fazer essa integração ou mediação do que está nos livros e o que é repassado para o aluno, em que estes acabam não

percebendo nos materiais didáticos distorções, exclusões, preconceitos e silêncios, assim continuam perpetuando ideias preconceituosas historicamente construídas.

Assim sendo, este estudo se faz necessário haja vista que a escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações sobre o negro são difundidas, portanto tem o dever de desconstruir as imagens que desumanizam e desqualificam as pessoas negras, além de contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e de promover uma educação intercultural.

Desta forma, este estudo se propôs a identificar como se deu a construção dos discursos sobre o negro nos diferentes momentos e contextos da sociedade brasileira e como as imagens e maneiras de olhar o negro vão refletir e se apresentar nos livros didáticos de História, além de observar se esses livros estão de acordo com a proposta curricular que através da lei 10.639/2003 tornou obrigatório o estudo da História da cultura africana e afro-brasileira, com o objetivo de uma educação antirracista que supere as práticas discriminatórias e excludentes contra negros no espaço escolar.

Este estudo no primeiro momento (primeiro e segundo capítulos) terá como enfoque a Pesquisa Qualitativa por apresentar caráter exploratório, que visam a pesquisa dos pressupostos teóricos, a interpretação do contexto escolar e do livro didático e paradidático de História. Os procedimentos utilizados para que este estudo se concretizasse foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo as quais foram a base da análise do contexto escolar e dos materiais didáticos expostos pela escola como murais e cartazes. Em um segundo momento (no terceiro capítulo), a metodologia utilizada foi a intervencionista, na qual desenvolvi o projeto “Conhecendo e valorizando a história e a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo” com os alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, pois ao iniciar os estudos a minha grande questão era o que fazer com os pressupostos teóricos e dados coletados, então, resolvi enfrentar outro desafio o de articular teoria e prática, por acreditar que um dos caminhos para se trabalhar a questão racial na sala de aula é construir estratégias de integração entre pressupostos teóricos e práticas, por isso, desenvolvi este projeto na escola campo¹, o qual deu origem a um catálogo com atividades educativas com o intuito de apresentar aos professores algumas possibilidades de inserção do estudo da História e da cultura Africana e afro-brasileira nas salas de aula do Ensino Médio de forma interdisciplinar.

¹ Na descrição do 3º capítulo abordo mais detalhadamente a metodologia utilizada para viabilizar o projeto.

Para tanto, organizei este trabalho em três capítulos, de modo que no primeiro capítulo intitulado de “O Racismo na escola: Desafios e possibilidades de combatê-lo”, no qual faço uma discussão teórica acerca do racismo no Brasil e na escola, assim como sua influência na formação das representações sociais sobre o negro, também neste capítulo discorro sobre a trajetória do movimento negro no Brasil por ações afirmativas, principalmente no âmbito educacional e a conquista da Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a História e a cultura da África e dos afro-brasileiros, visando a promoção da igualdade racial, destaco também os obstáculos, algumas iniciativas particulares e coletivas para viabilizar a implementação desta lei. Para fundamentar essa discussão trouxe alguns autores como Lilia Schwarcz (1993), que analisa as teorias raciais no Brasil entre os anos de 1870 e 1930; Stuart Hall (2016), que discute sobre cultura e representação social; Kabengele Munanga (2005), que discute a questão racial, os caminhos para superar o racismo na escola e na sociedade em geral; Nilma Lino Gomes (2017), que analisa e apresenta a luta do movimento negro por emancipação e direitos, principalmente, por educação.

No segundo capítulo intitulado “O Ensino da História e os materiais de apoio para a questão da cultura africana e afro-brasileira”, discorro sobre a história do ensino de História e a questão étnico-racial nos livros didáticos, no qual analiso como os negros estão representados ou invisibilizados no livro didático de História utilizados pelos alunos da escola campo, ainda observo se estes livros estão cumprindo o que dispõe a Lei 10639/2003. Também neste capítulo analiso livros paradidáticos, encontrados na escola campo, que trabalham a história da África e dos afro-brasileiros, como possibilidade de auxiliar este estudo em sala de aula. Como referência neste estudo, utilizei entre outros a autora Circe Bittencourt, que no seu livro Ensino de História Fundamentos e Métodos (2018), mostra como analisar os livros didáticos e paradidáticos, levando em consideração a sua forma, o conteúdo escolar e o conteúdo pedagógico.

No terceiro capítulo apresento as ações desenvolvidas no projeto “Conhecendo e valorizando a história e a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo” desenvolvido na escola campo e a metodologia de trabalho para a elaboração das propostas educativas para se trabalhar essa questão em sala de aula. Para desenvolver essas atividades utilizei como referência a metodologia proposta por Selva Guimarães (2010) e Brodbeck (2013), para ambos o trabalho com projeto visa à realização de uma produção onde as tarefas para a sua concretização são empreendidas pelos alunos sob a orientação do professor, no qual, Brodbeck, propõe o desenvolvimento dos projetos pedagógicos através da

prática da interdisciplinaridade, para que as diferentes áreas do conhecimento mantenham um diálogo permanente com outros conhecimentos.

Este projeto foi desenvolvido em três momentos, no primeiro momento foi a fase de elaboração, identificação e discussão do problema e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas; o segundo momento foi a fase de desenvolvimento do projeto, as oficinas com estudo do tema, discussões e produção de material didático, a fase onde as atividades planejadas foram colocadas em prática, para desenvolver esta segunda fase utilizei a proposta de Isabel Barca (2004), através de aulas oficinas, nas quais, neste paradigma educacional, o aluno é agente de sua formação, dotado de ideias prévias e experiências diversas, o professor é concebido como um investigador social e organizador de atividades problematizadoras. Nestas aulas, utiliza-se de múltiplos recursos para alcançar os objetivos propostos, sua avaliação se dá através do material produzido pelo aluno. Já o terceiro momento foi a culminância do projeto, em que se apresentou para a comunidade escolar os resultados das atividades desenvolvidas, socialização dos saberes adquiridos e produzidos.

As atividades desenvolvidas ao longo do projeto nas aulas oficinas, deram subsídios necessários para a elaboração do “produto”, o Catálogo intitulado “História e cultura africana e afro-brasileira na sala de aula: caminhos para combater o racismo”, material construído com o intuito de apresentar aos professores algumas possibilidades de inserção do estudo da História e da cultura Africana e afro-brasileira no Ensino Médio. As propostas educativas que são apresentadas foram pensadas como instrumentos que poderão auxiliar aos professores na sala aula e oferecem aos mesmos a possibilidade de se trabalhar de forma interdisciplinar esta questão.

CAPÍTULO I

O RACISMO NA ESCOLA:

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE COMBATÊ-LO

Esta pesquisa parte de uma inquietação minha como professora do Ensino Básico, especificamente do Ensino Médio. Em 2017, a Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, na qual trabalho, enfrentou um caso grave de racismo², em que um aluno pardo tirou uma fotografia de um aluno negro e escreveu embaixo “me rouba logo”. Esse fato repercutiu em toda a comunidade escolar causando grande inquietação para todos, além do que outros casos de racismo e discriminação já tinham sido relatados por vários alunos, principalmente os apelidos que aparentemente são inofensivos, mas que carregam e demonstram todo o racismo introjetado nas pessoas.

Essa questão já vinha me inquietando há algum tempo por perceber que a prática do racismo e da discriminação era pouco discutida no ambiente escolar. E que, na maioria das vezes quando ocorrem situações como essa, as escolas, em geral, camuflam ou omitem o problema, fazendo de conta que a situação não existe, dando a entender que o preconceito e a desigualdade entre os alunos são ilusórios, logo, não se preocupam em mobilizar e preparar os seus profissionais para lidar com situações de discriminação. Portanto, isso me permitiu pensar que o espaço escolar ainda não está suficientemente preparado para discutir e combater tal questão.

Observando os materiais didáticos expostos pela escola em questão, percebi a invisibilidade do negro nesses materiais e como o racismo está arraigado no nosso cotidiano, de forma, na maioria das vezes bem sutil, através das brincadeiras ou expressões que já foram naturalizadas por quem as pratica, geralmente não são intencionais, mas são essas práticas que continuam disseminando os preconceitos em relação ao negro³.

²Segundo Munanga (2003), o termo racismo é um pouco controverso por não se ter um consenso em relação ao conceito de raça, mas na atualidade a maioria das pessoas entende o racismo como conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias, consiste em uma atitude depreciativa e discriminatória que não é baseada em critérios científico sem relação a algum grupo social ou étnico. O racismo revela-se em três níveis no individual no qual, um membro de um grupo racial julga-se superior em relação a grupos; no institucional onde, as instituições como escola, hospitais, igrejas limitam, a partir de algumas práticas, o acesso, as escolhas, os direitos de certos grupos de pessoas e o cultural quando os saberes e herança cultural de determinado grupo étnico-racial é negado, não é valorizado e respeitado. O termo raça aqui utilizado deve ser entendido na concepção sociológica, pois biologicamente não existem raças, mais a frente irei tratar sobre essa questão.

³O termo “negro” foi utilizado pelo dominador europeu para esvaziar a identidade dos diversos povos africanos escravizados, homogeneizando-os. Porém, ao longo deste trabalho será utilizado na forma como foi ressignificado pelo movimento negro: uma identificação positiva, com os valores étnicos, utilizaremos para designar o afro-brasileiro ou afrodescendente, sem conotação pejorativa.

Essa problemática me fez refletir sobre o papel do professor diante dessa questão, será que o professor tem formação necessária ou material pedagógico que lhe proporcione condições de discutir e combater essas práticas? A escola necessita de professores qualificados, sensíveis a questão e que possam direcionar de forma positiva as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, para que as posturas, atitudes e palavras preconceituosas possam ser modificadas, pois nossos alunos negros frequentemente tentam ser muito discretos, quase invisíveis para não serem motivos de piadinhas, ou então deixam de ir a escola. Situações como essas que mostram a necessidade de serem pensadas por toda a comunidade escolar buscando soluções para que predomine neste ambiente o respeito mútuo.

Sabemos que o racismo é uma prática diária, vivemos num país no qual a herança do preconceito racial é muito presente, na maioria das vezes, negado, mas implícito nas atitudes interpessoais, principalmente nas instituições escolares através dos apelidos, piadas, nos materiais didáticos e práticas pedagógicas.

Acredito que a escola tem um importante papel na reconstrução/ressignificação da imagem negativa do negro construída ao longo da história desse país. Penso que a reversão desse quadro de preconceito, introjetado pela cultura racista está na educação. A educação que possibilitará aos educandos e sociedade em geral questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos, tal visão do ser humano é fruto de uma educação eurocêntrica, a qual conduziu a elaboração teórica de raça caracterizando-a por cor criando uma hierarquia entre elas para naturalizar as relações de dominação entre europeus e não europeus. QUIJANO⁴(2005) fundamenta essa proposição dizendo que a raça é uma categoria mental da modernidade que se referendou nas diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, elaborando referências biológicas diferenciais entre grupos, criando na América novas identidades como por exemplo, índios, negros, mestiços e europeus (Espanhol e Português), segundo ele essas novas identidades passaram ter uma conotação racial. Quando as relações sociais de dominação foram se estabelecendo, essas identidades foram associadas a hierarquias, “raça e identidade foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (2005, p.117).

Acrescenta que com o tempo os colonizadores codificaram como cor os traços fenótipos dos colonizados passando a ser características da categoria raça. Essa codificação, segundo sua pesquisa, é provável que foi estabelecida inicialmente na área da América Inglesa, pois era um local onde os negros eram a raça colonizada mais importante e a

⁴ O sociólogo peruano Aníbal Quijano, membro-fundador do grupo Modernidade/Colonialidade, foi um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial.

economia dessa região dependia deles, conseqüentemente, “os dominantes chamaram a si mesmos de brancos” (2005, p.119). Para Munanga (2012), a cor da pele também passou a ser um marcador de identidade, não como uma tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas ou amarelas, ela resultou de um longo processo histórico que inicia no século XV com a dominação do continente africano pelos portugueses e pelo tráfico negreiro, em que a cor da pele negra passou a ser objeto de representações negativas atribuída a esse grupo e posteriormente introjetada pela população e pelas próprias vítimas. Portanto, essa hierarquização, de superioridade e inferioridade, classificada por cor da pele, da mesma forma que foi construída, balizaram as representações na sociedade e nas escolas, podem ser também desconstruída.

Segundo, CANDAU (2010), a construção dos Estados Nacionais na América Latina supôs um processo de homogeneização cultural, no qual a educação escolar exerceu o papel de difundir e consolidar uma cultura de base ocidental eurocêntrica, que silenciou e invisibilizou vozes, cores, saberes, crenças e sensibilidades, negando o outro de forma física e simbólica.

Creio que a escola através de atitudes, práticas, técnicas e linguagens renovadoras possa quebrar as barreiras do racismo. Desta forma, me propus a analisar o contexto escolar, com seu material didático, principalmente, os livros didáticos de História que são utilizados pelos alunos da rede pública estadual de ensino no Amapá, de modo particular, na Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, localizada no município de Santana, no sentido de perceber qual a imagem do negro que vem sendo apresentada nesta escola.

Parto do princípio que os materiais didáticos expostos na escola – cartazes/ murais e os textos/ imagens socializados nos livros didáticos, juntamente com a prática docente contribuíram e contribuem na construção e na naturalização da imagem estereotipada e preconceituosa sobre os negros que podem influenciar para os casos de racismo entre os alunos. No entanto, por outro lado, o ensino de História com seus conceitos, fundamentos e métodos pode contribuir com a ressignificação da imagem do negro na sociedade e que a instituição escolar pode reverter esse quadro de discriminação e preconceito.

Desse modo, a partir de minha inquietação comecei a buscar possibilidades de ajudar a mudar esse quadro de preconceitos no ambiente escolar. Como já citado, o racismo muitas vezes se apresenta de modo bem sutil sem que percebamos, então, optei em investigar como ele se apresenta no ambiente da escola campo, nos materiais didáticos - cartazes/ murais do

entorno da escola e nos livros didáticos de História analisando como os textos e imagens nesses livros trabalham a questão étnico-racial, percebendo como o negro está sendo representado ou se está sendo invisibilizado, além de observar se a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o estudo da História da África e dos Afro-brasileiros está sendo cumprida, dando possibilidade aos alunos de conhecerem a cultura negra brasileira e a importância desse povo na formação histórica e cultural deste país, pois sabemos que este estudo em muitas escolas está silenciado.

Portanto, para compreendermos o racismo nas escolas, as práticas discriminatórias e preconceituosas que envolvem um universo composto de relações pessoais entre estudantes, professores, todo corpo escolar com seus diferentes materiais didáticos, buscaremos, neste capítulo, conhecer como se deu o processo de constituição do racismo e estereotipagem no Brasil. Processo este que inicia com a colonização e vai se fortalecendo com teorias raciais e ideologias dominantes, faremos uma breve abordagem sobre essa questão, destacando a influência do racismo na formação das representações sociais acerca do negro e a influência na formação e aceitação da identidade negra pela sociedade e pelo próprio negro.

A partir de então, apresentaremos a luta do movimento negro por uma educação antirracista e pela implantação da Lei 10.639/03, destacando os objetivos e os desafios para a sua implementação, em especial, as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação para pô-la em prática. Um dos pontos a ser destacado será a falta de formação e conhecimento da História e cultura da África e Afro-brasileira para os professores da educação básica.

Também abordaremos os estudos realizados no Amapá sobre essa questão. E por fim, apresento a partir de minha vivência como professora, a presença do racismo na escola na qual trabalho, a saber, Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, escolhida como escola campo desta pesquisa. Serão relatadas as sutilezas de como as práticas de racismo acontecem, mas também a busca para combatê-lo.

Este estudo é de suma importância, visto que, nos faz refletir sobre a questão racial, pois o Brasil, por muito tempo, invisibilizou essa problemática, uma espécie de silenciamento, como se no país não ocorressem problemas de preconceito, discriminação e de racismo. Essa realidade despertou a necessidade de se discutir essas questões de forma veemente, com o intuito de combater esse tipo de comportamento ainda latente em nosso meio, sendo que um dos espaços mais propícios para essas discussões é a escola. Muito embora o espaço escolar tenha por objetivo e compromisso de ampliar horizontes, despertar o senso crítico, altruístico

e fomentar valores de cidadania. Infelizmente, ele não está livre dos problemas envolvendo as questões raciais, por vezes, também silenciando e até mesmo perpetuando essa situação.

O silêncio sobre o racismo, preconceito e discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribuiu para que as diferenças entre negros e brancos fossem entendidas como desigualdades naturais, construindo e reproduzindo a imagem dos negros como seres inferiores. Este silenciamento escolar sobre o racismo impede alunos e, conseqüentemente, a sociedade em geral de viverem livre de preconceitos, de estereótipos e dos estigmas, além de fomentar a autorrejeição, o desenvolvimento da baixa estima e outros males no indivíduo negro, muitas vezes negando a sua própria identidade.

Toda essa questão envolvendo os conflitos e a discriminação racial na escola não se restringe apenas nas relações interpessoais entre professor/aluno e entre aluno/aluno. Percebe-se também que nos próprios materiais didáticos utilizados nas salas de aula como o livro didático e demais materiais de apoio como jornais, revistas, cartazes, murais ocorre a padronização do elemento branco e, os negros em poucas exceções aparecem, quando aparecem, geralmente, é para ilustrar o período da escravidão do Brasil colonial ou em situações de subserviência ou desprestígio social.

Segundo Munanga (1996), na escola, nos materiais didáticos ou na sociedade em geral, quando se fala da escravidão no Brasil constata-se um discurso cheio de estereótipos e preconceitos que sempre estiveram aliados a uma relação de poder, entre dominantes e dominados, em que o colonizador, justifica todas as atrocidades cometidas contra os povos africanos, com a chamada “Missão Civilizatória”, cuja qual tem a missão de converter o negro aos valores europeus e ao mesmo tempo induzindo a uma visão deturpada dos africanos, conseqüentemente de sua cultura e de suas tradições como: degenerados, desvirtuados, de natureza pecaminosa, resistentes aos ensinamentos cristãos, mostrando a escravização como a única possibilidade de “salvação” desses povos.

A desvalorização e a alienação do negro estendem-se a tudo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente. (MUNANGA, 1996, p.21)

Essa herança social discriminatória e estereotipada está arraigada ao cotidiano da sociedade brasileira e inevitavelmente ao ambiente escolar. O racismo no Brasil é um fenômeno histórico, assim sendo, se faz necessária uma reflexão sobre sua origem e sua configuração na atualidade, para que assim possamos encontrar meios de combatê-lo.

1. A CONSTITUIÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil não é um fenômeno que surgiu inesperadamente, ele é fruto de um longo processo que foi sendo consolidado aos poucos tendo como ponto de partida o século XVI, período da colonização. O racismo, segundo Shohat e Stam (2006), é um produto do colonialismo e as vítimas foram aquelas que as identidades foram forçadas, os povos colonizados foram acusados de não terem cultura, portanto, o colonizador estava ali para a transmissão de sua cultura por meio da imposição. A partir da colonização iniciou-se a formação de um imaginário dominante, eurocêntrico, que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial, onde o colonizador se autodescreveu como desenvolvido e superior, com o dever “moral” de desenvolver os primitivos impondo assim as diferenças e hierarquias no sistema colonial, legitimando o racismo.

O racismo envolve um duplo movimento de agressão e narcisismo; o insulto ao acusado é acompanhado por um elogio ao acusador. O pensamento racista é tautológico e circular: somos poderosos porque estamos certos, estamos certos porque somos poderosos. Também é essencialista, a-histórico e metafísico, pois projeta a diferença através da temporalidade histórica: “eles são todos assim, e assim continuarão sendo.” (SHOHAT; STAM, 2006, p.45)

O racismo é uma construção histórica baseada na diferenciação e as suas causas são ao mesmo tempo econômicas, psicológicas e discursivas e, as atitudes racistas se dão de variadas formas, mas sempre apresentando uma visão maniqueísta entre o bem e o mal, o preto e o branco, desqualificando de alguma forma o outro. O racismo é a tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder. As instituições coloniais procuraram destituir os atributos culturais desses povos escravizados e impor uma identidade global, deixando para esses povos um legado de desvalorização e estereotipação⁵.

O discurso colonial foi fundamentado para o desenvolvimento das práticas coloniais, segundo Roger Chartier “As representações do mundo sociais assim construídas, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.” (1990, p.15). O autor identifica o vínculo existente entre a realidade social apreendida e o discurso construído para apresentá-la de acordo com os interesses de quem os produziu e mostra que há uma relação de poder existente, servindo de reforço para a relação de dominação construída, assim o discurso

⁵ Para Bhabha (2007), o estereótipo é a falsa representação de uma realidade, no qual, produzem imagens ou comportamentos preconceituosos que descaracterizam pessoas ou grupos humanos e negam as qualidades e cultura desses grupos. Os estereótipos são construções que objetivam justificar uma suposta inferioridade, legitimar a dependência, a subordinação e a desigualdade existente na sociedade.

do colonizador passa a ser construído para desqualificar o colonizado e a exploração imposta a esse grupo.

A escravização dos negros, implantada no Brasil (...) cujo interesse maior era a dinamização e abastecimento do comércio metropolitano por meio de recursos e produtos extraídos da colônia. Com esse intuito, usou-se como estratégia transformar seres humanos em 'mercadoria ou coisas' (...) tal processo fundou-se no discurso, sustentado pelos países europeus mercantilistas e pela Igreja Católica da época, de que os negros não tinham alma e, portanto não deveriam ser considerados seres humanos, logo poderiam ser comprados e vendidos como mercadorias. (XAVIER, 2009, p. 172)

O discurso colonial que coisificava o negro, tinha o intuito de dominar, subjugar esse grupo e fazer que a sociedade aceitasse tal exploração como algo natural. Portanto, devemos entender o discurso colonial como um produto historicamente construído para justificar práticas dominadoras, exploradoras e excludentes. Desse modo, foi sendo construído um imaginário de segregação e exclusão do negro na sociedade. Nesses discursos, o colonizado era visto como corpo destituído de vontades, de alma e de voz pronto para servir, reduzido a mão-de-obra.

Os discursos coloniais que classifica e subalterniza o outro passaram por transformações, tais como o racismo científico do século XIX. As teorias raciais europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo, o social darwinismo foram teorias que tomaram força no Brasil no século XIX, no qual a cor da pele passou a ser um critério de divisão entre a espécie humana, dividiu-se a espécie entre raça branca, negra e amarela e mais tarde acrescentou a forma do nariz, dos lábios, do crânio e outros para sinalizar bem a classificação, construindo assim as bases do racismo no Brasil. Essa divisão permanece até hoje no imaginário coletivo.

Um dos exemplos dessas teorias, citada por Schwarcz (1993), é a de Lapouse um teórico francês, que apresentava a história da humanidade como uma luta entre as raças, na qual evidenciava a superioridade da raça branca sobre a negra e indígena e, também a teoria de Seignobos, que difundiu a ideia de que os negros eram inferiores e necessitavam de tutela.

Assim, passou-se a relacionar o patrimônio genético/ biológico com as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais dos grupos humanos, enfatizando a superioridade branca sobre as demais e, à medida que as relações sociais iam se configurando em relações de dominação, as identidades associadas a cor da pele, foram sendo hierarquizadas, ou seja, lugares e papéis sociais era correspondentes e constitutivas dela, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social da população.

Segundo Schwarcz (1993), estas teorias passaram por adaptações, sendo atualizadas de acordo com o contexto político e social brasileiro, ou seja, os intelectuais da época aproveitavam o que imaginavam combinar com o país e descartaram o que era problemático para a construção de uma argumentação racial sobre a nação, Xavier (2009), em seus estudos enfatiza essa questão:

Durante o estabelecimento das políticas abolicionistas do século XIX, que tem como referência teórica a acepção de ciência originada no positivismo social e no darwinismo biológico, estavam as bases de um pensamento intelectual que tinha como uma de suas premissas a construção da identidade nacional ou a ideia de nação. A versão brasileira do positivismo social/darwinismo biológico desenvolveu-se, sobretudo, por meio das concepções eugenistas, apoiadas, inicialmente, na teoria de melhoria genética das espécies para conformação ao meio social. No nosso caso, a teoria eugênica foi adaptada por alguns dos principais teóricos da época (Silvio Romero, Monteiro Lobato...) para explicar a superioridade e inferioridade das raças humanas. (XAVIER, 2009, p.173)

É importante compreender que no Brasil a teoria eugênica⁶ sofreu adaptação e passou a ser conhecida como teoria do embranquecimento e esta foi transformada em política pública oficial do Estado brasileiro implementada por meio da imigração europeia. Acreditava-se que os negros seriam dizimados ou incorporados pelo processo de miscigenação.

As teorias raciais predominaram como justificativa para desigualdade racial até aproximadamente as décadas de 1930 e 1940, muitos intelectuais buscavam compreender a singularidade de um país mestiço. Foi nesse período que a obra Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire, tornou-se referência no Brasil. A ideia de que o Brasil era um país miscigenado, no qual havia uma convivência racial harmônica foi sendo cada vez mais aceita. A mestiçagem que antes era condenada tornou-se sinônimo de tolerância racial, como se na sociedade brasileira não houvesse desigualdade racial. Para Candau (2010), o objetivo era eliminar os conflitos raciais entre os diferentes grupos sociais e continuar perpetuando estereótipos e preconceitos, seguindo a lógica de que os diferentes grupos étnico-raciais desde o início do processo colonizador foram se integrando “cordialmente”, levando-nos pensar que as diferentes posições hierárquicas entre as pessoas devem-se à capacidade e empenho dos indivíduos e/ou à inferioridade de determinados grupos. Essa ideia se disseminou no imaginário social contribuindo para que as sociedades não se reconhecessem como hierarquizadoras, discriminadoras e racistas.

⁶ Prática avançada do darwinismo social – a eugenia- ,cuja meta era intervir na reprodução das populações, o termo eugenia significa - eu: boa; genus: geração.(Schwarcz,1993, p.78)

Tais concepções, na segunda metade do século XX, passaram a ser questionadas e debatidas por Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros estudiosos, tendo como principal questionamento a harmonia racial, no qual passou-se a perceber que a teoria da democracia racial era um mito, que por trás dessa teoria estava a negação de um dos grandes problemas da nossa sociedade, o racismo. A partir de então, surgem estudos significativos que passaram a repensar a situação do negro na sociedade brasileira. Ainda no século XX, descobriu-se através das pesquisas genéticas que a raça não é uma realidade biológica, ou seja, cientificamente as raças não existem.

Para Munanga,

Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2003, p.5)

Portanto, o conceito de raça como utilizamos hoje não tem a ver com o determinismo biológico, mesmo assim, equivocadamente, foi impregnada no imaginário coletivo através dos discursos de quem detinha o poder. Sendo assim, a ideia de raça e as imagens e representações estereotipadas sobre o negro apresentadas ao longo da história do Brasil foram construções discursivas no sentido de regular as práticas sociais existentes, as quais permanecem no imaginário coletivo contribuindo para a manutenção do racismo na sociedade.

Na atualidade, o racismo tem se apresentado de forma muito clara quando nega a humanidade das pessoas negras, atribuindo-lhes características ligadas a animais, a objetos, através de piadinhas, brincadeiras que no meio social foram sendo naturalizadas. Para Hall (2016), a naturalização é uma estratégia representacional que fixa a diferença e se ancora em determinadas formulações discursivas ou ideológicas como, por exemplo, a escravidão no Brasil, que até o século XIX era vista como algo natural e pouco questionável, os brancos, considerados superiores, comandavam e os negros inferiores, ou incivilizados, que

trabalhavam. Portanto, o racismo é uma construção baseada na diferenciação, na qual se reforça a suposta qualidade de um grupo sobre o outro, gerando a discriminação, o preconceito e o estereótipo. Para ele, o estereótipo é a naturalização e fixação da diferença entre o eu e o outro, através de um discurso binário: civilização (branco) e selvageria (negro).

No caso brasileiro percebemos claramente essa inferência, na nossa sociedade foram enfatizadas as características biológicas ou corporais entre brancos e negros, o belo (pele clara, cabelos loiros, olhos azuis) e o não belo (pele escura, cabelo encaracolado, olhos escuros), no qual se dividiu o normal e aceitável de referência branca, do anormal e do inaceitável de referência negra, buscando legitimar o negro como inferior.

Logo, infere-se que o estereótipo é uma forma de demonstrar o poder simbólico do discurso. Dessa forma, a estereotipagem reduz alguns fundamentos fixados pela natureza a umas poucas características exageradas e simplificadas, ou seja, “A estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’; em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de ‘cisão’, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente” (HALL, 2016, p. 191). O estereótipo aponta tudo que está fora das regras, na visão de quem detém o poder, regras que são delineadas para fixar limites e excluir. Os estereótipos são construídos para manter uma determinada ordem social. Por exemplo, o cabelo carapinho, o nariz, achatado, a boca grande e carnuda, a pele negra foram características biológicas associadas a seres primitivos, logo algo feio, ruim, que devia ser excluído. Essas ideias foram sendo naturalizadas e fixadas e permanecem até hoje no imaginário coletivo.

Ao escrever acerca dos estereótipos, Burke (2004) nos leva a refletir como as pessoas transformam seres em outro. Para ele, isso ocorre quando nos deparamos com diferentes culturas e tendemos a vê-la como o reflexo da nossa cultura ou do meu eu. Desta forma, negamos e ignoramos a cultura do outro, ou quando vemos a outra cultura como oposta a nossa, passamos a hostilizá-la impondo padrões semelhantes ao nosso. Foi o que ocorreu aqui no Brasil, os europeus usaram a justificativa de que precisavam civilizar os povos da América e da África, como se fossem os únicos detentores de conhecimentos, renegaram os conhecimentos culturais dos indígenas que aqui viviam e dos africanos que foram trazidos para este país, construindo e impondo o referencial ocidental, omitindo, silenciando e oprimindo a cultura desses povos.

Passaram assim a construir uma visão estereotipada desses povos tendo como referência os padrões culturais europeus, os não civilizados, os que professam religião

diabólica, em alguns momentos criando estereótipos extremamente grosseiros “baseados na simples pressuposição de que ‘nós’ somos humanos ou civilizados, ao passo que ‘eles’ são pouco diferentes de animais como cães e porcos” (BURKER, 2004, p.157). Assim, transformando o outro em exótico e diferente do eu (europeu). Deste modo, foi sendo criadas representações sociais sobre o negro a partir da visão do europeu, uma visão completamente estereotipada.

1.1- O racismo e sua influência na formação das representações sociais sobre o negro

As representações são os meios ou maneira, nas quais, as pessoas apreendem, organizam e pensam as diferentes realidades culturais, além disso, a forma de como apreendem se expressa em comportamentos e práticas sociais. Nas relações sociais os discursos vão sendo construídos e produzindo sentidos que influenciam nas práticas culturais, as ideias são postas em práticas e usadas para regular as condutas dos outros.

Para Chartier a representação tem dois sentidos,

(...) por um lado a representação como dando a ver uma coisa ausente o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro a representação como exibição de uma presença como apresentação pública de algo ou alguém (CHARTIER, 1990, p.20).

As representações partem de algo que já existe, mas nem sempre exprimem o real, elas podem ser uma construção discursiva para representar o real. E essas construções dependem muito da carga ideológica que cada um carrega. Os sentidos são construídos a partir do grupo social que detém o poder, seja econômico, ideológico ou científico. Em determinado momento da história do Brasil usou-se a ciência para se construir uma representação sobre o negro, usou-se o discurso que o seu biológico o tornava inferior, portanto, foi criada uma imagem estereotipada de inferioridade baseada nos discursos estabelecidos. Todavia é importante se questionar porque essas representações são construídas, qual o real objetivo e a quem interessa manter essas construções. As representações construídas de certa forma geraram outras representações que passaram a modelar a forma de ver e pensar o negro na sociedade brasileira. Mas, também os silêncios, as ausências foram determinantes para a criação de uma maneira equivocada e estereotipada de conceber o negro nesta sociedade.

As representações sociais são construídas muitas vezes a partir do senso comum dos indivíduos, a partir de imagens, de crenças, de contos, de mitos e ideologias que são concebidas nas relações coletivas. Entretanto, assim como foram criadas representações que negativaram a imagem do negro, outras representações também podem ser construídas de

forma que possam positivar essa imagem na sociedade. Nesta perspectiva, Silva (2011, p.31) assevera:

Transformar as representações sociais significa transformar os processos de formação de conduta em relação ao outro representado, bem como as relações com esse outro, porque na medida em que essas representações não apresentarem objetos de recalque e inferiorização desse outro, a percepção inicial e o conceito resultante dessa percepção, em nossa consciência, terá grande aproximação com o real.

Portanto, a transformação das representações sociais sobre o negro no sentido positivo, poderá contribuir na afirmação de uma identidade negra, que por vezes é negada, em função da desqualificação da figura do negro, como também contribuir para uma reeducação do olhar sobre o negro em meio à sociedade. Entretanto, as representações negativas do negro só poderão ser transformadas a partir de práticas concretas e é nesse sentido que os movimentos sociais negros do Brasil vêm buscando, através de seus militantes, desenvolver, por exemplo, pesquisas que possam gerar novos conhecimentos sobre a cultura negra e transformar a sua própria percepção sobre o negro e a percepção da sociedade como um todo.

A escola tem um papel fundamental nessa reelaboração das representações, dando visibilidade à questão da diversidade racial e cultural; problematizando as imagens construídas no sentido de ressignificar conceitos; construindo práticas pedagógicas que valorizem e respeitem as raças; revendo seu material pedagógico, como também os próprios livros didáticos. Além disso, a escola precisa criar mecanismos para questionar conteúdos, imagens e ausências, essas atitudes contribuirão na desconstrução de estereótipos e possibilitará ao aluno construir novas representações sobre o negro, favorecendo, assim, a superação das práticas racistas nas escolas e na sociedade e para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e justa.

O papel da educação é fundamental nesse processo de desconstrução de estereótipos, pois incide no imaginário coletivo, nas mentalidades e nas representações das identidades culturais presentes na sociedade, entretanto, sabe-se que a escola através de seus profissionais, suas práticas e materiais didáticos contribuem com a propagação desses estereótipos. Contudo, um olhar mais atento no cotidiano escolar evitará conflitos e discriminações, um olhar sobre os materiais pedagógicos como murais, revistas, jornais e livros, a observação do tipo de referência que esses materiais possuem, se estão carregados de estereótipos ou se invisibilizam o negro. Estas são práticas que contribuirão na construção de uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa, pois é indispensável que a escola seja preparada para trabalhar com a diversidade cultural, as mesmas são chamadas a respeitar a realidade humana e cultural, a escola precisa refletir e lidar com as diferenças e esta é uma das propostas desse

estudo, além de ser uma das lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de cidadania plena, deseja-se uma escola intercultural, que colabore na construção de uma sociedade que articule política de igualdade com políticas de identidade⁷, no sentido de desconstruir a “falsa identidade” estereotipada e construir uma identidade baseada numa consciência crítica da identidade negra.

1.2- O racismo e sua influência na formação da identidade negra

Para falarmos de identidade negra, segundo Gomes (2005), necessita-se primeiramente entender o que seja identidade e, isso ainda é algo complexo, pois não se tem um consenso acerca desse entendimento, contudo, reconhece-se que a identidade não é algo inato, ela é construída a partir do nosso modo de ser e das relações com o outro, além de quê a identidade indica traços semelhantes sejam culturais, sócio-políticos e históricos em cada sociedade. Logo, a identidade resulta na busca de estabelecer a diferença entre um determinado grupo em relação a outros grupos, no qual nos momentos de conflitos e reivindicações se tornam um único sujeito político, resgatando assim sua autonomia e reafirmando a sua diferença. Deste modo, a formação da identidade se constitui na interação a partir de como o sujeito se vê e como o seu agir é visto pelos outros, nenhuma identidade é construída sozinha, mas nas relações dialógicas estabelecidas com os outros.

Gomes (2005) afirma que a construção da identidade envolve uma interligação pessoal e social e é enquanto sujeito social, no âmbito cultural e da história que definimos as identidades sociais (raciais, de gênero, de nacionalidade) e é a partir de determinadas situações ou condições que os sujeitos se reconhecem em distintas identidades. Para a autora, reconhecer-se numa identidade é responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um determinado grupo social. A identidade de um indivíduo perpassa por um processo que se dá a partir do olhar que tem de si próprio e do olhar do outro para ele, portanto, o processo identitário é tanto individual quanto coletivo, de certa forma, demarca a existência das pessoas no mundo.

⁷ Para Munanga a identidade faz parte de todas as sociedades e, as mesmas, através de seus sistemas de valores, selecionam aspectos considerados importantes de sua própria cultura para definir-se em contraposição ao do outro e, a definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída), têm a função de defender a unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, de manipulações ideológicas, econômicas, políticas, sociais e psicológicas. Na visão de Sílvia Novaes, a identidade só existe no plano do discurso como um recurso para a criação de um “nós” coletivo (nós negros, nós mulheres), ou seja, esse “nós” se refere a uma identidade, no sentido de igualdade, sendo um recurso fundamental para os grupos, no sentido de reivindicar espaços sociais e políticos em situações de confronto. (apud GOMES, 2005, p.40).

A partir desse entendimento buscamos compreender a identidade negra que se trata de uma identidade que não é diferente das outras identidades, é construída gradativamente, seja na família ou em outros espaços de convívio social, como bem nos ensina Gomes:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005, p. 43).

A construção identitária para o povo negro significa manter uma identidade individual que os diferencia de outros e os iguala a si mesmos, uma identidade coletiva que quer manter determinados vínculos com a tradição de origem. Entretanto, a autora citada, ressalta que não é fácil construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente ensinou ao negro que para ser aceito era preciso negar-se, pois ao longo da história desse país foram construídos valores e crenças negativas que os depreciavam. A este exemplo destaca-se o próprio corpo do negro, que durante três séculos foi tido como mercadoria, vendido e alugado. Mais tarde, no século XIX, com o racismo científico, suas características biológicas, como a cor da pele negra, a boca grande e tipo de cabelo foram associados a seres primitivos e monstruosos. Além disso, devido a sua imagem ser associada a demônios bíblicos (negando sua religiosidade), passou-se a associar o negro à feiúra, a sujeira e tantos outros adjetivos depreciativos. Isso fez com que a identidade negra passasse a ser negada para que o sujeito se libertasse das imagens negativas impostas pelo dominador. Essas imagens inicialmente foram atribuídas ao negro e mais tarde introjetadas e naturalizadas pelas pessoas e pelas próprias vítimas da discriminação racial.

Segundo Rodrigues (2012), foi pensando nesse processo de aceitação e de reconstrução de identidade, que o Movimento negro vem buscando construir, por exemplo, novos padrões de beleza. Ao contrário do que acontecia anteriormente, quando se procurava o embranquecimento para ser aceito e combater o racismo, hoje a estratégia é valorizar a “estética afro” como forma de demarcar a diferença positivamente. Gomes (2005) salienta que para compreender a construção da identidade negra no Brasil, faz-se necessário se entender, sobretudo no plano político, a tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação social, segmento este que muito contribuiu culturalmente e economicamente. Para ela o Movimento Negro é educador e tem um papel fundamental nesse processo de fortalecimento da identidade negra, pois vem buscando construir uma nova percepção desse grupo vem desempenhando o papel de ator político que luta por políticas públicas, que

produz, que constrói e articula saberes emancipatórios, que visa acima de tudo a construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e justa para todos.

Para Munanga (2005), o processo de reconstrução da identidade negra perpassa pela educação, pois o espaço escolar é constituído por diversas identidades sociais e culturais, em que seus agentes trazem consigo seus pré-conceitos e valores, portanto, é um espaço de conflitos e de divergências de concepções. Nesse contexto, o papel do professor é de fundamental importância, pois ele deve ser esse mediador de conflitos gerados por ideias preconceituosas e comportamentos discriminatórios.

A escola tem o papel de possibilitar ao aluno a compreensão do processo de construção da identidade negra e de outras identidades, criando estratégias pedagógicas para lidar com o racismo no ambiente escolar. A escola tem a função também de ensinar as contribuições de diferentes grupos culturais na construção desse país, para que nos reconheçamos como um país multicultural e é exatamente por isso que deve prevalecer o respeito mútuo, além de garantir que todos tenham acesso aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, que é a essência da cidadania.

1.3-O racismo na escola

Falar de racismo na escola não é lamentar por situações de discriminação sofridas por alunos negros, mas é dar visibilidade a essa problemática que atinge as escolas. O racismo já indica comportamento hostil em relação a alguém ou grupo e, infelizmente, é uma ação que está arraigada na escola. Pode ser uma prática individual quando um colega de classe, através de apelidos, desqualifica o outro colega pela cor da pele ou usando palavras negativas, de baixo calão. Da mesma forma, quando o professor ou a escola, ou o corpo pedagógico, não tomam atitudes frente a esses fatos, achando que são naturais os apelidos que desqualificam o negro, acabam não refletindo com a turma sobre tal problemática, essas atitudes reforçam os estereótipos e preconceitos.

Na maioria das escolas, o racismo acontece de uma forma bem sutil. Ele se dá quando a instituição escolar não revê suas práticas pedagógicas, quando não analisa o seu material didático como: os filmes utilizados em sala de aula, os livros didáticos e paradidáticos, enfim, qualquer tipo de materiais didático. Quando a escola não busca identificar se tem a presença de estereótipos e preconceitos, se tem imagens ou conteúdos que desabonem a negritude, acaba por reforçar os estereótipos. A escola também contribui com o racismo quando invisibiliza o negro em seus materiais didáticos pedagógicos, até mesmo na decoração escolar, nos cartazes produzidos sobre determinados temas, que mostram apenas

imagens de pessoas brancas, como exemplo, de pessoas esteticamente belas, os mais preparados intelectualmente, que ocupam profissões de destaque na sociedade, negando a existência de alunos, de famílias, de profissionais ocupando cargos de destaque na sociedade e que são negros. Também quando nega o ensino de raízes e tradições africanas e afro-brasileiras juntamente com as experiências vivenciadas em suas comunidades, no sentido de rompermos com os paradigmas eurocêntricos. Com isso, o racismo vai sendo fortalecido através dos estereótipos e preconceitos que a escola, de certa forma, contribui na sua propagação e perpetuação.

Em seu artigo “Linguagens Escolares e Reprodução do Preconceito”, Sousa (2005) retrata as diversas significações contidas nas diferentes modalidades de linguagens tanto nas verbais como nas não verbais (iconografia, gestos, vídeos e outras) que são utilizadas no espaço escolar, pois as mesmas podem influir na elaboração de conceitos e também de preconceitos e estereótipos acerca das pessoas e de grupos sociais. Acredita-se que a linguagem é um dos principais veículos de transmissão de conhecimento, mas também de ideologias, é o meio pelo qual se transmite as gerações futuras concepções e significados construídos, que às vezes estão imbuídos de preconceitos, ou estão supervalorizando um grupo social e inferiorizando outro.

A escola ao utilizar suas diferentes modalidades de informação, seja verbal ou não verbal, precisa ter o cuidado em analisar que tipo de mensagem está sendo socializada. Deve, antes de tudo, refletir se não está sendo preconceituosa, se não está criando e fortalecendo estereótipos, principalmente quando lida com as questões étnico-raciais, pois os diferentes discursos e linguagens podem estar influenciando sobre a perspectiva de como se vê o outro, seja de forma positiva ou de forma negativa. Esses discursos de alguma forma induzem a um agir. Se os conceitos ou imagens estiverem privilegiando um grupo racial em detrimento do outro, automaticamente a escola está contribuindo no fortalecimento do preconceito e conseqüentemente do racismo.

Sousa (2005), ao refletir sobre as diferentes modalidades de linguagens utilizadas pela escola e suas concepções, valores e estereótipos em relação aos negros, destaca dois pontos importantes: primeiro as linguagens subjacentes que ela caracterizou como uma forma de comunicação que aparentemente é ingênua e sem ideologias, mas que está impregnada de preconceitos, a referida autora cita entre essas linguagens os cartazes, peças de teatro, músicas, brincadeiras e outros que invisibilizam o negro, seja na escrita como nas ilustrações dos materiais utilizados, além de enfatizar que quando dá-se visibilidade ao negro nesses

materiais, isso acontece de forma negativa, inferiorizando-o, colocando-o em situação de subserviência ou degradante.

Nessas situações/materiais se dá ao homem branco o papel de dono do saber e da História reproduzindo a sua maneira de ser e de ver o mundo, se autofirmando como um modelo a ser seguido, como por exemplo, de beleza branca europeia, que são padrões predominantes nos meios de comunicação e na vida social e, ao negro os papéis secundários e inferiores perpetuando visões que foram construídas ao longo do tempo.

As imagens e textos no ambiente escolar podem representar um perigo se não passarem por uma análise crítica. Desse modo, é necessário observá-los nos mínimos detalhes em busca de elementos significativos, pois quando não passam por um rigor metodológico podem criar e fixar algumas memórias equivocadas que se perpetuarão. Portanto, a escola e o professor, ao fazerem uso de imagens/textos em seus murais, cartazes e nos livros didáticos, devem submetê-los a uma análise elaborada desse material. É preciso interrogá-los, perceber quais as intenções contidas nesses materiais, como e quando foram produzidos, sua finalidade, seus significados e valores para a sociedade que a produziu e porque estamos fazendo essas escolhas, pois ao escolhermos esta ou aquela imagem/texto estamos fazendo a partir dos conceitos e ideologias que carregamos. Para Sousa (2005), o dizer e o silenciar andam juntos, o fato do racismo não ser explicitado verbalmente não o torna menos presente e agressivo, pois ao se destacar apenas referências brancas induz-se a formulação de uma visão de que o mais belo, o intelectual e o heroico pertence somente a um grupo de pessoas, já as mazelas sociais aos negros.

O segundo ponto que Sousa (2005) aborda sobre as linguagens escolares é o que define como: interação, preconceitos e ambiguidade na sala de aula, ou seja, as inter-relações que se dão entre alunos negros e não negros, entre alunos negros e professores no espaço de sala de aula. A partir de depoimentos de professores constatou-se que as palavras, as brincadeiras, os apelidos, as provocações e atitudes racistas entre alunos em sala de aula são encaradas como normais, ou seja, “isso é coisa de aluno danado”, “brincadeiras”. Essas posturas racistas não são levadas a sério, não são tomados como afronta e desrespeito por esses profissionais, dificultando, assim, que a criança negra possa consolidar positivamente sua autoestima e sua identidade.

Destaca ainda que “as educadoras e educadores, muitas vezes, no afã de ajudar na solução dos conflitos raciais que presenciam na sala de aula, caem também nas armadilhas de seus próprios discursos” (SOUSA, 2005, p.112), ou seja, acabam reproduzindo através de

suas atitudes e discursos as ideologias racistas que carregam, não percebendo que suas atitudes e palavras estão cheias de preconceito e estereótipos. Portanto, se faz necessário que educadores e educadoras tenham conhecimento e um olhar crítico sobre as questões inter-raciais e cuidado para não serem propagadores de ideologias hegemônicas.

Eliane Cavalleiro (2001) chama a atenção de que a desigualdade racial não ocorre apenas no ambiente escolar, mas também em várias instâncias sociais, como nos meios de comunicação, por exemplo. Entretanto, a escola tem que buscar uma educação antirracista, que vise erradicar os preconceitos e estereótipos no seu cotidiano, tem que possibilitar, aos alunos negros atingidos por preconceitos, reconquistarem uma identidade positiva. Desse modo, a escola precisa encontrar caminhos que ajudem a coibir a prática do racismo dentro de seus espaços, garantindo assim o cumprimento do princípio constitucional⁸ que proíbe a discriminação racial. Para tanto, precisa rever toda a sua prática escolar, inclusive desvendar os silêncios. A escola tem o papel de romper com o imaginário negativo sobre o negro, problematizando as atitudes racistas detectadas no seu espaço de convivência. Analisar o porquê da situação de exclusão dos negros, refletir porque muitas vezes o negro se autorrejeita, problematizar os padrões de beleza impostos pela sociedade, ou seja, possibilitar ao aluno conhecer a realidade negra do país, a compreender a importância desse povo na sua construção histórica e cultural, perceber que essa cultura está impregnada no nosso cotidiano.

Portanto, o Ensino de História dentro da perspectiva decolonial⁹, busca neste estudo quebrar paradigmas e contribuir através do estudo da História da África e dos afro-brasileiros restituir a voz aqueles que foram invisibilizados e silenciados dentro da História do nosso país, pois a escola tem o dever de quebrar com essa visão eurocêntrica e mostrar que os povos subalternizados pelos europeus sempre resistiram a essa situação através de seus conhecimentos, seus saberes, suas lutas, e, essa História precisa ser conhecida pelos alunos e

⁸ O art. 5º da Constituição federal de 1988 torna a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível.

⁹ A decolonialidade procura transcender a colonialidade, a face sombria da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. A colonialidade continua presente nas sociedades latino americanas, em seus diferentes aspectos “A colonialidade do poder refere-se aos padrões de poder baseados em uma hierarquia (racial, sexual) e na formação e distribuição de identidades (brancos, mestiços, índios, negros). Quanto à colonialidade do saber, refere-se ao caráter eurocêntrico e ocidental como única possibilidade de se construir um conhecimento considerado científico e universal, negando-se outras lógicas de compreensão do mundo e produção de conhecimento, consideradas ingênuas ou pouco consistentes. A colonialidade do ser supõe a inferiorização e subalternização de determinados grupos sociais, particularmente os indígenas e negros”. (CANDAUI E RUSSO, 2010, p.165). Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. Os pensadores da decolonialidade lançaram outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina, nesse pensamento os sujeitos coloniais não eram e nem são sujeitos passivos. O que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemonico.(COSTA e GROSGOUEL, 2016, p.19).

sociedade em geral, para que se construa uma imagem positiva do negro e que possibilite nossos alunos negros se reconhecerem e assumirem sua identidade negra. Para tanto, precisamos também conhecer um pouco da trajetória do movimento negro e sua luta por direito e por uma educação antirracista, os caminhos percorridos até a implantação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e da cultura africana e afro brasileira, além dos desafios para sua implementação.

2. MOVIMENTO NEGRO E A LUTA POR DIREITOS

Um longo caminho já foi percorrido em busca do reconhecimento, da contribuição e participação negra na História desse país, mas continuamente presenciamos casos de violência, discriminação e preconceito em relação a esse grupo de pessoas, o que representa uma grande mácula para o povo negro, sobretudo, para aqueles que estão nas camadas mais pobres da sociedade brasileira. O Brasil, por muito tempo, silenciou nos livros de História e nas memórias coletivas do país a História do povo negro, reforçando apenas o período da escravidão, esquecendo de refletir e conhecer o papel do afrodescendente na História da sociedade brasileira, suas contribuições culturais, suas lutas, reivindicações, seus projetos, entretanto, acredito que esse silenciamento e esquecimento precisa ser enfrentado e trabalhado especialmente na sala de aula, para tanto, é necessário que professores, pesquisadores e alunos conheçam a trajetória desse povo em busca de reconhecimento e espaço na sociedade, principalmente, em busca de educação, pois sempre acreditaram que um dos papéis da educação é converter vítimas de opressão em atores políticos que protagonizam a resistência e a luta por direitos, contra o racismo e discriminação.

Apesar do silenciamento e da pouca visibilidade, o negro se fez atuante ao longo da história do Brasil, podemos constatar através da organização e da atuação dos movimentos negro¹⁰ este que vem desempenhando diferentes papéis em meio a população negra, principalmente, em prol do desenvolvimento da educação desta população, além de comprometidos em denunciar o descaso e a discriminação acometida a esse grupo, sobretudo preocupados em desenvolver estratégias e ações a fim de desconstruir os estereótipos e preconceitos em torno do negro no Brasil.

Para Gonçalves e Silva (2005), os movimentos negros ganharam força na passagem do século XIX para o século XX, visto que a população negra se deparou num completo

¹⁰ Silva (2011), considera como movimento negro todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela liberdade do negro desenvolvendo estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a conquista dos direitos fundamentais na sociedade

abandono, num período de profundas mudanças sociais, transformações no mercado de trabalho e de modernização das cidades brasileiras, no início da República. É nesse contexto que emergiram os primeiros movimentos de protestos negros. Essas organizações surgiram em diferentes regiões do país, principalmente nas capitais das grandes cidades.

Entre esses movimentos, um dos que mais se destacou foi a Frente Negra Brasileira, na década de 30, na cidade de São Paulo e posteriormente na cidade do Rio de Janeiro, nos estados de Pernambuco, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Esses movimentos conhecidos como entidades ou sociedades negras, criaram suas próprias organizações objetivando aumentar suas ações na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra em todo o país. Os militantes desses movimentos desejavam denunciar o descaso e a discriminação sofrida pela população negra. Uma das ações desses movimentos, inicialmente, foi à luta pela conquista da educação, como meio de integração à sociedade existente. No mesmo sentido, começou um processo identificação e denúncia da instituição educacional como reprodutora de uma educação eurocêntrica e desarticuladora da identidade étnico-racial e da autoestima do povo negro.

A maior preocupação dos militantes desses movimentos, era sobre a forma como a imagem do negro estava sendo reproduzida nos livros didáticos, especialmente sobre os estereótipos que os descaracterizavam, ou seja, esses movimentos perceberam que os materiais didáticos contribuía ainda mais para a institucionalização de uma visão equivocada sobre o negro e de sua importância para o mosaico cultural brasileiro. Isso motivou as entidades negras, na primeira metade do século XX, a reagirem à ausência de políticas públicas para essa população, passaram a oferecer escolas visando a alfabetizar adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras e junto a isso oferecia serviço de assistência social. Foram surgindo entidades equipadas com biblioteca, grupos de teatro amador que promoviam conferências para seus membros, especialmente aqueles que não tinham acesso a informações por não serem alfabetizados, tencionando a difusão de ideias de combate ao racismo.

Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte, de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano” (GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 188).

Essa bandeira de luta voltada para a educação, no início do século XX, estava diretamente ligada às condições de afastamento das crianças negras em detrimento dos brancos no espaço escolar, essas eram, de alguma maneira, obrigadas a trabalhar cedo para ajudar suas famílias e sua formação, apenas doutrinárias, estavam relegadas aos patrões já que as mesmas não freqüentavam a escola. Essa situação explica o fato de que, na maioria das vezes, a escolarização do negro quando de fato ocorria já era de forma tardia, praticamente na fase adulta. E no caso das meninas, muitas eram “adotadas” por famílias ricas e acabavam desempenhando o papel de domésticas, este fato de certa forma estigmatizou a mulher negra no mercado de trabalho como a empregada doméstica, perpetuando o costume de que a mulher negra deve cuidar da casa e dos filhos da mulher branca para que esta pudesse conquistar seu espaço na sociedade, enquanto aquela, a negra, estava destinada a uma vida marginalizada.

O trabalho precoce acabava afastando homens e mulheres negras da escola, entretanto, as entidades negras não se conformavam com essa situação e justamente por isso passaram a acentuar a educação como forma de ascensão social e como instrumento de afirmação na sociedade. Essas entidades por meio de suas organizações passaram a oferecer escolas visando alfabetizar adultos e crianças. Ainda assim, os movimentos negros dessa época foram alvo de severas críticas, principalmente porque segundo os estudiosos que criticavam esses movimentos, afirmavam que os negros estavam assumindo uma responsabilidade que deveria ser cumprida pelo Estado, se afastando de uma visão pública da educação.

Gonçalves e Silva (2005) analisaram artigos de jornais da época (início do século XX) como o “Clarim d’ Alvorada” e o jornal “O Progresso”¹¹ constataram essa percepção da educação como esfera privada, estes jornais criticavam os negros por não irem às escolas e utilizavam o argumento de que o saber ler e escrever os levaria a ascensão social, usavam esse argumento como forma de incentivar as famílias a mandarem seus filhos às escolas, davam a entender que a educação era obrigação da família. Ao mesmo tempo através desses jornais perceberam também que o abandono do Estado em relação ao negro levará os movimentos a chamar para si a responsabilidade de educar e escolarizar suas crianças, jovens e adultos. Concluíram que nesses jornais não havia quase referências da educação como dever do Estado e direito das famílias.

¹¹ Clarim d’ Alvorada (1924-1932) e o jornal O Progresso (1928-1931) eram jornais de resistência, faziam parte da Imprensa Negra Paulista.

O jornal *O Alvorada* apresenta matéria veemente quanto à necessidade de crianças e adultos saberem ler, escrever, contar. Ensina como proceder para se matricular em cursos. Dá conselhos no sentido de que se abra mão de horas de lazer ou de descanso do trabalho, para “adquirir tão valioso instrumento” (GONÇALVES E SILVA, 2005, p.194)

Os líderes dos movimentos entendiam a educação como uma necessidade, mas ao mesmo tempo perceberam que a escolarização do negro só aconteceria se a iniciativa partisse deles mesmos. Por essa razão, os líderes dos movimentos negros foram levados a tomar para si a responsabilidade de educar os seus, devido a situação de abandono em que se encontravam, nos diferentes estados da federação. Na tentativa de amenizar essa problemática educacional, nas diferentes regiões do país foram fundadas entidades negras as quais ofereciam ensino em cursos noturnos, cursos profissionalizantes e outros. Isso tudo exigia um engajamento direto para resolver um problema que não era exclusivamente dos negros, mas um problema de toda a sociedade, de todo o país. Como exemplo dessas iniciativas podemos citar uma em Recife, em 1936, a Frente Negra Pernambucana, que tinha em seu grupo o poeta Solano Trindade, que criou o Teatro Popular Brasileiro, que reunia jovens negros e proletários, no qual pesquisavam as manifestações da cultura afro-brasileira e organizavam apresentações, a fim de educar as novas gerações e promover a raça negra. Assim, percebeu-se que a ação dos movimentos negros se dá muito mais na autonomia do que na tutela.

Nesse contexto, tanto os movimentos negros quanto a imprensa negra foram fundamentais no incentivo à educação, contudo acreditavam que esse ensino não poderia ser afastado da educação de tradições africanas, como forma de transmitir às novas gerações a cultura de seus antepassados e incutir neles uma identidade negra que fizesse algo em prol de sua cor. Acreditavam que para haver uma mudança significativa no comportamento de negros e negras, era necessário além da escolarização, uma formação política e a introdução na educação da história do negro brasileiro como uma das formas de combate a história oficial que os inferiorizava ou os invisibilizava na constituição da nação brasileira.

A imprensa, desse período, foi um importante veículo nas denúncias e reivindicações, onde traduziam reações às discriminações e as aspirações de direitos iguais para o povo negro, era porta-voz e constituiu-se em um elemento organizador e reivindicador da comunidade negra. A Frente Negra Brasileira, cujo líderes tinham sido formados, pelo Centro Cívico Palmares, em 1926 - este centro que funcionava como uma escola de formação de lideranças - foi grande defensora da formação educacional e política dos negros. Mesmo quando a Frente Negra Brasileira foi fechada pela ditadura de Vargas, o debate sobre a educação dos negros ainda se prolongou nos anos posteriores.

A partir da segunda metade do século XX, na década de 40 e início de 50, os movimentos negros assumem uma característica mais articulada nacionalmente, anteriormente às lutas eram mais individualizadas, por região, isso se deu principalmente pela necessidade de mobilizar forças para interferir na constituição de 1946, no sentido de tentar garantir direitos que de fato pudessem contemplar a população negra.

Houve toda uma mobilização de intelectuais com suas pesquisas que denunciavam o racismo no país e os movimentos negros buscavam estabelecer alianças com setores progressistas com o objetivo de pressionar o Estado para a elaboração de políticas públicas de caráter nacional que contemplasse o negro. A exemplo da Frente Negra, surge em 1944 o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento, no qual fará da educação uma das maiores bandeiras. Para Silva (2011), esse movimento foi um dos que mais confirmou a articulação e ação recíproca entre cultural e política negra, tinha o propósito de reabilitar e valorizar a herança cultural e da identidade negra, utilizando a arte como veículo de denúncia, reivindicação e mobilização política.

Entre as ações mais importantes para a população negra, neste período, podemos citar: A organização do 1º Conferência Nacional dos Negros no Brasil (1949) com intuito de discutir questões raciais de diferentes partes do país; a Organização do Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950) que oferecia cursos e serviços sociais; a fundação dos empregados domésticos (1950), preocupados em defender os direitos dessa categoria; e outras ações. Também a partir do TEN surgiram diversas entidades negras teatrais que também utilizavam o teatro como um dos meios de ação. O TEN abriu caminhos para pensar o futuro dos negros e o desenvolvimento da cultura brasileira, seu principal objetivo era combater o racismo, para isso propunha questões muito práticas como: instrumentos jurídicos que garantissem o direito dos negros, a democratização do sistema político, a abertura do mercado de trabalho, o acesso dos negros à educação e à cultura, a elaboração de leis antirracistas. Diferentemente do que foi visto em outros períodos, o TEN pensava a educação como dever do Estado e direito do cidadão. Para quem fazia parte do TEN, educação e cultura se entrelaçavam:

Entendem seus idealizadores que a escolarização, pura e simples, não bastaria para criar aquilo que Guerreiro Ramos chamou de “estímulos mentais apropriados à vida civil”. Segundo ele, os negros desenvolveram um profundo sentimento de inferioridade cujas raízes estão na cultura brasileira. Para libertá-los desse sentimento não basta simplesmente escolarizá-los; seria preciso produzir uma radical revisão dos mapas culturais, que as elites e, por consequência, os currículos escolares, elaboraram sobre o povo brasileiro.(GONÇALVES E SILVA 2005, p. 207)

Para os componentes desse movimento não bastava investir apenas em educação era necessária a relação entre cultura e educação. Para tanto, foi preciso formar pessoas capazes de mapear e criticar as raízes da cultura eurocêntrica, para poder combatê-la.

O período que vai do final da década de 60 até o final da década de 70 do século XX, foi marcado por uma reduzida atividade das entidades negras, devido o período militar e principalmente quando foi instaurado o Ato Institucional de nº 5 (AI5), que proibiu todas as atividades políticas no país.

Ao final dos anos de 1970, devido a vários fatores de discriminação e de racismo ocorridos durante a ditadura militar, várias entidades do movimento negro se organizaram e, baseadas numa nova perspectiva de luta contra o racismo no Brasil, fundaram uma organização de caráter nacional o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), em 1978. Esse movimento passou a ser chamado de Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979, nome que conserva até a atualidade. Esse movimento elegeu a educação e o trabalho como os pontos importantes e fundamentais na luta contra o racismo e instaurou o Dia Nacional da Consciência Negra¹².

Segundo Gomes (2017), esse movimento foi um dos responsáveis pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referências na pesquisa acadêmica sobre relações étnico-raciais no Brasil. Em 1982, ocorreu a Convenção do Movimento Negro Unificado, em Belo Horizonte, no qual foi aprovado o programa de ação do MNU e entre as estratégias de luta propunham:

Uma mudança radical nos currículos, visando à eliminação de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e à cultura afro-brasileira na formação de professores com o intuito de comprometê-los no combate ao racismo na sala de aula. Enfatiza-se a necessidade de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis educacionais e de criar, sob a forma de bolsas, condições de permanência das crianças e dos jovens negros no sistema de ensino. (GONÇALVES; SILVA, 2005, p. 210)

Logo, esse movimento acreditava que uma das formas de quebrar os preconceitos e os estereótipos em relação ao negro e a cultura afro-brasileira era fazer principalmente, uma mudança nos currículos e investir na formação de professores, no sentido de conhecer a fundo a história desse povo e de se comprometer em combater o racismo.

E em 1987 as entidades Negras de Brasília pressionaram a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), para adotar medidas de combate ao racismo nos livros didáticos, luta esta que já vinha ocorrendo em décadas anteriores, a partir da pesquisa de Carvalho (2006),

¹² A primeira evocação do dia 20 de novembro como dia da consciência negra ocorreu em 1971 como promoção do professor e poeta Oliveira Silveira no grupo Palmares, em Porto Alegre-RS. (SILVA, 2011)

podemos exemplificar a atuação do movimento no sentido de revisar os livros didáticos, quando em 1950 é publicada por Dante Moreira Leite a pesquisa intitulada Preconceito Racial e Patriotismo, em seis livros didáticos primários brasileiros.

A autora aponta indícios de discriminação e preconceitos em relação aos negros, no qual são apresentados em situações de inferioridade social, juntamente com a ideia de superioridade dos brancos. Este estudo visava demonstrar que os materiais didáticos eram veículos de propagação de preconceitos para pressionar sua revisão. Não bastava ter educação, era necessário a qualidade no ensino e nos materiais didáticos.

A partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização, os movimentos negros se detiveram com a questão da democratização do ensino. Primeiramente as entidades se preocuparam em denunciar o racismo e as ideologias escolares, depois foram para a ação concreta, focaram em alguns pontos, passou-se a analisar estereótipos raciais presentes em livros didáticos. Acredita-se que a representação do negro de forma humanizada é muito importante para a criança negra na construção da autoestima e de identificação étnico-racial, além de evitar uma visão estereotipada que leva ao preconceito. Também desenvolveram currículos e pedagogias com enfoque multirracial, buscando visibilizar, incluir e humanizar as representações étnico-culturais. Para Gomes (2017), essas ações se deram principalmente porque muitos militantes conseguiram concluir a graduação e continuaram, como intelectuais engajados, na pós-graduação analisando as questões raciais e o papel do negro no mercado de trabalho, nas práticas escolares e na sociedade como um todo.

Nos anos 90 a atuação do movimento negro foi determinante no sentido de implementar várias ações, entre as quais destaca-se a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, em 1995, pela cidadania e a vida, nessa oportunidade entregaram ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, um relatório sobre a situação do negro no Brasil, juntamente com um programa de medidas para o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no país para a superação do racismo. Entre essas medidas já se fazia presente uma demanda por ações afirmativas,¹³ principalmente na área da educação e saúde. Neste período, o movimento contribuiu para que fosse incluído na educação o tema Pluralidade Cultural e Educação, embora tenha entrado apenas como tema transversal, no Ensino Fundamental.

¹³Ações Afirmativas entendida como ações políticas institucionais nas diversas áreas: educação, saúde, segurança pública entre outras, (não restritas à ação estatal), que visam reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos determinados grupos sociais, entre eles, negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais. Dentre os principais objetivos das ações afirmativas estão àquelas voltadas a garantir a diversidade/pluralidade étnico; social; cultural e também a representatividade dos grupos historicamente discriminados, nos diversos setores da sociedade. (CARVALHO, 2006)

Segundo Gomes (2017), um momento importante na luta contra o racismo ocorreu quando o Movimento Negro participou, em 2001, da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, ocorrido em Durban, África do Sul, pois o Brasil ao assinar o plano de ação elaborado em Durban reconheceu a existência do racismo institucional¹⁴ em nosso país e se comprometeu em desenvolver medidas para superá-lo, entre essas medidas figuraram ações afirmativas voltadas para a educação e o trabalho.

A partir de então, ocorreram mudanças significativas na estrutura do Estado, como a criação da Secretária de Políticas Públicas da Igualdade Racial, em 2003. Logo, a atuação do movimento Negro abrangeu vários setores e passou a influenciar positivamente as instituições oficiais e sociais como o Ministério da Educação (MEC), os partidos políticos e as universidades. Além disso, no meio acadêmico surgiram associações de pesquisadores negros como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) com o objetivo de juntar pesquisadores que estudassem as relações étnico-raciais e as experiências do movimento negro nas diversas regiões do país.

E em 2003, uma demanda educacional do Movimento Negro, finalmente foi atendida. Foi aprovada e promulgada em 9 de janeiro a Lei 10.639/03, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual pontua que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras públicas e privadas dos Ensinos Fundamentais e Médios e, mais tarde esta lei foi alterada pela lei 11.645/08 que incluiu o estudo da temática indígena.

Atualmente, percebe-se que o Estado brasileiro, ao reconhecer as desigualdades sociais e raciais tem desenvolvido políticas públicas principalmente na educação como: a lei que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, as leis de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico, de nível médio, entre outras. Essas conquistas se devem a atuação histórica do Movimento Negro em prol da educação no Brasil, para Gomes (2017) essas ações demonstram o seu protagonismo como ator político e educador. “Ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo de sua trajetória na sociedade brasileira” (2017, p.

¹⁴No Brasil, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) implementado no Brasil em 2005, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (<https://racismoinstitucional.geledes.org.br>)

38), portanto, sujeitos atuantes que buscam articular saberes em favor de uma causa que é a construção de uma sociedade antirracista, mais igualitária e justa.

Contudo, apesar dos avanços significativos na questão racial e da conquista da obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e afro-brasileira, através da Lei federal nº 10.639/2003, que visa a superação das práticas escolares discriminatórias contra os alunos negros e afrodescendentes no espaço escolar brasileiro, ainda encontramos dificuldades na sua implementação devido a anos de formação e concepções racistas e excludentes vivenciadas em nossas instituições educacionais e nos materiais didático por elas utilizadas.

A seguir vamos acompanhar o contexto de inserção dessa temática e os desafios encontrados para a execução da lei.

3- A LEI 10.639/03: DESAFIOS E AVANÇOS

As lutas do movimento negro desde o início da República contribuíram para que esse movimento social se tornasse o principal sujeito político nas conquistas de direitos da população negra, em especial no âmbito educacional, esses movimentos, como vimos anteriormente, sempre apresentaram um projeto educativo, acredita-se que o campo educacional é um dos espaços de propagação do racismo, portanto, para alterar essa realidade precisa-se de mudanças significativas no sistema educacional.

A partir dos anos 80, do século passado, com a redemocratização pós Ditadura Militar e as pressões da comunidade negra é que as questões antirracista relacionadas às políticas de igualdade, reconhecimento e alteridade ganham visibilidade.

Reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros e reconhecendo as injustiças e discriminação raciais contra o negro no Brasil, em 2003, foi alterada a Lei nº 9.394 de 1996 que estabelecia as diretrizes e base da educação e foi sancionada a Lei nº 10.639 que obriga nas instituições escolares o ensino de História e cultura Afro-brasileira.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Esta lei foi uma conquista dos movimentos negros e foi um avanço no processo de luta contra o racismo e de democratização do ensino. Seu conteúdo representa uma possibilidade de ampliação de direitos de cidadania e o reconhecimento da necessidade do enfrentamento do racismo no âmbito escolar e social.

Entretanto, para Santos (2005) embora a institucionalização da Lei 10.639/2003, traga em seu bojo a obrigatoriedade dos estudos sobre a cultura africana e afro-brasileira, ele considera que é uma lei genérica, pois não especifica como será a formação do professor que irá ministrar esse conteúdo, permitindo entender que a responsabilidade de qualificação é inteiramente do professor.

Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato. Segundo o nosso entendimento, a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. A lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e antirracista brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso com a sua execução e, principalmente, com sua eficácia, de vez que não estendeu aquela obrigatoriedade aos programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, das universidades públicas e privadas, conforme uma das reivindicações da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em Brasília-DF, em agosto de 1986. (SANTOS, 2005. p.34)

Desse modo, torná-la obrigatória não significa necessariamente que será implementada conforme o que foi pensado pelos movimentos sociais. A formação pode se tornar uma limitação para aqueles professores que não tem preparação e fundamentação suficiente para abordar essa questão.

Nas escolas observamos muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação, muitas vezes o profissional da educação não consegue enfrentar o problema, não sabe como agir em momentos em que exige a sua intervenção por falta de experiência, de qualificação e, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade. Sabe-se que muitos professores não têm a oportunidade de fazer um curso de qualificação voltado para relação étnico-racial, portanto deixam a desejar quando se trata dessa temática em questão, por falta de preparo ou até mesmo por preconceitos introjetados.

Pode-se dizer que a falta de preparo para lidar com a questão racial é um reflexo do mito da democracia racial. O discurso de democracia racial foi sendo disseminado, ao longo da primeira metade do século XX, nos conteúdos dos programas educacionais, nos livros

didáticos, no qual os temas em voga tratavam sobre a predominância de mestiços no Brasil, a total ausência de preconceito étnico raciais, a harmonia entre brancos e negros, índios e mestiços, que resultava numa sociedade sem conflitos.

Essas ideias ainda estão presentes no imaginário do povo brasileiro. Esse discurso por muito tempo escamoteou a existência de diferentes grupos étnicos e sua exclusão, levando a ideia de que racialmente no Brasil “todos somos iguais” e vivemos em uma sociedade sem exclusões negando a existência de um dos mais crônicos problemas da nossa sociedade, o racismo. Todavia, como diz Pereira:

Não há como negar, entretanto, que o Brasil não é, de fato, uma democracia racial. Por outro lado, não seria razoável abolir a meta da democracia racial do horizonte de perspectivas positivas de um Brasil plural e inclusivo. Neste sentido, a democracia racial é menos uma ideia a ser desmascarada e mais uma possibilidade de realização social (PEREIRA, 2006. p. 11)

Portanto, a meta é alcançarmos essa igualdade racial e de direitos, que por tanto tempo foi negada. Entretanto, se o educador que é um dos agentes nesse processo de implementação da lei 10.639, não tiver uma identificação com o problema ou não tiver preparação e formação para trabalhar essa questão, corre-se o risco de reproduzirmos novamente uma bipolarização de culturas, uma disputa entre negros e brancos e, na verdade, não é o que se deseja.

Deseja-se que as culturas que sempre foram invisibilizadas e inferiorizadas sejam respeitadas e que sejam incluídas no contexto social e histórico desse país. Buscamos construir relações étnico-raciais fundamentadas no respeito às diferenças, no reconhecimento da alteridade e um sentido de pertencimento.

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio modificou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E em 2004 estabeleceu-se um novo marco regulatório, as diretrizes específicas tratando das relações étnico-raciais.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação, o CNE/CP 03/2004 aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional, voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas.

Dentre as medidas tomadas nesse parecer temos:

1- Essas Diretrizes devem ser observadas por todas as instituições de ensino e, em especial, por aquelas que desenvolvem formação inicial e continuada de professores (Artigo 1º)

2- Que todas as instituições de ensino superior, sem o estabelecimento de qualquer exceção, deverão incluir esses conteúdos em forma de disciplina, e de atividades curriculares nos cursos que ministram (Parágrafo 1º do artigo 1º)

3- Determina igualmente as providências quanto às condições materiais, dentre elas, materiais didáticos e bibliográfico, como livros que abordem a perspectiva da resolução (Parágrafo 1º do artigo 3º e artigo 7º);

Para Xavier (2009), os itens 1 e 2 do artigo 1º, vieram para solucionar um impasse quanto a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 no Ensino Superior, pois a mesma só citava a obrigatoriedade desses conteúdos na Educação Básica, já a resolução deixa claro que também o Ensino Superior deve incluir essa temática em sua matriz curricular, já que esse último seguimento educacional está diretamente ligado a formação de docentes.

Esta lei representa um importante passo de reconstrução da trajetória do afrodescendente, propõe uma reescrita historiográfica da contribuição do negro na constituição da identidade do povo brasileiro de forma positiva, dando-nos oportunidade de revermos conceitos, até então estabelecidos sobre a lógica do colonizador europeu, possibilitando-nos construir novos paradigmas que valorizem a diversidade cultural existente neste país, para tanto a escola com sua estrutura pessoal e material deve resgatar seu papel de desconstruir as imagens que desumanizam e desqualificam as pessoas negras, além de contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e de promover uma educação plural.

Em 2008, a Lei nº 9.394 de 1996 de Diretrizes e base da educação e a Lei 10.639/03 foram alteradas com a Lei 11.645, na qual determina a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial de ensino a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em

especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”
(BRASIL, 2008)

Entretanto, essa lei não revoga as leis anteriores, apenas acrescenta a questão indígena, como pode ser percebido no Art.26-A nos parágrafos 1º e 2º, portanto, segue o mesmo objetivo que é a reeducação das relações étnico-raciais e o combate à discriminação e ao racismo. A inclusão dessa temática é de suma importância na construção de uma sociedade justa e democrática, apesar de considerar essencial essa abordagem, não irei dedicar maior atenção por não ser o eixo do estudo.

Para que a Lei 10.639/03 e a resolução CNE/CP 01/2004 fossem implementadas, foram tomadas um conjunto de iniciativas oficiais entre elas: a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2004, com o objetivo de reunir as propostas educacionais para jovens e adultos, educação no campo, ambiental, escola indígena, diversidade étnico racial, foram organizados os Diálogos Regionais buscando articular ações de implementação desta lei.

Além disso, foi criado o programa de ações afirmativas para Afro-brasileiros no Ensino Superior (UNIAFRO) em 2005, para dar apoio aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) que são constituídos por pesquisadores das relações étnico-raciais e da educação, os quais se dedicam a pesquisa, extensão e apoio e estão presentes em várias universidades do país, entre elas a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Segundo uma pesquisa realizada por Xavier (2009), os NEABS tem sido um dos principais instrumentos de efetivação e expansão das ações de implementação da lei 10.639/03, tem atuado na formação de professores e na elaboração de materiais didáticos e pedagógico visando à reeducação das relações étnico-raciais. Em alguns Estados e municípios a implementação dessa lei ainda é muito lenta e encontra resistência por mero descaso, por não verem a questão racial como problema ou por estarem a margem dos debates sobre essa questão.

A partir da implantação da Lei 10.639/03 e do parecer CNE/CP 01/2004 surge a necessidade de mudança nos currículos escolares e nos materiais didáticos utilizados pelas escolas. Ao tornar obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira, necessita-se rever os currículos, os materiais didáticos e as práticas escolares para que a temática seja tratada de forma positiva e sem estereótipos, pois as escolas, os currículos escolares e os especialistas do ensino excluíram, por muito tempo, do rol de suas preocupações a problemática racial.

Nas escolas predomina um ensino de inspiração eurocêntrica, no qual são atribuídas as culturas européias o protagonismo da história geral da humanidade em detrimento das

civilizações não européias. Para mudar essa situação as instituições educacionais precisam rever suas posturas e seus instrumentos pedagógicos, sabemos que não basta uma lei para mudarmos atitudes e preconceitos enraizados na sociedade, mas acreditamos que a educação seja esse canal de possibilidade para o questionamento e desconstrução de certos mitos posto em nosso meio.

No sentido de viabilizar a implantação da Lei 10.639/2003, muitos profissionais tomaram iniciativas individuais ou de grupos, é o caso de Raimundinha¹⁵ no Maranhão, fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), que passou a atuar nas escolas dando palestras e informando professores e alunos sobre a história dos negros e também produzindo material didático com essa finalidade, como bem citado por Pereira (2010):

A produção de cartilhas como as de Mundinha Araújo do CCN, para informar não só alunos e professores nas escolas, mas os próprios militantes e a sociedade como um todo, foi uma prática recorrente nas organizações negras de norte a sul do Brasil. E essas cartilhas circulavam nos diferentes estados, em função das redes estabelecidas pelos militantes de todo o país. (p. 42)

As estratégias encontradas por Raimundinha para atuar na educação e fazer com que as histórias do negro no Brasil fossem contadas de forma que valorizasse a cultura desse povo, foi fundamental tanto para a sua região como para o país todo. As cartilhas desenvolvidas por ela utilizavam linguagem simples, em que se contava sobre os quilombos, contos e histórias positivas sobre os negros, pois, deseja-se que as culturas que sempre foram invisibilizadas e inferiorizadas sejam respeitadas e que sejam incluídas no contexto social e histórico desse país.

Portanto, se o educador que é um dos agentes nesse processo de implementação desta Lei, não tiver uma identificação com o problema ou não estiver preparado para trabalhar essa questão, corre-se o risco de reproduzirmos novamente uma bipolarização de culturas, o que representa um retrocesso nas conquistas decorrentes das lutas dos movimentos sociais negros voltadas para a educação. O que se deseja é construir relações étnico-raciais, fundamentadas no respeito às diferenças, no reconhecimento da alteridade e construir um sentido de pertencimento.

3.1. Amapá: Lei 10.639/03 entraves e desafios

¹⁵Maria Raimunda (Mundinha) Araújo nasceu em São Luís em 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão, em 1975, foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982, e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003.

Sabemos que em alguns Estados e Municípios brasileiros a implementação da Lei 10.639/03 ainda é muito lenta e encontra muita resistência para a sua efetivação, seja pelo descaso com a questão racial, seja por não verem problema a ser superado ou por estarem à margem dos debates sobre essa questão.

No entanto, no Estado do Amapá observa-se que estão sendo desenvolvidos alguns trabalhos no sentido de implementar a Lei 10.639/2003, os quais buscam valorizar a cultura local, pois assim como outros estados da federação, o Amapá, também possui sua população negra, resultado do processo de colonização e escravização do Brasil. A vinda dos negros para o Amapá resultou no surgimento de importantes comunidades afrodescendentes¹⁶. Urge destacar que a história dessas comunidades precisa ser estudada, conhecida e difundida nas escolas. Tais trabalhos podem ser compreendidos como possibilidade de superação do racismo nas escolas do Amapá.

No ano de 2008, devido à necessidade de atender a Lei 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira e de pôr em prática as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira foi criado pela Secretária de Educação do Estado do Amapá o Núcleo de Educação Étnico Racial (NEER) através da Lei 1.196/08, que tinha e tem por objetivo o fortalecimento institucional das escolas estaduais Quilombolas e não quilombolas, buscando ajudá-las no seu fazer pedagógico, também objetivava compor grupos de trabalhos com outras secretarias estaduais com o intuito de construir políticas públicas direcionadas a população negra amapaense. Portanto, buscando atender a essas demandas o NEER foi criado, principalmente com o objetivo de criar estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de combater o racismo e preconceito, além de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar amapaense.

No entanto, o Estado do Amapá no ano de 2011 através da Secretaria de Educação enviou a todas as escolas o Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá, no qual continha as Orientações Curriculares – com conteúdos que as escolas deste Estado deveriam ter como parâmetro educacional, entretanto, nessas orientações pouco se via a preocupação com a Educação das Relações Étnico-Raciais, com a implementação da lei 10.639/2003, a secretaria de Educação argumenta que o objetivo de tal documento:

“[...] não é estabelecer uma espécie de “currículo mínimo” de conteúdos de História para o ensino médio”, assim como para toda a Educação Básica [...]. Servem,

¹⁶As quais se destacam o quilombo Curiaú (em Macapá) e Igarapé do Lago (Santana) entre outras.

portanto como referências para auxiliar e orientar os docentes na elaboração dos currículos de História que melhor se coadunem com as necessidades de formação dos alunos de suas respectivas regiões e escolas, de acordo com os perfis e necessidades específicas.(AMAPÁ. Plano curricular da educação básica do Estado do Amapá, 2009, p. 180)

Portanto, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais o Estado do Amapá estabeleceu seu plano Curricular em tese dando ênfase as peculiaridades locais, destacando características regionais, “*As Diretrizes Curriculares do Estado* compreende como papel fundamental da escola o ordenamento dos saberes que dão identidade às nossas comunidades, transformando-os em ferramentas de auto-reconhecimento e auto-valorização” (2009, p. 180). Segundo a Secretaria de Educação, este documento não tinha como objetivo criar um único currículo de História para a educação básica, mas sim, traçar algumas diretrizes para contribuir na implantação de alguns desafios que se apresentam como emergências ao ensino da história nacional, regional e local, como:

[...]os preceitos enunciados pela Lei 10.639/2003 abrem outros desafios para as Secretárias de Educação, o de constituir em parceria com os sistemas de ensino, para todos os níveis, uma Educação para as Relações Étnico-raciais, orientada para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnica, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (AMAPÁ. Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá, 2009, p. 180)

Diante do exposto a Secretaria de Educação do Estado do Amapá encaminhou para as escolas as diretrizes curriculares para as diferentes disciplinas incluindo o ensino de História, entretanto, a proposta de conteúdo de História apresentada mostrou a permanência de uma estrutura curricular eurocêntrica e sequencial “optou-se em manter-se a exposição cronológica dos eventos históricos consagrados pela historiografia,” (AMAPÁ. Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá, 2009, p. 180), apesar dos discursos de preocupação com a formação da identidade das comunidades locais e com implementação da lei 10.639/2003, mais uma vez o currículo silenciava e/ou inviabilizava vozes, saberes, crenças e sensibilidades. Na proposta de conteúdo para o ensino médio, a história da cultura negra e afro-brasileira aparece apenas em alguns momentos pontuais como no primeiro ano quando se fala da História da África, no segundo ano quando estuda a colonização/escravidão e da abolição da escravidão e no terceiro ano só aparece quando se fala dos movimentos populares da era Vargas em um único item que fala sobre a Frente Negra Brasileira (ver a proposta completa no apêndice 1).

Logo, percebe-se na proposta curricular a intenção de trabalhar com a História e a Cultura da África e afro-brasileira. Entretanto, tende a transmitir um currículo monocultural,

não consegue romper com as práticas discriminatórias e excludentes, os conteúdos propostos continuam fortalecendo as diferenças entre europeus e não europeus, deixando de lado as experiências dos povos considerados subalternos como negros africanos/afro-brasileiros e indígenas, que de alguma forma reforçam antigos estereótipos de superioridade racial. E dependendo da escolha metodológica da instituição escolar para implementação desse currículo, essa prática dificultará a formação de cidadãos conscientes capazes de enfrentar as desigualdades e que rompa com as armadilhas dos preconceitos, também influenciará na construção da identidade étnico-racial positiva e da autoestima dos estudantes negro.

Atualmente, o Núcleo de Educação Étnico-racial vem desenvolvendo um trabalho no sentido de implementar a Lei 10.639/2003 e para o fortalecimento da identidade negra e de combate ao racismo, entretanto, esse trabalho é direcionado apenas as escolas quilombolas. Segundo, o professor Alcir Jackson da Silva, técnico do NEER, a metodologia empregada por este núcleo é através da promoção de seminários, minicursos, palestras e oficinas, além de fazerem dois grandes eventos, o primeiro é “Encontros de Gestores Quilombolas”, anualmente, enquanto o outro é bienal chamado de “Encontro de Educação Quilombola”, no qual participam 23 escolas quilombolas.

Portanto, não existe um trabalho efetivo por parte da Secretaria de Educação para a implementação da Lei acima citada e para a formação de professores para trabalhar a questão racial em sala de aula, segundo o técnico do NEER, Alcir, este núcleo vai às escolas não quilombolas somente quando são solicitados para proferir palestras. O que se percebe é que as escolas não quilombolas são deixadas de lado ficando por conta da iniciativa de alguns profissionais implementarem a lei, como por exemplo, as iniciativas de grupos de pesquisas ou de escolas da rede pública municipal ou estadual, voltadas para as questões culturais locais, porém de forma isolada e fragmentada. O que se observa é que o processo de reconhecimento da cultura negra local também passa pela deficiência na formação de professores para identificarem as sutilezas do racismo nas escolas do Amapá e como esse racismo está sendo introjetado através de algumas práticas e materiais escolares amplamente utilizados pelos nossos alunos.

Contrapondo-se o que fora evidenciado anteriormente, sobre a deficiência do ensino da cultura africana e afro-brasileira, no artigo escrito por Custódio, Foster e Videira, denominado de Contribuições da narrativa ficcional na superação do racismo e na implementação da lei 10.639/2003 nos currículos, cita trabalhos desenvolvidos pelas

professoras Eugênia Foster¹⁷ e Piedade Videira¹⁸. O Trabalho desenvolvido pela professora Eugênia analisa o racismo nas escolas de Macapá. Busca examinar as formas que as narrativas ficcionais literárias e populares se apresentam como instrumentos sutis de fortalecimento do racismo nas escolas e ao mesmo tempo analisa os movimentos que indicam mudanças no quadro de racismo nessas escolas. Já o trabalho desenvolvido pela professora Piedade Videira visa conhecer, analisar e intervir na realidade das escolas públicas de Macapá a fim de contribuir na implantação da lei a qual estamos tratando. Ambos os trabalhos constataram nas instituições escolares a:

Dificuldade de identificar o racismo em vários domínios da prática escolar, em particular, no material didático que penetra nesse contexto; limitações na compreensão da gênese do racismo, suas configurações e ambiguidades, no contexto brasileiro, bem como seus desdobramentos no campo educacional. Dificuldade na produção de material didático voltado a essa questão, além de desconhecimento por parte desses, sobre as evidências da matriz africana na cultura local e no seu aproveitamento no trabalho escolar. (FOSTER, VIDEIRA; CUSTÓDIO, 2015, p.333)¹⁹

Através do trabalho desenvolvido por essas professoras, juntamente com seus grupos de pesquisa, percebeu-se a limitação dos profissionais na implantação da lei, justamente por não terem formação suficiente para identificar o racismo disfarçado incutido nas narrativas que utilizavam em sala de aula e também não saberem os caminhos de como produzir material didático que pudesse viabilizar o conhecimento sobre as culturas africanas e afro-brasileiras e assim poder ajudar os alunos no processo de desmistificar as representações negativas sobre o negro.

Em tal pesquisa mostra-se como o racismo está muito presente nas narrativas trabalhadas nas escolas, na maioria das vezes de forma muito sutil, através dos contos de fadas, por exemplo, que as princesas e os príncipes geralmente são brancos e, os negros, quando raramente aparecem nessas histórias, são através de papéis subalternos como nas histórias de Monteiro Lobato ou simplesmente não aparecem, pois são invisibilizados nessas histórias, reforçando o discurso colonial, no qual fixou em certas identidades que desqualificaram e inferiorizaram o sujeito negro.

¹⁷ Professora Associada I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá/AP, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF) e Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Relações Étnico-raciais e Interculturais.

¹⁸ Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestre e Doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Faculdade de Educação FAGED da Universidade Federal do Ceará UFC. Coordenadora do Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Intervenção em Corporeidade, Artes, Cultura e Relações Étnico raciais com Ênfase em Educação Quilombola.

¹⁹ Este artigo condensa o trabalho desses três professores Foster, Videira e Custódio.

Portanto, as práticas escolares precisam ser revistas, pois vão construindo uma memória que inferioriza, ridiculariza, cria estereótipos do negro na memória coletiva. Seria interessante não abandonar esses contos, mas fazer uma releitura utilizando personagens negros para que os alunos pudessem ver que na sociedade todos podem desempenhar os mesmos papéis, apesar das diferenças. Contudo, essas autoras mostram que da mesma forma que essas narrativas contribuem para descaracterizar e excluir o negro elas também podem contribuir para a superação das memórias racistas através da atenção na escolha dos materiais didáticos utilizados nas escolas:

É importante que tais profissionais estejam atentos à linguagem, às ilustrações e ao conteúdo escrito desses recursos metodológicos, bem como aos materiais visuais e imagéticos eleitos pela comunidade escolar para “decorar” a escola. Quase sempre essas imagens cristalizam o racismo, o preconceito étnico-racial, a coisificação, a pobreza, a vulnerabilidade social, a baixa escolaridade e a falta de atributos físicos e psicológicos de prestígio social e cultural das pessoas negras. Naturalizando, assim, o lugar de subalternidade e inferioridade da pessoa negra nas relações sociais, econômicas e culturais de nosso país. (FOSTER, VIDEIRA e CUSTÓDIO, 2015, p.338).

Portanto, chamam a atenção para as práticas pedagógicas e escolhas do material didático, pois, às vezes, sem perceber, os profissionais da educação acabam cristalizando ideias historicamente construídas sobre o negro e reforçam os preconceitos e o racismo nas escolas. Propõem que as escolas busquem construir uma imagem positiva do negro, através da valorização das práticas das comunidades negras. Apresentam contos, mitos, lendas e histórias cotidianas narradas por pessoas do Quilombo do Cria-ú²⁰, por exemplo, no sentido de reconstruir histórias silenciadas, e romper com as narrativas que fortalecem o racismo.

Seguindo a perspectiva dessas autoras, de que os materiais didáticos são meios que fortalecem o racismo, este estudo se propôs identificar como se deu a construção dos discursos sobre o negro nos diferentes momentos e contextos da sociedade brasileira; como as imagens e maneiras de olhar o negro vão refletir e se apresentar nos livros didáticos de História e se esses livros estão de acordo com a proposta curricular que através da Lei 10.639/2003, tornou obrigatório o estudo da História da cultura africana e afro-brasileira, objetivando uma educação antirracista que superasse as práticas discriminatórias e excludentes contra negros no espaço escolar.

²⁰ O nome originário do Quilombo é Cria-ú, que significa lugar de criar, de criação. Segundo relatos de moradores do referido Quilombo, as primeiras professoras que chegaram para trabalhar na comunidade, consideram incorreta a pronúncia da comunidade sobre o nome de seu território. Então, resolveram mudar o nome para Curiaú.

Parto do princípio de que o livro didático é um importante veículo que carrega todo um sistema de valores e de ideologias, é um produto de grupos sociais que também procuram, por intermédio dele, perpetuar suas identidades, suas tradições e sua cultura. Assim, a análise do livro didático, que será feito no próximo capítulo, se dará em torno do seu uso e de sua contribuição na produção e reprodução de conhecimento, de valores e ideologias, de visibilidade ou invisibilidade, de estereótipos e preconceitos acerca do negro em nossa sociedade. Essa análise pode nos fornecer caminhos para superar as visões equivocadas e estereotipadas que se tem sobre o negro dentro e fora da escola.

3.2. Escola Estadual Professor José Barroso Tostes: Lei 10.639/03, sutilezas do racismo, entraves e desafios

Passados dezesseis anos da promulgação da Lei 10.639/03, que entre outras deliberações torna obrigatório o ensino da História da África e dos afro-brasileiros, a temática paulatinamente vem ganhando espaço no ambiente escolar, entretanto, ainda encontra entraves e desafios a serem superados como é o caso da escola que iremos retratar.

A Escola Estadual professor José Barroso Tostes, está localizada no centro do município de Santana, no Amapá. O corpo docente desta escola é composto por sessenta e três professores, sendo quatro de História²¹. A escola comporta turmas do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio. A estimativa de alunos é de cerca de 1.050 (mil e cinquenta alunos) matriculados nos turnos da manhã e tarde. Em média, cada turma é composta por 35 alunos.

Este estabelecimento de ensino recebe alunos do próprio bairro central de Santana-AP, mas a maioria dos alunos procede dos bairros circunvizinhos e um grupo considerável de alunos mora em bairros mais distantes. A escola funciona a 57 anos e tem uma estrutura precária, com 15 salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma sala de leitura, uma sala de atendimento para alunos especiais, uma sala da coordenação pedagógica, um pátio e uma quadra esportiva.

O perfil étnico racial dos alunos que estudam no colégio, pode ser identificado, em sua maioria, como sendo pardos, segundo informação da secretária da própria escola, a partir de informações colhidas no formulário de matrícula do aluno.

Esta escola em pesquisa possui Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo como missão “possibilitar o acesso e a permanência dos alunos na escola, [...] contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes, preparados para o exercício da vida profissional

²¹ A mestranda pesquisadora faz parte desse grupo de professores.

e motivados pelas ideias de solidariedade e respeito ao próximo”. (2018, p.12) e, também em seus fundamentos ético-políticos, tem o propósito de garantir a formação humana, deseja garantir o desenvolvimento das diversidades utilizando estratégias educacionais com fundamentos éticos e políticos buscando oferecer entre outros:

- 1.Oportunidade de discussão, para que se firmem os valores transcendentais e essenciais do educando, livres de preconceitos;
- 2.Oportunidades e condições para que o educando participe na vida em sociedade, com ações que o levem à compreensão, à crítica, à responsabilidade, à justiça, à solidariedade, ao respeito ao bem comum;
3. Oportunidade de discussão em atenção a Lei 10.639/03 e 11.645/08 – que trata da História e cultura Afro-brasileira e Indígena para que se firme atitudes de respeito e justiça com o outro no decorrer dos estudos das culturas afins. (PPP,2018, p.14)

Esta escola em seu projeto político pedagógico tem como um de seus objetivos a formação humana e como compromisso promover a convivência harmônica livre de preconceitos e se compromete em discutir a Lei 10.639/03 objetivando despertar atitudes de respeito e justiça entre os alunos.

Mesmo assim, a escola não esteve livre de casos negativos envolvendo as questões raciais. Em 2017, como já mencionado anteriormente, a escola passou por um caso gravíssimo de racismo, no qual um aluno pardo tirou uma foto de um aluno negro, colocou uma legenda extremamente racista, “me rouba logo”, e, o expôs nas redes sociais, esse fato repercutiu na comunidade escolar e na sociedade em geral, pois a questão extrapolou os muros da escola e, principalmente, todos os limites de desrespeito humano. Este acontecimento causou grande inquietação para toda comunidade escolar e questionamentos aos profissionais da educação, em especial aos professores, que se perguntavam onde falharam. Foi unânime a retórica “não somos racistas”, “temos que fazer algo pra combater o racismo”, “isso é muito grave”.

Então, passei a analisar o cotidiano da escola e observando o que havia em seu entorno como material didático - cartazes e murais produzidos por professores e alunos. Comecei a perceber que os discursos proferidos não correspondiam ao que se via na escola. Era evidente um silêncio sobre o negro, não se via a imagem do negro nesses materiais. Sabemos que não só palavras, mas as imagens, os gestos e o silêncio são carregados de significações. Nos murais da escola os personagens eram somente pessoas brancas ocupando diferentes funções, naturalizando a ideia de supremacia e superioridade branca.

Acredito que mesmo sem a intenção da prática do racismo nesta escola, de alguma forma ele estava presente, seja através do silenciamento, seja pela omissão da presença negra nos materiais didáticos ou até mesmo através de palavras que aparentemente são ingênuas ou

isentas de ideologia, como escutei de uma colega: “estou com inveja de vocês, mas uma inveja branca”, aparentemente sem intencionalidade racista, mas impregnada de preconceitos e que são utilizadas diariamente no convívio escolar.

A escola ao utilizar suas diferentes modalidades de informação, seja verbal ou não verbal, precisa ter o cuidado em analisar que tipo de mensagem está sendo passada, se não está sendo preconceituosa, se não está criando e fortalecendo estereótipos, principalmente quando lida com as questões étnico-raciais, pois os diferentes discursos e linguagens podem estar influenciando sobre o ver o outro, de forma positiva ou negativa. E esses discursos de alguma forma induzem a um agir, se os conceitos ou imagens estiverem privilegiando um grupo racial em detrimento do outro automaticamente a escola está contribuindo no fortalecimento do preconceito e conseqüentemente do racismo.

Para Burke (2004), as imagens são evidências para a História, resquícios do passado que se encontram no presente, sua visão é a de que as imagens necessitam ser colocadas em uma série de contextos plurais, desse modo, é necessário observá-las nos mínimos detalhes em busca de elementos significativos, pois quando não passam por um rigor metodológico tornam-se perigosas, podem criar e fixar algumas memórias equivocadas que se perpetuam. Portanto, a escola e o professor, ao fazerem uso, por exemplo, de imagens em seus murais e cartazes, até mesmo no livro didático, devem submetê-las a análise. É preciso interrogá-la, perceber quais as intenções contidas na mesma, como e quando foram produzidas, sua finalidade, seus significados e valores para a sociedade que a produziu e o porquê se está fazendo essas escolhas, pois ao escolhermos esta ou aquela imagem estamos fazendo a partir dos conceitos e ideologias que carregamos.

Portanto, apesar dos discursos antirracistas, proferidos pelos profissionais dessa escola, percebe-se sutilmente a presença do racismo, nos materiais didáticos, especificamente as imagens. A figura do negro é invisibilizada, aparece apenas pessoas de cor branca representando os leitores, os intelectuais, a mulher, até mesmo na representação do Marabaixo, que é uma das maiores manifestações culturais negra do Estado do Amapá, os dançarinos eram brancos, como podemos ver nas imagens abaixo.

Imagem 1 – Mural da Escola Professor José Barroso Tostes, Santana-AP.



Fonte: Adriana Palheta

Certamente, esta escola não é diferente de tantas outras do Brasil, que ainda reproduzem ideologias racistas e estereotipadas sobre o negro, que foram sendo construídas ao longo de nossa história. Grande parte das escolas do país continua utilizando os contos de fadas, em que só aparecem príncipes e princesas brancos, perpetuando a ideia de inferioridade negra.

Além disso, quando apresentam murais com determinadas profissões que são consideradas de destaque como a de médico, de advogado, de engenheiros, apresentam imagem de brancos, isso pode ser visto como uma indução de que esses papéis profissionais e sociais de destaque só pertencem a esse grupo racial. Daí percebe-se a presença do racismo de forma sutil, não explícita, porém, não o torna menos presente e agressivo.

Outro ponto que pude constatar nesta escola foi a ausência de registros de casos de racismo, verifiquei nos livros de registros de ocorrência da escola quantos casos de racismos haviam sido registrados. Para minha surpresa, só aparecia o caso de 2017, narrado anteriormente. Isso nos permite inferir que as palavras, as brincadeiras, os apelidos, as

provocações e atitudes racistas em sala de aula, que são presenciados constantemente, não são levados a sério, não são tomados como afronta e desrespeito.

Um fato interessante é que esta escola, há sete anos consecutivos, vem sendo destaque entre as escolas públicas estaduais, como a escola com melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que nos leva a deduzir que os profissionais estão muito mais preocupados com a formação cognitiva do aluno, muito preocupados com os conteúdos que irão cair no ENEM, deixando a desejar a formação étnico-racial, de gênero e humana contrariando o que se propõe nos objetivos expostos em seu Projeto Político Pedagógico.

Entretanto, apesar de alguns entraves neste estabelecimento de ensino quanto à questão étnico-racial, atualmente, percebemos o compromisso de alguns professores com a implementação da lei 10.639/03, buscando, por iniciativa particular, formação para atuar com esta questão, buscando rever suas práticas de sala de aula, revendo e problematizando seus conteúdos relacionados a questão, buscando mostrar que o espaço escolar não é só reprodutor de ideias hegemônicas, mas que é um espaço de confrontos e de debates de ideias, desta forma possibilitando o aluno construir novos conceitos sobre si e sobre o outro. Entretanto, percebe-se que são iniciativas individualizadas de professores, principalmente das disciplinas de História e Língua Portuguesa, que buscaram se preparar para melhor lidar com a questão.

Infere-se, portanto, que apesar dos discursos de antirracismo nas escolas, as memórias racistas que foram construídas ao longo da nossa história constituem uma barreira ao processo de implementação da lei 10.639/03 e que as representações negativas do negro só poderão ser transformadas a partir de práticas concretas e a escola tem um papel fundamental na reelaboração dessas representações, dando visibilidade à questão da diversidade racial e cultural, problematizando as imagens construídas no sentido de ressignificar, criando mecanismos para questionar conteúdos, imagens e ausências, revendo seu material pedagógico, construindo práticas pedagógicas que valorize e respeite as raças.

As mudanças de atitudes contribuirão na desconstrução de estereótipos e possibilitará o aluno construir novas representações sobre o negro, favorecendo assim para a superação das práticas racistas nas escolas e na sociedade e também para o desenvolvimento de uma escola/sociedade mais humana, que perceba as diferenças e saiba respeitá-la e que lute por igualdades de direitos, uma escola que defenda e coloque em prática o interculturalismo²².

²² O interculturalismo refere-se à interação entre culturas de uma forma recíproca, favorecendo o seu convívio e integração assente numa relação baseada no respeito pela diversidade e no enriquecimento mútuo. Para WALSH “ mais do que um simples conceito de inter-relação, a interculturalidade assinala e significa processos de

Que questione a colonialidade presente na sociedade e na educação e libertar-se do racismo e da racialização contidas nas relações, Como diz Candau (2010, p. 166) isto poderá oportunizar diversos saberes e o dialogo entre diferentes conhecimentos, poderá combater as diferentes formas de desumanização e estimular a construção de identidades culturais e o empoderamento de pessoas e grupos excluídos.

construção de conhecimentos 'outros', de uma prática política 'outra', de um poder social 'outro', e de uma sociedade 'outra', formas diferentes de pensar e atuar em relação e contra a modernidade/colonialidade, um paradigma que é pensado através da prática política. (apud CANDAU, 2010, p. 165)

CAPÍTULO II

O ENSINO DA HISTÓRIA E OS MATERIAIS DE APOIO PARA A QUESTÃO DA CULTURA AFRICANA E AFRO - BRASILEIRA

Ao longo dos anos, o ensino de História foi tomando rumos diferentes mudaram-se os objetivos, sua metodologia e suas práticas conforme a concepção de História que se ia adquirindo naquele determinado tempo histórico, pois o ensino deste componente curricular, assim como a história, faz parte de um processo em construção permanente.

Hoje, o ensino de História é fundamental para a construção da identidade social do indivíduo, pois busca ajudá-los a perceber-se como sujeito e agente da história; a compreender que as ações humanas interferem na realidade de determinado tempo e espaço; a perceber a pluralidade e a diversidade de experiências individuais e coletivas com suas mudanças e permanências.

Assim como a escola, o ensino de História tem o papel de estimular o aluno na compreensão da realidade vivida, tem o propósito de contribuir na formação de alunos críticos, autônomos e participativos que saibam lidar com a diversidade cultural, que respeitem as diferenças e defendam a igualdades de direitos. Portanto, entender a história do ensino de História nos possibilitará compreender como esse ensino contribuiu na formação de uma visão homogênea e eurocêntrica a acerca da formação da nação brasileira, na qual excluiu a história de grupos como índios e negros. Além de possibilitar compreender a importância da escolha do material didático - livro didático e paradidático - além de uma metodologia adequada para desconstruir ideias negativas que foram naturalizadas a cerca dos negros ao longo da história desse país.

1. A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS.

O ensino de História nem sempre teve os mesmos propósitos, ele foi fortemente influenciado pelo diferentes contextos históricos. Elza Nadai nos dá um pequeno histórico de como surgiu a disciplina História:

A história como disciplina escolar autônoma surgiu nos fins do século XIX, na Europa, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas, sendo marcadas por “duas imagens gêmeas” no dizer de François Furet: ‘a genealogia da nação e o estado da mudança, daquilo que é subvertido, transformado, campo privilegiado em relação àquilo que permanece estável’. A automização do objeto histórico unificou duas tradições do século XVIII, a do discurso enciclopédico que vinha elaborando uma doutrina do progresso e a outra calcada em um conjunto de técnicas e saberes distintos, cronologia, diplomacia,

viagens. “O século XIX, por intermédio do método científico, positivista, remodelou tal pensamento ao adotar a linguagem das ciências naturais, a história em árvore genealógica das nações européias e das civilizações de que são portadoras”. No Brasil, com a adoção da história como disciplina escolar no Colégio Pedro II, este embate vai ocorrer no interior dos mesmos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travada, entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil. (NADAI, 1997, P.23-24)

Portanto, a História do Brasil, naquele contexto, século XIX, apresentou-se como uma das disciplinas fundamentais no processo de formação de uma identidade comum, no qual o passado era tratado de maneira unificada e as ações humanas eram vistas de forma homogeneizadas com o intuito de constituir uma cultura nacional, baseada na miscigenação, ou seja, nas três raças (branco, índio e negro). Entretanto, naquele momento ressaltava-se o elemento branco, assim o discurso da elite intelectual passava a ser construído para desqualificar grupos, o negro e o indígena, com isso exaltar outro, o branco, essas ideias foram sendo difundidas por meio da educação. Segundo Carvalho (2006), os textos didáticos tinham cunho político, nacionalista e exaltavam a colonização portuguesa, os missionários, a monarquia, deixando de lado índios e negros.

[...] o discurso da democracia racial foi disseminado através dos livros didáticos nos conteúdos dos Programas de História. Os temas versavam sobre: a predominância de mestiços no Brasil; a total ausência de preconceito étnico/racial; a harmonia entre os brancos, negros, índios e mestiços, resultando numa sociedade sem conflitos, em que “cada etnia colaborava com seu heroísmo ou com seu trabalho para a grandeza e riqueza do País. (CARVALHO, 2006 p.52)

Dessa forma, o africano aparece como pacífico frente ao trabalho escravo, o indígena como o “bom selvagem” e o branco, na figura dos portugueses, como aqueles que descobriram e ocuparam um território vazio, nesse material didático era relatada apenas a escravização dos africanos, não se fazia referências sobre as resistências dos africanos à dominação dos europeus. Portanto, no Brasil, neste período, vai haver um silenciamento, muito grande, sobre a cultura africana, a historiografia mostrava o negro apenas como objeto comercial que fazia parte de um sistema mercantilista imposto pelas metrópoles.

Percebemos nesse período o papel que a historiografia desempenhou na construção do imaginário sobre o negro no Brasil, um discurso sustentado pelo Estado, junto com a igreja católica da época, o qual enfatizava o papel do negro apenas como elemento essencial para economia, além de reforçar a sua “coisificação”, contribuindo para a construção de estereótipos que os levaram a marginalização e conseqüentemente a exclusão na sociedade brasileira.

Segundo Fonseca, foi somente na primeira metade do século XX que esta disciplina se firmou, “foram as reformas do sistema de ensino nas décadas de 1930 e 1940 que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a, definitivamente, como disciplina escolar” (2017, p.56). Portanto, todo o aparato de apoio ao ensino e o livro didático - lembrando que, como explica Flávia Caimi (2002), é somente a partir da década de 1930 que os livros didáticos passaram a ser efetivamente produzidos no país - estavam voltados para o grande objetivo da educação que era fortalecer a unidade nacional.

Os programas de História continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando (...). O ensino de História seria um instrumento poderoso na construção do estado nacional, pois traria à luz o passado de todos os brasileiros, e teria (...) o alto intuito de fortalecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional (ABUD,1998, p.2)

Segundo Kátia Abud, neste período, os programas de formação estavam baseados em três eixos: unidade étnica, unidade administrativa/territorial e unidade cultural, mas que negavam o elemento negro na constituição física da população, mostrando apenas sua participação em alguns elementos como a língua, comida e superstições (como chamavam as religiões de origem africana) tudo para atender ao objetivo de formação do Estado nacional, pautado nos princípios da elite dominante. E é com a Reforma Gustavo Capanema (1942) que a disciplina História confirmou sua autonomia e se firmou enquanto formadora da moral e do patriotismo. Nas décadas seguintes, alguns programas do ensino de História sofreram alterações, mas nada que se afastasse das práticas e concepções tradicionais, isso pode ser percebido nos livros didáticos e material de apoio da época.

Com a mudança da configuração política promovida pelo golpe de 1964, o ensino de história no Brasil se impôs num sistema educacional diretivo acrítico, visto como uma sucessão linear de fatos considerados significativos. Desta forma, uma composição social livre de conflitos determinaria a ordem e o progresso almejados pelas estruturas do poder dominante. O Regime militar só aprofundou algumas características já existentes no ensino de História do país, a concepção tradicional continuou enfatizando os fatos econômicos e políticos, os personagens célebres, em especial, do novo regime, com o objetivo de garantir o controle ideológico e eliminar possíveis resistências ao regime ditatorial. Vemos, neste momento, mais uma vez, a historiografia reproduzindo o discurso de quem está no poder, a questão racial não era um problema a ser discutido naquele momento, o mito da democracia racial continua sendo sustentado, as desigualdades sociais são vistas como um fato natural, a

grande preocupação é “a formação de cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros” (NADAI, 1993, p. 158).

De acordo com Selva Guimarães Fonseca, a História do Brasil por muito tempo foi um apêndice da História universal, tendo uma perspectiva eurocêntrica, que influenciava nos programas curriculares de ensino. Na década de 70, do século XIX, houve a introdução dos estudos sociais, mas os programas de ensino e os livros didáticos continuaram transmitindo uma História que impunha o silêncio em relação a história dos próprios estudantes e a história de alguns grupos étnicos. Ao final da ditadura militar, com a reabertura política, inicia-se um debate acerca dos papéis políticos e sociais no campo da educação, em particular no ensino de História.

A década de 1980 aponta como o momento de elaboração de propostas curriculares com expectativas democráticas, neste período, surge sinais de mudanças no Ensino de História, começam a despontar outras correntes historiográficas no Brasil, em especial, a História Nova, dando um novo significado quanto ao papel da História, ou seja, ela passa a dialogar em torno da formação de “cidadãos políticos” capazes de construir uma consciência crítica frente ao mundo a sua volta. Por tanto, outros sujeitos, outros objetos e outras fontes de pesquisa são evidenciadas e estudadas, a exemplo, o estudo do cotidiano, a micro-história, imaginário, cultura entre outros, passasse a utilizar várias fontes, tais como: fotografias, iconografias, memória oral, entre outros documentos, a fim de compor e escrever outro estilo de História, uma história inclusiva, entremeada de vozes antes emudecidas e que “agora” reclamavam sua história, incluindo-se a dos negros.

Essas novas abordagens viabilizaram uma real edificação de uma história-problema, dentro do aporte teórico da história cultural, possibilitando, a elaboração de um currículo escolar que satisfizesse a demanda pela solução dos problemas vividos pela sociedade brasileira. Entretanto, apesar das novas correntes historiográficas e de suas novas metodologias percebe-se ainda muita resistência, principalmente, em relação ao negro, em mostrá-lo não só de forma estereotipada ou vítima, mas de levar o conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira e suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, com as mudanças de concepções a cerca do ensino de História, observou-se uma intensa discussão em volta dos materiais didáticos, em especial, do Livro Didático de História, em que se passou a analisar seus conteúdos, estrutura, imagens, todos os elementos que o compõe e também em decorrência da implantação da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da cultura e

da história da África e dos afro-brasileiros nos currículos da educação básica. As mudanças propostas pela lei sustentam-se na perspectiva do olhar que o ensino de história deu aos negros até então, em oposição a uma história marcada pela passividade diante da escravidão, por representações eurocêntricas, para Cavalleiro (2000) os materiais didáticos utilizados pelas escolas, ocultaram ou silenciaram a história positiva da população negra.

O ensino de História agora se propõe buscar descobrir aspectos não abordados, como a diversidade linguística, cultural e religiosa dos povos africanos e de que forma toda essa diversidade contribuiu para a formação da identidade brasileira. Em vista disso, suscitou a necessidade de rever e atualizar os referenciais historiográficos que por décadas balizaram as representações acerca do negro disseminadas nos livros didáticos. O livro didático de História é um campo aberto de produções de narrações históricas e da produção de conhecimento de nossa sociedade, visto que ele atinge públicos vastíssimos, é uma das vias em que a linguagem histórica é absorvida.

Entretanto, apesar das mudanças no ensino, muitos professores por motivos diversos, ainda utilizam o livro didático como única fonte de conhecimento, ainda são dependentes deles, o qual é colocado como objeto central da aula, e, não na condição de mediador no processo de ensino e aprendizagem ou como instrumento dinamizador desse processo.

Desse modo, Considerando a centralidade do livro didático no processo de ensino-aprendizagem e na construção das representações acerca do Outro, neste estudo buscaremos analisar as representações do negro no livro didático, observando se os mesmos atendem as recomendações da lei 10.639/2003. Assim, a análise do livro didático, nesta pesquisa, será em torno de sua contribuição na produção e reprodução de conhecimento, de valores e ideologias, das representações, de estereótipos e preconceitos ou silenciamento acerca do negro. Essa análise poderá nos fornecer caminhos para superar as visões equivocadas e estereotipadas que se tem sobre o negro dentro e fora da escola. Portanto, para analisarmos essas questões precisamos entender o livro didático, sua definição e característica, o processo de constituição do mesmo e qual o papel que desempenha nesse processo de ensino-aprendizagem e como está estruturado esse material didático da escola campo.

2. UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E PARADIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ BARROSO TOSTES

Como já foi assinalado anteriormente, o ensino de História e os materiais didáticos passaram por várias transformações conforme o tempo histórico, entretanto, algumas problemáticas como as questões étnico-raciais ainda são silenciadas, muitos livros didáticos

invisibilizam ou subalternizam determinados grupos étnicos, como negros e índios, ou então eles são apresentados carregados de preconceitos, apesar de algumas conquistas, como a do movimento negro que lutou pela implantação da lei 10.639/2003 visando quebrar as barreiras do preconceito e o reconhecimento da importância do negro na formação da sociedade brasileira.

Para iniciarmos nossa análise se faz necessário compreendermos primeiramente o que é o livro didático e o paradidático. De acordo com Circe Bittencourt (2018, p.242) o livro didático e o paradidático fazem parte do rol de materiais didáticos, por serem mediadores no processo de aquisição do conhecimento, ou seja, “os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre ensino e aprendizagem”, logo, esses materiais didáticos são os facilitadores ou dinamizadores no processo de apreensão de conceitos e de domínios de determinada área do conhecimento, com isso esses podem ser caracterizados como de suporte informativo ou como documentos. Esta autora faz uma diferenciação entre esses dois tipos de material, baseada no que diz os pesquisadores do Ensino de História e Geografia do Institut National de Rechercher Pédagogique (INRP) da França, para eles os materiais didáticos de suporte informativo:

[...] correspondem a todo discurso produzido com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares. Nesse sentido, temos toda a série de publicações de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas [...]. Os suportes informativos pertencem ao setor da indústria cultural e são produzidos especialmente para as escolas, caracterizando-se por uma linguagem própria, por um tipo de construção técnica que obedece a critérios de idade, como vocabulários, extensão e formatação de acordo com princípios pedagógicos. (2018, p.243)

E os materiais didáticos denominados de documentos são “o conjunto de signos, visuais ou textuais, que são produzidos em perspectiva diferente dos saberes das disciplinas escolares e posteriormente passa a ser utilizados com finalidade didática” (2018, p.243). Os documentos foram produzidos sem objetivo didático, com a intenção de atingir um público mais amplo, mas podem se transformar em material didático dependendo da sua condução em sala de aula. Temos como exemplo desses materiais os contos, lendas, documentários, música, romances, relatos de viajantes, contos, alvarás, etc.

Desse modo, para Bittencourt (2018, p.243) os livros didáticos são caracterizados como material didático de suporte informativo, ou seja, são produzidos intencionalmente para repassar saberes das disciplinas escolares, mas dependendo da metodologia aplicada também podem se transformar em documento, em objeto de análises e pesquisa. Os paradidáticos também são produzidos com fins educacionais, na categoria de suporte informativo, mas também podemos conceituar como paradidáticos como obras que são produzidas sem a

intenção pedagógica como as obras literárias, mas que podem ser utilizadas no ensino, esses materiais didáticos entram na categoria de documentos.

Neste estudo, iremos trabalhar com os materiais didáticos - livro didático e paradidático - de suporte informativo. Para melhor compreensão desses materiais iremos, primeiramente, caracterizar o livro didático e a partir de então analisar os livros didáticos de História da escola em questão. Logo após, caracterizaremos o livro paradidático e faremos também a análise das obras utilizadas como suporte de apoio nas aulas sobre a cultura africana e afro-brasileira, buscando mostrar a sua importância nesse processo de ensino e aprendizagem do conhecimento histórico.

2.1- A presença do negro no livro didático do Ensino Médio

Nesta etapa do estudo, buscaremos conhecer o livro didático, esse material que é um suporte ou um instrumento de trabalho utilizados nas escolas por alunos e professores, analisaremos também as representações sobre o negro contidas no livro didático de História, esta análise é de grande importância, pois, por este ser um instrumento pedagógico, ele é utilizado em todas as séries do ensino médio. Os livros didáticos que serão objetos de análise são da coleção: *História: passado e presente*, de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016). Estes fazem parte do Programa Nacional do Livro (PNLD) e são os livros que estão sendo utilizados na escola campo desde 2018.

Para Bittencourt (2018), o livro didático tem um caráter contraditório, por ser um objeto mercadológico, mas também educativo, por ser um depositário dos conteúdos escolares, ou seja, suporte básico e sistematizador dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares e é também um objeto que faz a transposição didática do conhecimento histórico da academia para a sala de aula, pois, por se direcionar para determinado público, é escrito de forma acessível e simplificada, entretanto, em determinados momentos limitam questões mais complexas.

Essa autora enfatiza que o livro didático é um objeto cultural complexo, pois se trata de um bem cultural de difícil definição, em função da sua histórica instrumentalização no âmbito da educação escolar, pois é uma obra que sofre interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo, dependendo do lugar, do momento pode ser utilizado em diferentes situações, mas é possível identificá-lo, diferenciando de outros livros por ter uma característica própria.

Mas o livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas

curriculares; é por seu intermédio que são passados conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões lingüísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulários próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos (Bittencourt, 1997, p. 72)

Portanto, além de ser um produto mercadológico é também um suporte de conhecimentos escolares, que são propostos pelos currículos educacionais, os quais os conteúdos propostos são expressos em seus textos. Então, percebesse, neste momento, a presença do Estado no livro didático, direcionando os conteúdos a ser ensinado e estabelecendo critérios para avaliá-los, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),²³ assim, ele desempenha um importante papel político.

O livro didático deve ser produzido em adequação a parâmetros que se imagina constitutivos de um instrumento auxiliar do processo de ensino e aprendizagem. Isso implica uma série de critérios já apontados: conteúdo adequado ao currículo, legibilidade e inteligibilidade apropriados ao público-alvo; subdivisão da obra em partes, como texto propriamente dito, boxes, resumos, glossário, bibliografia, atividades e exercícios etc., segundo uma estrutura de organização adequada à aprendizagem; e, sobretudo, subordinação do estilo do texto e da arte gráfica a esse objetivo de servir de instrumento auxiliar de ensino/aprendizagem. (MUNAKATA, 1997, p. 108)

Logo, o livro didático também é um instrumento pedagógico, pois ao lado dos textos, ele produz uma série de técnicas de aprendizagem, exercícios, sugestões de trabalhos, enfim, as tarefas que o professor e o aluno devem desempenhar para a apreensão dos conteúdos. Entretanto, o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura de determinada época e sociedade, por isso é de fundamental importância o papel do professor na escolha do livro e da metodologia para utilizá-lo, pois ele é o mediador nesse processo de ensino-aprendizagem, o método de leitura de textos e imagens, as tarefas decorrentes da leitura essas opções são exclusivas do professor, mesmo quando este está limitado a um determinado projeto de escola.

Bittencourt (2018) faz uma reflexão sobre as diversas ilustrações presentes nos livros didáticos de História e propõe uma metodologia de trabalho visando a articulação entre textos e imagens presentes nos livros, esta entende que as imagens dinamizam sua estrutura, as mesmas são capazes de exteriorizar concepções, ideias e valores, são formas de representações e interpretações de mundo.

A autora cita um dos maiores pesquisadores de livro didático Alain Choppin, o qual diz que na atualidade o livro didático é:

²³ O PNLD foi instituído em 1985 e em 1996 o livro didático passou a ser avaliado por equipes especializadas.

[...] uma “ferramenta polifônica”, com várias funções. As funções atuais do livro didático são: avaliar as aquisições dos saberes e competências; oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos. (apud, Bittencourt 2018, p. 251),

Os livros didáticos têm sofrido várias mudanças não somente nas suas funções, mas também na sua estrutura, pois os mesmos são adaptados conforme o surgimento de novas leis educacionais e também ao referencial do Programa Nacional do Livro Didático. Hoje, os livros são apresentados em forma de coleções que se destinam as diferentes séries do Ensino Básico.

Para se analisar o livro didático, Bittencourt (2018, p. 254) propõe uma metodologia de análise, na qual não se deve identificar apenas os valores e ideologias contidas no livro didático, mas, se faz necessário, analisar mais três pontos: sua forma, o conteúdo histórico escolar e seu conteúdo pedagógico.

Segundo esta autora, quanto à forma por ser uma mercadoria precisa atender aos anseios do público alvo que é o professor e o aluno, então encontram meios para seduzir o consumidor, por isso é importante analisá-lo. Faz-se necessário dá atenção principalmente a capa, desde suas cores, ilustrações, o título e as informações sobre as propostas curriculares (PCNs). É importante observar se o que está na capa condiz com o interior do livro. Outros aspectos que devem ser observados são a qualidade do papel, reproduções e quantidades de ilustrações e se as mesmas não estão ali só para ilustrar sem função pedagógica, ou seja, a análise da forma deve dar uma visão da apresentação gráfica como está dispostos seus diferentes tópicos.

O Segundo ponto a ser analisado é o conteúdo, em virtude do livro didático ser um sistematizador de conteúdos provenientes das propostas curriculares e do conhecimento histórico, é de suma importância perceber a linha historiográfica do autor, observar a bibliografia utilizada para ver se o autor está atualizado, as leituras complementares que são indicadas para os professores, a forma que os conteúdos são apresentados se estão dando abertura para que o aluno também possa contestar ou produzir conhecimento, se a linguagem é acessível aquele determinado público, se os conceitos estão colocados de forma simples, mas com as informações necessárias.

O terceiro ponto a ser analisado é o conteúdo pedagógico, ou seja, a articulação entre informação e aprendizagem, é importante avaliar como esse autor pensou esse processo de apreensão do conteúdo pelo aluno, o livro didático como já foi mencionado não é apenas um sistematizador de conteúdos ele também inclui métodos de aprendizagem, neste momento

entra o papel do professor neste processo, por isso é necessário que o professor esteja seguro da sua própria concepção de História para poder interagir com qualquer metodologia de ensino ou instrumento didático, pois ele é o responsável de conduzir o processo pedagógico de sua sala de aula. É importante ressaltar que o professor não pode transferir toda a responsabilidade do processo de ensino para o livro didático é necessário avaliá-lo e fazer suas adaptações no processo pedagógico, os alunos trazem consigo um conjunto de saberes históricos apreendidos com a família, ou por outros meios, o professor deve saber valorizar esse conhecimento. Como diz Fonseca (2003)

Os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos nos outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós professores, incorporamos no processo de ensino e aprendizagem outras fontes de saber histórico, tais como o cinema, a TV, os quadrinhos, a literatura, a imprensa, as múltiplas vozes dos cidadãos e os acontecimentos cotidianos. O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate das diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica. (FONSECA 2003, p. 37)

A análise dos livros didáticos utilizados pela Escola Estadual Professor José Barros Tostes terá como referência a proposta metodológica da professora Circe Bittencourt, explanada acima e que está disposta em seu livro *Ensino de história: fundamentos e métodos*.

2.1.1 – O negro no livro didático de História

Falar sobre o negro no livro didático requer refletir a construção da identidade dos alunos negros que utilizam o referido material pedagógico e como o Outro trata este aluno e vê este aluno, pois a escola é arraigada por valores eurocêntricos, que de forma intencional ou não, reproduziu por muito tempo estigmas sobre este povo. Não é preciso muito esforço para saber que a história do povo negro relatada nos livros didáticos, foi evidenciada sob a perspectiva do Outro (colonizador), no qual os negros, em geral, eram apresentados somente pela raça ou comumente por ser descendente de ex-escravizados, mostrando-os como o pobre, o mal, o marginal, ou com estereótipos. Diante disso, Silva (2005, p.23) enfatiza que até a década de 1980:

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. [...] A criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média.

O livro didático ao veicular estereótipos e caricaturas, antes a década de 1980 era comum encontrar nos livros didáticos imagem do negro ligado a animais ou em situações de

subalternidade, propagou uma representação negativa e de subordinação do negro e uma representação positiva do branco, contribuindo para a propagação da ideologia do branqueamento (ver no capítulo anterior), baseada na ideia de superioridade e inferioridade das raças. Para Silva:

[...] esses livros veiculam a relação opressor-oprimido, o branco é o representante da espécie com atributos tidos como universais [...] evidenciou-se pelo desempenho das atividades profissionais mais diversificadas. O negro foi associado a personagens maus, à sujeira, à tragédia, à maldade. O branco representou os santos, os ricos e os heróis. (SILVA, 2004, p. 29)

Portanto, os estereótipos presentes nos livros didáticos, podem promover exclusões e cristalizações sobre o outro gerando preconceitos e conseqüentemente ao racismo e o sujeito/aluno estigmatizado de forma negativa tende a internalizar uma imagem negativa de si próprio, promovendo a auto-rejeição e a baixa estima, levando-o, muitas vezes, negar sua própria identidade.

Contudo, a partir do final da década de 1980, no período de redemocratização, percebeu-se fortemente a pressão dos movimentos negros para o combate ao racismo no livro didático, no qual, segundo ROSEMBERG (2003, P.138) para alcançar esse objetivo foram realizadas seminários, encontros, publicações, oficinas, sobre educação e raça, tratando sempre, entre outros temas, do racismo e seu combate nos livros didáticos e da modificação do currículo escolar visando à inclusão da História da África e dos afro-brasileiros que desencadeou na aprovação da Lei 10.639/2003, como forma de combater o racismo nas escolas.

Silva (2005) também fez uma análise dos livros didáticos da década de 1990, sendo que neste período os livros didáticos já apresentavam algumas mudanças, o negro já não era apresentado de forma caricatural como de animais, já era apresentado com características humanas, entretanto, ainda havia uma ausência muito grande do negro nesses livros.

Todavia, temos que considerar que os silenciamento também falam e tem poder, e a memória e esquecimento são instrumentos de construção identitária essenciais para um povo, comunidade, grupos. No caso do povo negro, o esquecimento ou ocultamento nos livros didáticos de uma história positiva dos povos africanos, como por exemplo, suas origens, até mesmo a luta do movimento negro por direitos civis ou por educação, esta ausência levaram a naturalização no imaginário da sociedade brasileira de que a população negra é inferior, que traz consigo sofrimento ou a marginalização e que a estes tem que ser relegada os cargos e funções de menos prestígio na sociedade.

Passado dezesseis anos da promulgação da lei 10.639/2003, vem um questionamento: será que os livros didáticos utilizados pelos alunos da escola pública, em especial, da Escola Estadual Professor José Barroso Tostes está seguindo o que determina essa lei? Esse material didático contempla a necessidade proposta pela lei ou contribui com a prática do racismo? Lei esta que tem o objetivo de combater o racismo nas instituições escolares. Por esse motivo, me propus a analisar o livro didático utilizado pelos alunos do ensino médio desse estabelecimento de ensino, o livro a ser analisado, foi escolhido no ano de 2017 e, atualmente, está sendo usado pelos alunos e será utilizado até o ano de 2020.

Cabe ressaltar que a análise deste livro tem a intenção de perceber a presença ou invisibilidade e as representações do negro neste material didático e se está em consonância com a lei 10.639/2003.

Os livros didáticos que serão objetos de análise são: *História: passado e presente*, de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016). Estes fazem parte do Programa Nacional do Livro (PNLD). Esses livros fazem parte de uma coleção de livros destinados aos alunos do ensino médio.

Esta coleção é composta por três volumes relativos ao primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio, no qual, está estruturada em unidades temáticas, organizadas em capítulos que integram a História Geral, de matriz européia, a História do Brasil, da América, da África e da Ásia, em ordem cronológica. O enfoque da coleção recai sobre a relação passado-presente e reserva espaço aos textos e atividades que contribuem para a problematização do mundo em que se insere o estudante, esta coleção também é acompanhada do manual do professor.

De modo geral, cada unidade do livro do aluno é composta por capítulos que apresentam a História Geral e do Brasil de forma integrada, seguindo uma organização cronológica linear. Em cada capítulo há um texto de abertura que relaciona o conteúdo a ser estudado com um acontecimento contemporâneo. Em seguida, é apresentado o texto base ou texto central que trabalha as informações históricas básicas do capítulo, intercaladas com imagens, glossário, sugestões de filmes, livros, acompanhadas de sinopses, e boxes. Ao final de cada capítulo, são propostas atividades: com Interpretação de documentos e atividade com questões diretas (para memorização) e questões extraídas de provas de vestibular e do ENEM, também traz um espaço chamado *É Hora de refletir* que liga questões históricas com a realidade. E finalizando um Esquema Resumo e sugestões de leitura, além da bibliografia.

Esta coleção vem acompanhada do manual do professor, no qual contém orientações pedagógicas específicas para o professor abordar junto aos estudantes, propostas de como ele deve abordar conceitos, temas e processos históricos contemplados na coleção, em alguns momentos transparecendo certa imposição. Traz também sugestões de atividades alternativas, bem como de indicações de textos complementares, referências de livros, sites e filmes.

Quanto à forma, para dar ênfase ao nome da coleção e ao objetivo da mesma, as capas dos livros trazem imagens de acontecimentos de um passado distante e imagens do presente, sendo que as imagens do passado são apresentadas em preto e branco, e as do presente com cores diversificadas enfatizando a realidade vivida. Para Bittencourt (1997, 77), “as ilustrações estão relacionadas aos aspectos mercadológicos,” as imagens são uma das estratégias para conquistar o leitor. Portanto, as ilustrações são uma das formas do produtor convencer o leitor utilizarem o seu livro.

O Livro do Estudante estrutura-se em unidades, sendo que cada volume está organizado da seguinte forma: Apresentação, em que o autor fala de uma forma geral sobre a coleção ao aluno, fazendo referência aos acontecimentos do passado e mostrando que influenciaram o nosso presente, destaca o fato que devemos ter um olhar crítico para esta realidade; em seguida tem a sessão Conheça a coleção, na qual é mostrado para o aluno como a coleção está estruturada; na página seguinte vem o Sumário e em seguida as Unidades conceituais com o tópico e com um texto base que introduz os conceitos que serão trabalhados ao longo das unidades, por fim uma atividade para Começo de conversa.

Quanto ao conteúdo, eles estão distribuídos por conceitos ou temáticas, com uma linguagem bem simplificada e muito sintética, para Bittencourt

O livro didático procura universalizar leitores distintos e estabelecer uma “cadeia de transferência” do conhecimento histórico sem divergências. Quem elabora manuais escolares almeja sua eficiência como transmissor de determinado conhecimento e para isso recorre a uma linguagem que seja não só acessível a um público pouco heterogêneo e de fácil assimilação, mas, ao mesmo, tempo capaz de sintetizar muitas informações. (BITTENCOURT, 2018, p. 257)

Como disse a autora, com a pretensão de alcançar um maior número de público, o autor procura trazer uma linguagem acessível. O texto base, da coleção em questão, traz as informações históricas muito sintetizadas e diretas, mas não foge da linha tradicional e eurocêntrica, apesar de se apresentar como um livro que traz a história integrada, os conteúdos são bem separados história geral e história do Brasil. Entretanto, nas palavras utilizadas pelo autor na escrita dos textos, percebe-se o cuidado de fazer uso de termos que não tenha um cunho preconceituoso ou estereotipado. Em relação ao negro, percebe-se que o autor utiliza uma linguagem atualizada, ou seja, uma linguagem que nos leva a desconstruir

antigos conceitos como a substituição da palavra escravo por escravizado²⁴, quando se refere às pessoas que foram submetidas ao trabalho forçado durante os primeiros séculos de Brasil.

Os temas trabalhados dentro das unidades no livro do 1º ano são: I - *Conhecimento e criatividade*; II – *Urbanização*; III - *Direito e Democracia*; IV - *Diversidade Religiosa*. Os conteúdos dentro das unidades seguem uma ordem cronológica que vai da origem da Humanidade até a Reforma protestante, atendendo a proposta curricular (anexo 01). No livro do 1º ano percebi certo comprometimento do autor com a valorização do negro, a introdução do livro traz uma imagem de vários jovem na universidade, entre eles o negro, em outra imagem mostrando escravizados libertos em 1900, para refletir sobre as mudanças e continuidades históricas. Também na Unidade IV – *Diversidade religiosa*, no capítulo 10- *Reinos africanos*, há um espaço exclusivo para tratar sobre a História Antiga da África, ele foca nos Reinos africanos, entretanto, somente no boxe curiosidade, espaço muito pequeno, que se falou sobre a presença africana no Brasil. Este capítulo também veio acompanhado de um texto complementar “A Diversidade da África” com imagens de estudantes de uma universidade norte-americanos que traziam bandeiras de diferentes países respondendo a comentários estereotipados sobre a África, conforme a imagem abaixo.

Imagem 2 – Texto complementar “A Diversidade da África”



Fonte: Livro Didático. V. 01, p. 196 (livro do aluno)

²⁴Para K. Munanga a existência do chamado "escravo" não é razão para aceitar a escravidão. Em qualquer circunstância, a escravidão é uma instituição desumanizante e deve ser condenada. O homem nasce livre até que alguém o escravize. Portanto, o próprio conceito está errado. O correto é "escravizado", não "escravo". Não há uma categoria de escravo natural. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pt/security-icts/nova-legisla%C3%A7%C3%A3o-e-pol%C3%ADtica-de-cotas-desencadeariam-ascens%C3%A3o-econ%C3%B4mica-e-inclus%C3%A3o-dos>

Juntamente com as imagens tem um texto explicando que esses jovens fizeram uma campanha intitulada ‘*A verdadeira África: combata o estereótipo*’, na qual as pessoas apresentadas tinham o objetivo de responder a comentários estereotipados e ofensivos. Portanto, esta imagem está diretamente relacionada ao conteúdo exposto no texto base desta unidade, que mostra os diferentes reinos africanos e suas peculiaridades, neste capítulo percebe-se o cuidado do autor em denunciar o racismo e desconstruir concepções erradas e negativas sobre este povo no decorrer da história. Observa-se o cuidado em destacar a diversidade de povos que o continente africano abriga e o fato de não terem uma única História, mas experiências culturais diferentes.

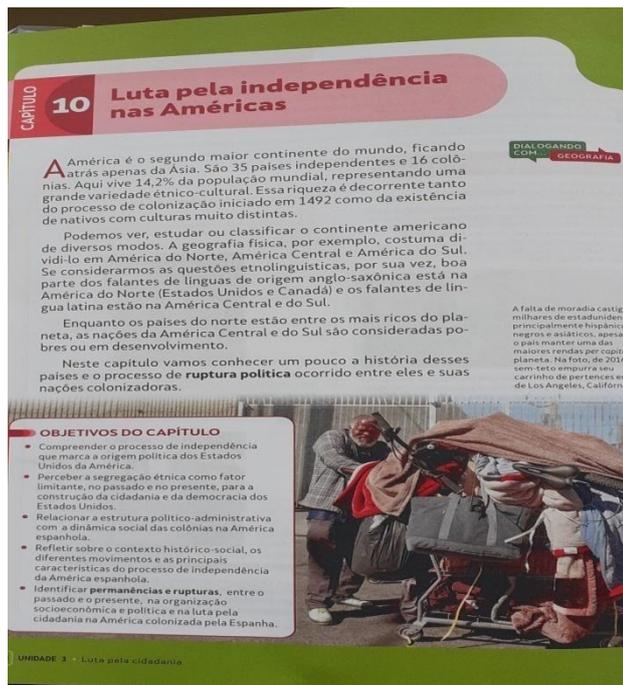
Ainda nesse mesmo capítulo tem uma atividade sobre as crenças africanas e uma proposta para os alunos pesquisarem reportagens sobre religiões afro-brasileiras. Logo, se percebe a preocupação do autor em cumprir o que propõe a lei 10.639/2003.

No livro do 2º ano os temas trabalhados são: I - *Diversidade Cultural*; II - *O Trabalho*; III - *Luta pela cidadania*; IV - *Política e participação*. Os conteúdos dentro das unidades também seguem uma ordem que vai das grandes navegações até o século XIX na Europa. Neste livro, o autor segue a mesma linha do 1º ano, procurou atender o que pede a lei 10.639/2003, sendo que por ser um livro que segue uma ordem cronológica linear, tendo como referência a história européia, parte da história do Brasil é relatada no volume do 2º ano, desse modo, o negro aparece em três capítulos.

Primeiro, aparece na unidade II – *O trabalho*, no capítulo 5- *Africanos na América portuguesa*, este capítulo, trabalha sobre a escravidão na África e no Brasil, as formas de resistências dos escravizados no Brasil e um pequeno texto sobre pluralidade cultural, mas que só citava os povos que chegaram ao Brasil, não fazendo referência ao que eles trouxeram e deixaram de legado. Entretanto, esse capítulo traz textos complementares, como o discurso da Ministra da Mulher, Nilma Lino, sobre democracia, diversidade, resistência e luta, questionando se todos têm vida digna, também traz a imagem e o discurso da ativista negra Lélia Gonzales, que luta contra a discriminação da mulher negra.

Na unidade III – *Luta pela cidadania*, o capítulo 10, em seu texto base mostra a luta pela independência nas Américas. A introdução deste capítulo apresenta a imagem de um sem-teto negro nas ruas dos Estados Unidos, que nos leva a refletir como os fatores étnicos segregaram no passado e no presente, vejamos esta imagem:

Imagem 3: Segregação por fatores étnicos



Fonte: Livro Didático. V. 02, p. 164 (manual do professor)

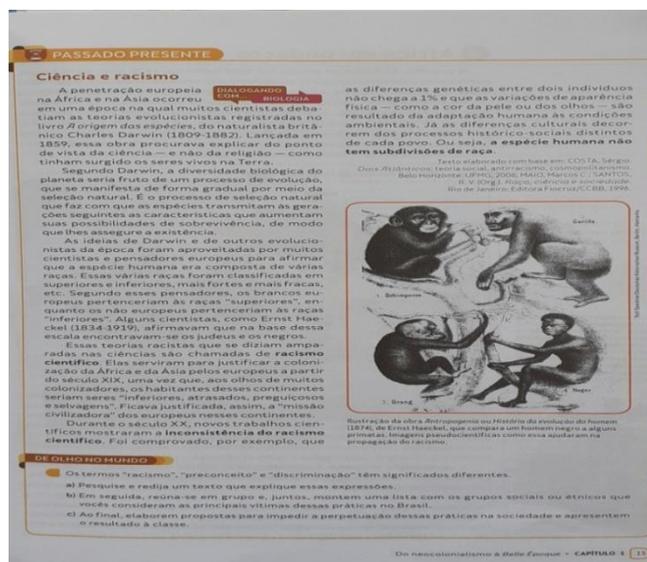
A imagem acima mostra um sem-teto empurrando um carrinho com seus pertences em uma rua de Los Angeles (Califórnia), segundo o texto que acompanha a imagem, assim como ele, milhares de estadunidenses, principalmente, hispânicos, asiáticos e negros se encontram nessa situação, ou seja, vivem nas ruas sem moradia. Portanto, a imagem retrata a desigualdade social existente nessa sociedade, especialmente, com os negros devido a sua origem étnica, ou seja, demonstra claramente a segregação racial como um fator limitante para a construção da cidadania. A imagem por si só mostra o negro apenas em uma situação de inferioridade, para que o aluno compreenda o contexto, no entanto, para que se faça relação com o tema é necessário que o professor conduza esta reflexão, pois o texto base não faz relação alguma, somente nos objetivos desse capítulo exposto no manual do professor, em que propõe que o mesmo conduza o aluno a uma reflexão dos fatores que levaram este negro a uma condição social degradante, ou seja, deve relacionar essa condição social a segregação social imposta desde a colonização, quando foram submetidos ao trabalho escravo, ou seja, para que o aluno perceba que a discriminação racial e social em relação ao negro, presente nesta sociedade é consequência do passado.

Já na unidade IV - *Política e participação*, no capítulo 15, o negro aparece novamente, o texto base traz o fim da escravidão e do império, entretanto, somente o texto

complementar vem mostrar a luta do negro por liberdade e a figura de homens e mulheres na luta contra segregação racial, na busca de inclusão e cidadania.

No livro do 3º ano os temas trabalhados são: I - *Ciência e tecnologia*; II - *Meios de comunicação de massa*, III – *Violência*; IV – *Ética*. O autor, neste volume, caminha na mesma linha dos demais livros da coleção, segue uma ordem cronológica linear tendo como referência a história europeia, os seus conteúdos dentro das unidades vão do neocolonialismo até a redemocratização no Brasil. Observa-se que este material em alguns momentos atende o que pede a lei 10.639/2003. O negro aparece neste livro primeiramente na unidade I, no 1º capítulo, intitulado “Do neocolonialismo à Belle Époque”, este capítulo trabalha o processo de colonização da África e da Ásia e os impactos que esta colonização levou para esses continentes, além disso, traz uma ilustração comparando o homem negro a primata e um texto complementar: *Ciência e racismo*, o qual explica como a ciência contribuiu na propagação do racismo neste período. Vejamos:

Imagem 4: Ciência e racismo



Fonte: Livro Didático. V. 03, p. 15 (livro do aluno)

A seção “passado e presente” apresenta a imagem acima, ilustração pseudocientífica, a qual ajudou na propagação do racismo no século XIX, o autor, no texto que acompanha a imagem, busca refletir sobre a forma com que a ciência contribuiu para a dominação e discriminação do continente africano e asiático, propõe que o aluno conheça o significado de racismo, preconceito e discriminação, além de refletir sobre essas práticas na sociedade atual. Portanto, o autor segue a linha iniciada no volume 1 desta coleção, no qual busca atender o

que pede a lei 10.639/2003, mostrando como o racismo, tão presente em nossa sociedade, foi sendo construído.

Além deste capítulo aparece na unidade 2, nomeada de “Meios de comunicação de massa”, mais especificamente nos capítulos seis e oito, sendo que o sexto capítulo, chamado de *O Brasil durante o governo Vargas*, aparece uma imagem de integrantes da Frente Negra Brasileira (1931) e o autor abriu um espaço no texto base para falar da criação desta frente, além de sua atuação na educação. Também na atividade no final deste capítulo aparecem algumas fotografias para os alunos interpretarem, nas quais, em uma delas aparece o negro, no entanto nas demais, ele foi substituído por propagandas, demonstrando como o racismo estava impregnado na sociedade, esta imagem será apresentada na parte que falarei das atividades. O negro também aparece no capítulo 08, o qual trata sobre a independência política da África, Ásia e América latina, também no final deste capítulo traz imagens de uma das atuações do teatro experimental negro e uma imagem do filme o pagador de promessas com um texto complementar criticando a intolerância religiosa.

É importante ressaltar que esta coleção apresenta bastantes ilustrações, sendo que no livro do 1º ano contabilizamos 220 imagens, entretanto, somente em 08 delas aparece a imagem do negro. No do 2º ano encontramos 232 imagens e em 33 delas aparece a figura do negro, já o do 3º ano contém 261, sendo que em 17 delas aparece o negro. Percebe-se através da quantidade de imagens a intenção da editora em atrair o aluno através do visual. Entretanto, apesar das obras possuírem uma gama de imagens, algumas em condição de fonte histórica, pouco se vê a presença do negro nessas imagens, somente em determinados conteúdos, uma quantidade muito pequena em relação ao número de imagens expostas neste material, no que diz respeito às imagens Paiva (2002) nos alerta:

[...] a imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas [...] as imagens não se esgotam em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser aprendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver [...] há, como já disse antes, lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos. (PAIVA, 2002, p.19)

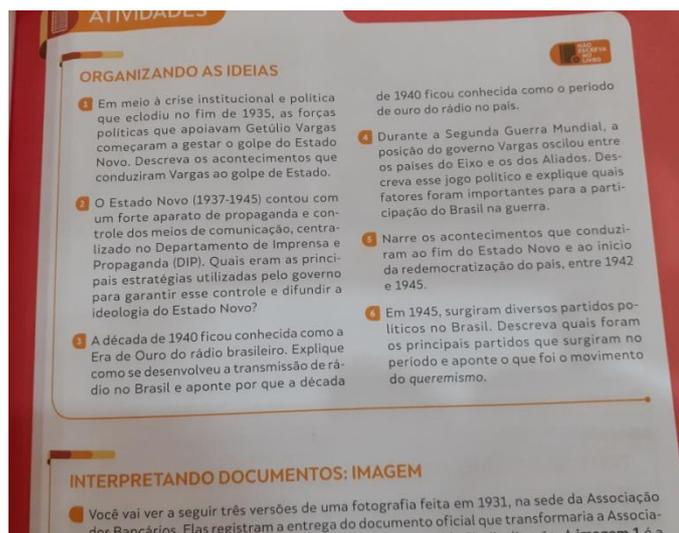
Portanto, é importante também analisar nos livros didáticos as imagens e o porquê dessa ou daquela imagem, qual realidade histórica aquela imagem quer representar, além de se fazer necessária uma reflexão do porquê da invisibilidade do negro na maioria das imagens, o silêncio também pode nos dizer muitas coisas. A imagem é uma escolha do produtor do livro, por isso é importante saber indagá-las, em vista disso, o papel do professor nesse processo é fundamental para ajudar o aluno a compreender as imagens expostas e também a ausência delas. Entretanto, é importante ressaltar que neste livro as poucas imagens que

aparecem o negro, como nas imagens acima apresentadas, percebe-se através delas a preocupação do autor em mostrar a presença e luta dos negros contra a discriminação e o racismo, ou seja, elas não são apresentadas com estereótipos, mas apresentadas a partir de determinadas realidade sofridas, consequência de anos de segregação e discriminação, como podemos ver nas imagens 1, 2, 3 e 5.

Quanto ao conteúdo pedagógico, à metodologia do autor, envolve em alguns momentos uma metodologia tradicional, seguindo uma linha cronológica de acontecimentos baseado na história européia e em outros momentos segue uma percepção de história problema ele busca fatos do presente para se compreender a luz do passado, busca conduzir o aluno para que na leitura do texto base, relacione com os conceitos ou problemas apresentados na introdução da unidade.

Nas atividades, a metodologia aplicada, existe um misto de tradicionalismo, onde é baseada na memorização, na sessão de atividade chamada de *Organizando as ideias*, propõe ao aluno questões de síntese e perguntas diretas sobre o conteúdo estudado, temos como exemplo a atividade do final do 6º capítulo *o Brasil durante o governo Vargas* (Unidade II do livro do aluno) :

Imagem 05: Questões de memorização do conteúdo

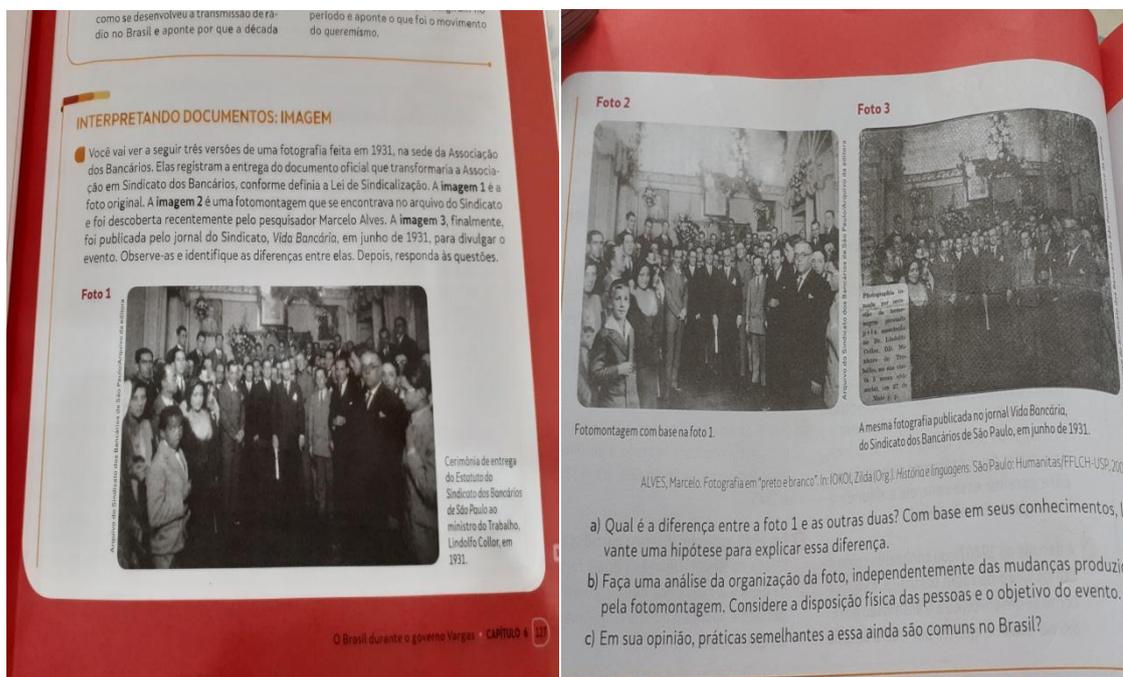


Fonte: Livro Didático. V. 03 p.127

Nesta atividade, percebe-se que o intuito é somente retornar ao conteúdo visto e verificar o que o aluno conseguiu assimilar. Entretanto, na mesma página na sessão *Interpretando documentos: Imagens*, a atividade traz questões que permitem o aluno desenvolver suas capacidades intelectuais de análise e reflexão, além de possibilitar o mesmo em ter contato e leituras de diferentes documentos, temos como exemplo a atividade abaixo,

em que as imagens apresentadas são versões de uma fotografia em 1931, na Associação dos Bancários:

Imagem 6: Interpretando documentos



Fonte: Livro Didático. V. 03 p.127 e 128 (livro do aluno)

Nesta atividade, o aluno é convidado a observar as imagens e perceber as diferenças existentes entre elas, as mudanças produzidas através da fotomontagem, além de levantarem hipóteses das motivações dessas fotomontagens, também convida o aluno a olhar a realidade vivida para ver se ainda existe esse tipo de prática na atualidade. Portanto, esta atividade possibilita ao aluno perceber as mudanças e permanências, perceber as semelhanças e diferenças entre os acontecimentos históricos e possibilita também o uso de diferente linguagem como no caso a fotográfica.

Nesta coleção, há atividades que instigam os alunos a pesquisarem, especialmente, no que concerne a cultura afro-brasileira, por exemplo, uma das atividades apresenta imagens de uma tradição cultural trazida pelos negros e propõe ao aluno pesquisar outras existentes no Brasil. Entretanto, muitas vezes, por questões diversas, o aluno não realiza suas pesquisas ou porque não tem acesso à internet, a revista, a livros, não encontra esses materiais na biblioteca da escola, vale destacar que, na maioria das vezes as escolas só possuem livros didáticos, portanto o aluno deixa de adquirir novos conceitos, novos conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira, permanecendo as antigas visões estereotipadas que estão arraigadas ao cotidiano brasileiro e ao ambiente escolar, não oportunizando ao aluno conhecer saberes, valores,

crenças e costumes desse povo, ou seja, de desconstruir e construir novos valores e novos saberes.

O que se percebe através dessas atividades é a existência de algumas rupturas com o padrão tradicional, quando se propõe a análise de documentos, de imagens, quando se problematiza determinados conteúdos, por outro lado, existem várias permanências principalmente quanto a forma de se repassar o conhecimento histórico, no qual a história é repassada de uma forma bem tradicional centrada no conteúdo, com atividades centradas na memorização.

Segundo Bittencourt (2018, p.190), desde a década de 1970 e intensificado na década de 1980 o debate a cerca da renovação do ensino de História, além de uma das grandes preocupações ser a renovação dos métodos de ensino. Esta autora propõe a adoção de um método que parta da formulação do problema sobre o objeto de estudo e que este método seja dialógico, baseado no método dialógico defendido por Paulo Freire²⁵, que não seja centrado na figura do professor, que valorize os conhecimentos e experiências dos alunos, além desta autora vários outros autores²⁶ também passaram a discutir o ensino de História e propuseram métodos que rompem com o método tradicional centrado no conteúdo e no professor, os quais propõem a utilização de diferentes linguagens e práticas de ensino para a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, métodos que possibilitam ao aluno fazer comparações, identificar semelhanças e diferenças entre os acontecimentos, estabelecer relações entre as situações históricas, fazer leituras e análises de diferentes documentos.

Outra questão que precisa ser levantada é que o autor no início da coleção coloca como objetivo reconhecer a presença do africano e de sua cultura na formação da sociedade brasileira, tanto no passado como no presente, entretanto, o que observei mesmo tentando romper com a história tradicional eurocêntrica, apresentando na sua bibliografia autores da nova história e da história cultural, ou seja, ele trabalha o passado no texto base de uma forma bem tradicional e somente nos textos complementares, de uma forma bem sucinta, que tenta romper com o eurocentrismo, mostrando no presente a presença da cultura negra na nossa

²⁵ Ver: FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

²⁶ Ver: BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144; BRODBECK, Marta de Souza Lima. Vivenciando a História: metodologia do ensino da História. Curitiba: Base Editorial, 2012; PINTO, Júlio Pimentel; TURAZZI, Maria Inez. Ensino de História: diálogo com a literatura fotografia. São Paulo: Moderna, 2012; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2009; CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. História e linguagens. São Paulo: FTD, 2009; CLARO, Regina. Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula: Hedra Educação, 2012.

sociedade. É importante destacar que na maioria das vezes o professor utiliza em suas aulas somente o texto base, deixando de lado o texto complementar ou as atividades, que no caso desta coleção, para melhor entendimento do aluno sobre a presença da cultura africana na sociedade brasileira teria que trabalhar o texto complementar e as atividades para poder refletir sobre essas questões.

Contudo, entendemos que o professor deve tomar para si a responsabilidade de apontar caminhos, de criar estratégias, de conduzir o processo pedagógico em sua sala de aula. Como diz CAIMI (2002, p. 29), “sendo um mediador entre o livro didático, o professor precisa estar seguro de sua própria concepção de história, para interagir quantitativamente com qualquer metodologia de ensino ou instrumento didático-pedagógico que lhe apresente”, mas também não podemos esquecer que para o professor escolher bem o material e metodologia que vai utilizar em sala de aula, ele precisa estar preparado, ter acesso a esses materiais e precisa ter uma boa formação, no entanto, isso esbarra em uma série de questões como horas excessivas de trabalho, a qualidade da formação na graduação, falta de acesso a formação continuada, tudo isso influencia na qualidade do ensino.

Independente das problemáticas do cotidiano, o professor tem um papel fundamental nesse processo de ensino e aprendizagem, de acordo com Bittencourt, a escolha do material didático ou da metodologia é também uma opção política do professor e da comunidade escolar. É um ponto estratégico que exige o comprometimento com o tipo de aluno que se quer formar “a escolha dos materiais depende, portanto, de nossas concepções sobre o conhecimento, de como o aluno vai aprendê-lo e do tipo de formação que lhe estamos oferecendo” (BITTENCOURT, 2018, p. 245), portanto, a escolha do tipo de material didático a ser utilizado está diretamente ligada ao tipo de ensino que queremos oferecer a esse aluno.

Não se deve esquecer que o aluno já traz de casa toda uma carga de conhecimentos e ideologias, saberes apreendidos na família, nos meios de comunicação, trazem valores, atitudes, comportamentos, portanto, o professor que é o condutor deste processo, precisa apresentar uma diversidade de fontes e materiais didáticos para dinamizar a prática do ensino, de forma a democratizar o acesso ao saber, para facilitar o debate, o confronto de diferentes visões, de modo, também, a estimular o conhecimento das diferentes culturas e das diferentes experiências humanas, principalmente, dos povos que contribuíram com a sua formação cultural, como os africanos aqui no Brasil.

Deste modo, esta coleção como já mencionado anteriormente, os conteúdos estão organizados de forma cronológica, intercalando a história européia com a história da América,

da África e da Ásia. Não obstante, percebemos um avanço muito grande, em comparação aos relatos das décadas anteriores, sobre a presença do negro no livro didático, sendo que os negros, nesta coleção, estão presentes nos três volumes, em unidades específicas, entretanto, suas produções culturais e experiências religiosas, assim como, suas lutas e conquistas aparecem somente nos textos complementares, nestes textos também podemos identificar a inserção de diferentes sujeitos no processo histórico, a valorização da pluralidade cultural e aspectos relacionados ao cotidiano da sociedade. Percebe-se através dos textos e imagens deste material didático a intenção do autor em incentivar os jovens a refletirem criticamente, a partir da compreensão do passado, sobre o seu presente e pensar em um agir social responsável e transformador sobre determinadas questões e nessas inclui-se, mesmo que ainda timidamente, a questão racial no nosso país. Entretanto, apesar dos avanços percebemos a ausência do negro, na história do Brasil, a partir da década de 1940, os mesmos desaparecem das páginas dos livros didáticos dessa coleção, recolheu-se ao silêncio que lhe tem sido imposto a décadas.

A criação da lei 10.639/2003 ajudou nas discussões em sala de aula a respeito do negro, por causa dela muitas escolas passaram a olhar a questão racial com outros olhos. A lei também passou a induzir a maneira como os livros didáticos são escritos, até mesmo, por ser um produto mercadológico precisa atender as exigências do mercado, os conhecimentos nele inseridos devem, além de atender aos objetivos do autor, aos interesses da editora, também tem que procurar fazer um livro que esteja em consonância com as políticas educacionais atuais – inscritos nos PCNs e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, até porque eles são avaliados e para fazerem parte do rol de livros oferecidos as escolas públicas têm que atender a esses requisitos, isso já vem expresso nos editais do PNLD.

Todavia, sabemos que não existe um livro didático perfeito e nem capaz de mudar sozinho os preconceitos, desconstruir estereótipos sobre o negro arraigado por séculos em nosso país, por isso o papel do professor é fundamental nesse processo. O professor que tem a sua linha historiográfica e pedagógica bem definida é capaz de criar instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelo livro didático. Sabemos que o ambiente escolar e os instrumentos pedagógicos precisam se adequar as novas realidades, as novas visões, novos conceitos, valores e concepções que estão sendo construídos, mediante lutas e reflexões sobre a cultura afro-brasileira e o povo negro no Brasil, os movimentos étnicos há anos buscam o respeito e a valorização que esse povo merece, logo, a reeducação da população nesse sentido é de fundamental importância.

Percebendo a importância de preencher a lacuna deixada pelo livro didático, utilizado pela escola campo, buscamos na biblioteca desta escola materiais de apoio que pudessem ajudar o aluno conhecer e compreender a importância da Cultura africana e afro-brasileira para a nossa sociedade, pois acreditamos que esse conhecimento é fundamental na valorização da identidade negra, na quebra da barreira do preconceito e do racismo.

Portanto, na busca de livros de apoio encontramos alguns paradidáticos, entre os quais: *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações* (Kabengele Munanga, 2007); *África e Brasil africano* (Marina de Mello e Souza, 2005); *Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula* (Regina Claro, 2012); *Quilombolas e quilombos: história do povo brasileiro* (Mateus Henrique, Gisella Serrano e Amélia Porto, 2012); *História e cultura afro-brasileira* (Regiane Augusto de mato, 2008); *O fio d'água do quilombo* (Heloisa Lima, Willivane de Melo e Águida Vasconcelos, 2012); *Palmares: a luta pela liberdade* (Eduardo Vetillo, 2009), *Culturas africanas e afro-brasileira* (Renata Felinto, 2013).

Tais obras foram distribuídas pelo Ministério da Educação dentro do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Livros estes que estavam esquecidos e escondidos em um lugar não tão fácil de achar, como se não tivesse importância alguma, isso também nos leva a refletir: Por que esses livros foram esquecidos ali? Por que não foi dada a devida importância a eles? Se formos olhar para o passado podemos até compreender, mas não aceitar, sabemos que foram anos de esquecimentos, anos que os discursos do branqueamento dominaram o imaginário coletivo e negavam a negritude no Brasil, anos de afirmação equivocada de uma igualdade racial, difundida através do mito da democracia racial, portando, no imaginário coletivo se existe igualdade não se precisa conhecer e nem refletir sobre a importância do negro dentro da nação brasileira e muito menos sobre o racismo.

Mas, sabemos que a democracia racial não passa de um mito, por isso precisamos trazer essas questões para sala de aula, pois buscamos um ensino intercultural e inclusivo. A inclusão da temática africana na sala de aula para Claro (2012, P.08) “deve ser vista como uma continuidade das lutas e resistências dos povos da África e dos africanos escravizados na América”. Por isso, é importante que o professor construa estratégias e práticas pedagógicas para lidar com o racismo no ambiente escolar.

2.2- A história da África e dos afro-brasileiros nos livros paradidáticos: fonte, auxílio, reflexão e produção.

Para falarmos sobre o livro Paradidático que utilizamos na escola campo precisamos, primeiramente, compreender o que são os livros paradidáticos, recordando a definição, anteriormente estabelecida por Bittencourt (2018) em que o livro Paradidático é elencado como material didático por ser um mediador no processo de ensino-aprendizagem e se encaixa na categoria de suporte informativo por ser produzido para trabalhar os conhecimentos das disciplinas escolares, mas também pode ser classificado como documento, a partir do momento que, principalmente as obras literárias que não são produzidas com a intenção didática, são utilizadas no ensino.

Também, segundo THOMSON (2016, 19) podemos encontrar outras denominações para o Livro Paradidático dependendo da editora como, por exemplo, “Obras de apoio didático”, que são aquelas obras considerados temas pedagógico, como é o caso da Editora Moderna e FTD; pode ser chamado como “coleções educacionais”, que em geral são livros voltados para a prática de leituras ou temas como sustentabilidade, diversidade cultural e outros; e tem aqueles que utilizam o termo “Literatura infanto-juvenil”, na qual, encontramos os livros de ficção, lendas, contos, poemas e outros. Logo, poderemos encontrar diferentes denominações, mas com a mesma finalidade.

A denominação oficial de Paradidático, de acordo com o site do Prêmio Jabuti²⁷, este que se divide em várias categorias, biografia, contos, crônicas, infantil e outros, define didático e paradidático como: “Livros destinados ao ensino de qualquer componente curricular e/ou área do conhecimento, voltados para a utilização em sala de aula ou com complemento didático dos níveis de ensino Fundamental e/ou Médio e/ou Jovens e Adultos” (Prêmio Jabuti)²⁸.

Segundo Laguna (2001) os livros didáticos surgiram com a necessidade de formar possíveis leitores, especialmente, entre o público infantil e juvenil

[...] os paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagens mais acessíveis, que serviriam para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas (apud THOMSON, 2016, p. 21)

Por esse material já ter um público no qual é direcionado passa a ter uma linguagem mais acessível, apropriada para aquela determinada faixa etária e também por apresentarem temas diversificados podem introduzir na sala de aula diferentes visões sobre o mesmo tema,

²⁷ O Prêmio Jabuti foi criado em 1958, e é um dos mais importantes prêmios da literatura do Brasil

²⁸Retirado de: <https://www.premiojabuti.com.br/o-jabuti/categorias>

introduzindo assim, polêmicas, ajudando o aluno a questionar o que está sendo posto ideologicamente no meio social.

De acordo com BITTENCOURT (2018), com o aumento da produção de material didático diversificado, como dicionários, vídeos, jogos, os livros Paradidáticos vem crescendo muito, como uma forma de atender a diferentes públicos e currículos:

[...] a produção didática brasileira, em razão da inexistência de um único currículo obrigatório e da extensa e diferenciada população escolar, tem-se caracterizado pela elaboração de uma variedade de textos escolares e se especializa na confecção de livros paradidáticos. Segundo dados das editoras, a história é uma das disciplinas que contam com o número mais elevado de títulos paradidáticos, e essa produção continua a crescer, em consequência da indefinição de conteúdos propostos para o ensino Fundamental e médio [...] as obras resultantes desse processo revelam maior cuidado no tratamento dos conceitos básicos da área, como os de tempo e espaço, e incluem temas ligados ao multiculturalismo, havendo mesmo aquelas especialmente produzidos para a história local. (BITTENCOURT, 2018, p. 252)

Portanto, devido à necessidade de problematizar, suprir lacunas, aprofundar alguns temas, principalmente aqueles temas que tem uma legislação específica para a sua abordagem na sala de aula, como é o caso da lei 10.639/2003 e a lei 11.645/2008²⁹, as editoras resolveram investir muito mais nos livros paradidáticos.

De acordo com Zamboni, os paradidáticos começaram a entrar fortemente no mercado a partir da década de 1980, os editores consideram paradidáticos “as publicações que tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico. Consideramos como didática toda produção usada pelo professor na sua atividade docente” (1991, p.11) e a diferença que ele observa entre o chamado livro didático e o paradidático é somente na forma e não no conteúdo. Portanto, os paradidáticos estão diretamente relacionados à solicitação do professor, como uma forma de melhor abordar ou aprofundar um determinado tema, na busca de diversificar e inovar o ensino. Para esta autora, o livro paradidático é um produto mercadológico e a sua produção cresceu também nos últimos tempos pelo motivo das editoras lucrarem com os livros didáticos somente no início do ano letivo e ficarem um período longo ociosas e conseqüentemente com o lucro menor, então, buscando aproveitar essa ociosidade passam a investir na produção dos paradidáticos, estes são produzidos e vendidos ao menor custo, tornando-os em uma mercadoria vendável.

Enfatizamos que a escolha do material a ser utilizado em sala de aula depende muito da concepção de história que o professor carrega e o tipo de aluno que ele deseja formar.

²⁹ A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

Portanto, o livro paradidático se apresenta como um suporte ou uma alternativa que pode auxiliar o professor no preenchimento das lacunas deixadas pelo livro didático ou como opção de se trabalhar uma temática que ele ou a escola ache que é importante se trabalhar com o aluno. E também pode ser um instrumento dinamizador nesse processo ensino-aprendizagem, por ter uma linguagem mais acessível pode contribuir na transposição do conhecimento acadêmico para a sala de aula.

2.2.1- O negro no paradidático de História

Nos últimos tempos o ensino de História vem adotando diferentes linguagens com o objetivo de atender a demanda de uma educação mais inclusiva e que discuta as questões étnico-raciais, ou seja, grupos de professores buscam alternativas em diferentes linguagens com o intuito de despertar o interesse de alunos quanto ao conhecimento histórico. Visando atender as pressões de um grupo de professores/historiadores que defendem narrativas históricas a partir das diferentes experiências humanas, as editoras ultimamente vêm produzindo livros específicos sobre temáticas que se encaixem dentro dessa questão como é o caso da produção de livros que vem trazendo as narrativas indígenas e dos povos africanos e afro-brasileiros. Vale destacar que essas temáticas também ganharam força com as lutas dos movimentos sociais negros e indígenas que pressionaram as autoridades competentes até aprovarem as leis, acima citadas, que tornaram obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira e indígena no Brasil(neste trabalho destacamos a cultura negra), além das Diretrizes Curriculares para a Educação Étnico-racial que busca, entre outras coisas, que a questão étnico-racial seja conhecida e valorizada:

Propõe[m] à divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhos de seu pertencimento étnico racial- descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada(Brasil, 2004, p. 10)

Consequentemente, através dessas lutas, hoje encontramos, no mercado, um vasto número de paradidáticos voltados para a história da África e dos afro-brasileiros, estes vem atender antigas reivindicações de reconhecimento, valorização da cultura negra e como forma de transformar uma realidade racista e excludente que ainda perdura no nosso país.

Encontramos paradidáticos desde cartilhas, como a da Raimundinha, no Maranhão, que citei no capítulo anterior, a qual através de histórias infantis narra episódios da história dos afrodescendentes no Maranhão, objetivando mostrar cenas positivas do negro, aspectos do cotidiano, para aumentar a autoestima desse grupo de pessoas. Como também encontramos outras narrativas que buscam apresentar aspectos pouco conhecidos da história do Brasil.

Podemos dizer que os paradidáticos voltados para a questão negra é resultado de lutas e reivindicações da população afrodescendente por uma educação que reflita as questões étnico-raciais.

A escolha desse material para se trabalhar em sala de aula teve o propósito de desconstruir antigas visões estereotipadas sobre o negro, combater os preconceitos e valorizar a alteridade. Acreditamos que a escola é o local onde essas questões têm que ser levantadas, debatidas, problematizadas.

A escola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, á conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensável para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Brasil, 2004, p. 15)

Acreditando que os diferentes conhecimentos devem ser levados ao aluno para que ele possa problematizar o que está a sua volta e desenvolver um sentimento de alteridade, além da necessidade de preenchermos lacunas deixadas pelo livro didático, assim como uma forma de utilizarmos diferentes fontes na sala de aula, possibilitando o aluno ter uma maior compreensão do real, que optamos em trabalhar na Escola Estadual Professor José Barroso Tostes com os livros paradidáticos que encontramos na biblioteca desse estabelecimento de ensino.

Devido a carga horária da disciplina ser muito pequena, apenas duas aulas semanais, fizemos a opção de trabalharmos com apenas dois livros paradidáticos, que fazem parte do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), os quais são *Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula* de Regina Claro (2012) e o livro *África e Brasil africano* de Marina de Mello e Souza (2005). Para analisarmos essas obras vamos utilizar a mesma metodologia utilizada para analisar os livros didáticos, metodologia proposta por Circe Bittencourt (2018, p. 254).

O livro “Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula” é um livro de 2012, foi publicado pela Editora Hedra Educação e foi escrito por Regina Claro³⁰.

Quanto à forma, o título do livro é bem sugestivo, como o “Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula” nos convida a conhecer a África a partir do olhar, entretanto, se formos escolher esse livro pela capa não o escolhemos, pois traz uma imagem pouco compreensível e sem muitas cores, talvez um dos motivos de ter sido deixado de lado na

³⁰ Esta autora é Mestre em História Social, com ênfase em História da África e com várias publicações dentro da área de história e cultura africana e afro-americana, atualmente desenvolve projetos de capacitação de professores da rede pública de ensino na área de História e cultura africana e afro-brasileira.

biblioteca dessa escola, no entanto, ao abrir o livro percebemos sua riqueza, a autora na introdução expõe o objetivo dessa produção:

[...] a questão inicial é demolir estereótipos e preconceitos através da aplicação crítica de determinados conceitos e da sua historiografia. Mais do que problemas de conteúdo, nós temos que enfrentar o problema dos estereótipos. É possível percorrer a História da África a partir de seus complexos históricos/geográficos e de uma periodização que não engessada pelos ritmos da História Ocidental. (Claro, 2012, 15)

E na sua introdução já traz as correntes historiográficas de estudo da História da África a partir do século XIX, a nova escola de estudos africanos que surge a partir de 1980 e os estudos africanos no Brasil nos dias de hoje. Sua proposta é que se trabalhe uma história da África que possibilite a compreensão do Brasil atual, que explique os aportes significativos dos africanos para a construção da sociedade brasileira, que destaque a dinâmica da sociedade africana nos aspectos econômicos, sociais e culturais, além de dar ênfase as aquisições tecnológicas, políticas, econômicas e sociais das sociedades africanas.

Para alcançar esse objetivo, a autora trabalha com fontes visuais iconográficas, em que, primeiramente, ela explica como trabalhar com essas fontes, propõe uma metodologia baseada na proposta de Panofsky³¹ dando um passo a passo de como utilizar imagens em sala de aula. Também o material que foi utilizado para sua produção é de alta qualidade. Este livro, como se dispôs a trabalhar com fontes iconográficas, é composto por 83 imagens e 16 mapas, estas bastante coloridas, dependendo do tema, até mesmo como uma forma de prender a atenção do aluno. Este livro está dividido em 12 capítulos, sendo estes classificados em: 1) África: representações rupestres; 2) O Egito africano; 3) Caminhos e fronteiras da África, 4) África de muitas sociedades com Estados; 5) África nas representações da cristandade medieval: a maldição de Cam; 6) Etiópia: entre as lendas de Preste João e da dinastia salomônica; 7) A invenção da África pelos navegadores e viajantes europeus; 8) Comércio negreiro: escravidão e antropofagia; 9) África dominada e partilhada; 10) Arte moderna e cultura africana; 11) África unida: diáspora e Pan-africanismo e 12) África do século XXI: africanidades. Portanto, os conteúdos trabalhados neste livro vão desde a origem do homem

³¹ Em 1939, Panofsky apresenta o seu método iconológico de análise da obra de arte. Neste, ele defende que não podemos apenas depender das fontes literárias. Estas nem sempre são confiáveis, porque podem nem existir. Segundo afirma, devemos investigar o modo como, de acordo com as diferentes condições históricas a que está sujeito, o artista escolher o tema, objeto ou fato; e passa a estudar o significado.
<https://citaliarestauro.com/analise-arte-metodo-panofsky>

africano até a África do século XXI e a africanidade mundial, estes capítulos são apresentados de uma forma bem criativa e dinâmica.

Cada capítulo vem acompanhado de objetivos, imagens com legendas, para serem analisados mapas, documentos, conteúdos conceituais através de texto base e textos auxiliares, todos relacionados ao tema. Também trás uma seqüência didática a fim de auxiliar o professor no proceder de sala de aula. A grande preocupação da autora é como esse aluno vai apreender a História da África, pois a escola também pode ser uma importante instituição de fronteiras. Com a intenção de quebrar as “máscaras”, as fronteiras entre os africanos e outros povos, entre presente e passado, ela propõe essa seqüência didática, como uma forma de “refinar” os olhares sobre a África, romper com os estereótipos sobre este continente, ajudar o aluno a compreensão e significação dos acontecimentos e processos que o continente passou e passa hoje. No final do livro contém a bibliografia, a indicação de filmes e sites que trabalham essa temática.

Quanto aos conteúdos explorados nesse livro, é utilizada uma linguagem bem acessível tanto das imagens como dos textos que as acompanham, a autora utiliza também terminologias que ajudam o aluno compreender a temática, utiliza palavras, na qual, se percebe claramente o objetivo de quebrar estereótipos. Os textos apresentados são claros e objetivos, são textos curtos, mas recheados de informações.

Para tanto, a proposta metodológica inicia-se com a leitura de imagens, no qual se propõe sondar o aluno sobre as imagens apresentadas, já que estes carregam toda uma gama de conhecimentos, o outro passo é a descrição dessa imagem até chegar a análise e interpretação da mesma, após essa etapa a proposta é contextualizar essa imagem no tempo, espaço e autor. Em seguida, fazer leitura de textos para que os alunos não só contextualizem essa imagem, mas também tenham a possibilidade de ampliar seus referenciais. Em alguns capítulos apresenta diferentes imagens sobre o mesmo tema para mostrar que dependendo do contexto essas podem ser modificadas. Para o fechamento dos capítulos a autora propõe uma refacção da temática através de produção de imagens ou textos. Um exemplo é o capítulo 2: O Egito africano, o objetivo desse capítulo é desconstruir as antigas teorias e postulados racistas que embranqueceram os antigos egípcios e mostrar para os alunos que existem diferentes discussões e múltiplas leituras a cerca da formação do Egito que contribuem com a sua associação a África. Neste capítulo são apresentadas cinco imagens entre elas esculturas e pinturas, as quais têm a representação e autorrepresentação dos egípcios que os mostra como negro, além de uma apresentando a imagem ou representação ocidental do Egito, destacada na

cena que foi retirada do filme Cleópatra de 1963, em que mostra os egípcios como brancos. A proposta é que os alunos façam a análise e interpretação das imagens e depois façam a leitura dos textos. Esse capítulo vem acompanhado de três textos: O Egito africano; A origem dos antigos egípcios e apresenta um estudo de 2009 que mostra que Cleópatra era descendente de negros, o objetivo é que os alunos após a análise das imagens e leituras de textos possam tirar suas próprias conclusões, ou seja, que o racismo é uma construção e as imagens foram utilizadas nessa construção, mas que também elas podem ser utilizadas para desconstruir as imagens forjadas.

Portanto, esse material traz bastante informação, pois é um ótimo material a ser incorporado nas discussões em sala de aula sobre a temática africana. É um livro que motiva a reflexão de como foi sendo construído o racismo e dá condição para o aluno conhecer um pouco da África, além de possibilitar as diferentes visões sobre o mesmo tema e perceber a colonização do ser e do saber imposta pelos europeus, fronteiras estas que precisamos “destruir”.

O segundo livro que utilizamos como subsídio para trabalharmos a História e a cultura africana e afro-brasileira foi o livro intitulado “África e Brasil africano”. Este livro foi publicado pela editora Ática em 2014, tem como autora Marina de Mello e Souza³².

Quanto a forma, este livro apresenta em sua capa imagens de um homem negro e alguém tocado um instrumento de percussão, representando a cultura negra e mapas que interligam a África ao Brasil. O nome do livro foi apresentado em letras de cor verde, amarelo e branco para dar ênfase a ligação entre essas duas culturas, como uma forma de atrair o leitor para o seu conteúdo.

Nesta obra, a autora traça um amplo panorama do continente africano, com suas diversas sociedades locais, sua história e cultura antes e depois da escravidão, ela também retrata as consequências da importação de quase cinco milhões de escravizados do continente africano ao longo de mais de 300 anos de história do Brasil, mostrando as marcas da escravidão, o legado cultural e a influência que exerce até hoje na sociedade brasileira.

O livro inicia com uma breve apresentação, na qual a autora expõe seus propósitos ao pensar a obra:

“Abordar conteúdos que trazem para a sala de aula a história da África e do Brasil africano é fazer cumprir nossos grandes objetivos como educadores: levar à reflexão sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debate, estimular

³² Esta autora é mestra em História da Cultura e doutora em História Social, professora de História da África da Universidade de São Paulo e estudiosa da cultura afro-brasileira. Possui vários trabalhos na área de cultura popular e cultura afro-brasileira, especialmente ligados às festas e cultura material.

valores e comportamentos de respeito, solidariedade e tolerância (...) levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem em particular, a população negra, afro-brasileira e afro-descendente.” (MELLO, 2014, P. 07)

Para alcançar o objetivo proposto a obra foi organizada em 6 capítulos: 1) A África e seus habitantes, 2) Sociedades africanas, 3) Comércio de escravos e escravidão, 4) Os africanos e seus descendentes no Brasil, 5) O negro na sociedade brasileira contemporânea e 6) A África depois do tráfico de escravos.

É importante ressaltar que este material deixa o professor livre para fazer a escolha da melhor forma para se trabalhar o seu conteúdo, pois diferente de outros livros ele não traz uma sequência didática. É um livro que serve para professores, alunos como também para quem quiser saber mais sobre a importância dos africanos na formação do nosso país. A escrita do texto foi realizada com clareza, além de trazer conteúdos tirados diretamente de fontes históricas como processos inquisitoriais, relatos de viajantes e processos criminais. Além do que os aspectos gráficos não deixam a desejar, dando um visual bastante agradável ao texto. O livro é repleto de mapas, fotografias, pinturas e gravuras criteriosamente referenciadas ao final da obra. Possui boxes separados dos textos, no qual está inserido descrições e comentários sobre a temática.

Apesar da riqueza do livro, só exploramos o quarto e o quinto capítulos para complementar o que já tínhamos estudado no livro “Olhar a África”, pois nossa intenção ao estudarmos o livro de Mello era levar aos alunos o conhecimento sobre a presença do negro no Brasil e como se deu sua relação com o senhor, com a família, suas formas de resistência ao trabalho escravo, suas expressões culturais, suas contribuições nas artes plásticas, na religião, na alimentação, na linguagem e na música. Mostrar também a imagem do negro na atual sociedade brasileira, o racismo de cada dia, assim como suas lutas por ações afirmativas, conteúdos estes que são apresentados de uma forma bem acessível ao aluno. Visto que, estudar e refletir estes conteúdos, como defende a autora, é “(...) a garantia do acesso a posições às quais os afro-brasileiros estiveram sistematicamente excluídos é um começo na conquista de condições mais igualitárias para o desenvolvimento de todas as pessoas, independente de suas origens étnicas ou sociais”. (MELLO, 2014, p. 144), é um passo dentro da história de nosso país que precisa ser conhecida e entendida.

Entretanto, o que me incomodou no livro e que a autora é uma estudiosa da cultura da África e afro-brasileira, tendo citado no início do livro que um de seus objetivos é combater o racismo, mas continua utilizando a palavra escravo quando se reportar as pessoas que perderam sua liberdade e foram submetidas ao trabalho forçado, dando a entender que ser

escravo era algo inato. Mas, apesar da observação, é uma obra que merece ser utilizada, até porque nem um livro pode ser usado sem passar pela crítica, ao tratar com meus alunos sobre essa questão enfatizei esta diferença entre ser escravo e ser escravizado.

A grande dificuldade em se trabalhar com os paradidáticos é o número de exemplares disponíveis na escola, existe apenas um exemplar de cada livro, é um material em tese barato, mas que para o aluno de escola pública de baixa renda é difícil sua aquisição. Como optamos em trabalhar com esse material, para utilizá-los em sala de aula, tivemos que reproduzir alguns capítulos, usando recurso financeiro do próprio professor.

Os paradidáticos que foram trabalhados na escola campo, ora foram utilizados como fontes históricas para que o aluno tivesse uma maior apreensão de determinado fato/narrativa e ora com o objetivo de contextualização histórica para que pudessem compreender em qual contexto aquela determinada ideia, conceito ou fato surgiram ou ocorreram. O importante é que contribuíram com o Ensino de História ao fornecerem subsídios para o conhecimento e reflexão do papel dos africanos e afro-brasileiros na constituição desse país.

É importante destacar, que a intenção ao utilizar os paradidáticos era ir além dos livros didáticos, por isso entraram como subsídio na construção do conhecimento da cultura africana e afro-brasileira, dentro do projeto intitulado “Conhecendo e valorizando a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo”, desenvolvido na escola Professor José Barroso Toste, como premissa que o ensino de História é um espaço de debate, de construção e desconstrução de memórias edificadas. A forma como esse material foi utilizado em sala de aula vai ser relatado no próximo capítulo, no qual relatarei a estratégia construída para trabalhar essa questão nessa escola, ou seja, como este projeto foi sendo desenvolvido.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA: CONHECIMENTO E AÇÃO

Este trabalho é fruto de minha preocupação, como professora de História, com a construção de uma educação antirracista e com a efetiva implementação das Diretrizes curriculares nacionais das relações étnico-raciais e para o ensino de história africana e afro-brasileira.

Busco através do ensino de História, dar visibilidade a temas e personalidades históricos (africanos e afro-brasileiros) frequentemente silenciados nos livros de História e na memória coletiva desse país. Acredito que o conhecimento histórico em sala de aula pressupõe dinamismo, diversidade e, sobretudo, a consciência de professores e alunos de que a História é construção provisória, superável e relativa, que todos os acontecimentos têm que ser entendido dentro de seu contexto, nos quais, os discursos e representações são construções que produzem sujeitos e definem suas posições na sociedade. Penso que os conteúdos curriculares devem ser analisados, observando as mudanças que foram sofrendo, percebendo os mecanismos de poder que vão conduzindo esse processo e se estão respeitando a pluralidade de conhecimentos e saberes presentes na sociedade, a fim de promover o diálogo entre esses saberes.

Concebemos o professor como um mediador nas relações interculturais, aquele que promove processo de interações de conhecimento, que favorece alunos e alunas conhecerem diferentes experiências e produções culturais, possibilita aos educandos construir vínculos interpessoais entre diferentes sujeitos. Essas interações de conhecimentos permitem que os educandos ampliem seus horizontes, desnaturalizem e resignifiquem saberes e práticas preconceituosas, valorizem as diferenças e combatam a discriminação.

Acreditando que determinados silêncios e esquecimentos tem que ser enfrentados e trabalhados, especialmente na sala de aula, que me propus analisar o contexto da Escola Professor José Barroso Tostes, especialmente, o livro didático de História, o qual concluímos, assim como em tantos outros livros, as experiências, os conhecimentos dos povos africanos e afro-brasileiros continuam sendo silenciadas e que as histórias do negro contatadas nesse material didático se limitam ao período da escravidão, reforçando sua condição de escravizado. Ainda que não tenha percebido palavras ou estereótipos no livro analisado o silêncio e ocultamento ainda é visível.

1. As POSSIBILIDADES do conhecimento da história africana e afro-brasileira como meio de combater o racismo.

No sentido de buscar restituir a voz a essas pessoas, que por séculos foram silenciadas, e de refletir sobre as práticas preconceituosas e racistas na escola que propomos desenvolver nesta instituição escolar um projeto denominado “*Conhecendo e valorizando a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo*”. “A grande preocupação ao pensar esse projeto era, como levar esse conhecimento sem ser conteudista? Como trabalhar essa questão de uma forma mais dinâmica? O grande desafio era fazer com que o aluno conhecesse e refletisse a temática em questão sem achar enfadonho, além de que recorressem às experiências e os conhecimentos que carregam para que percebessem que são protagonistas e agentes de ação social, agente transformador da realidade vivida.

Entendendo a sala de aula como espaço de aprendizagens significativas e transformadoras, dei início a minha jornada de buscar por parceiros para trabalhar o projeto³³. Na tentativa de implementar o projeto idealizado, no mês de fevereiro, procurei a Direção e corpo técnico da Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, esta instituição trabalha apenas com o seguimento do ensino médio, apresentei o projeto “*Conhecendo e valorizando a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo*”, expliquei que gostaria de implementá-lo nesta escola, a recepção foi excelente, eles acharam que era um projeto importante para esta instituição, mas ressaltaram que nem todos os professores estavam preparados para trabalhar a questão, lhes faltava formação, então propuseram que no encontro de formação e planejamento pedagógico da escola, que ocorreria no dia 16 de março, que “palestrassem”, que falasse sobre o racismo, fazendo uma contextualização histórica do mesmo e depois explicasse o projeto para os professores e demais funcionários. O grande desafio era como trabalhar essa questão com o meu colega professor e demais funcionários sem ser impositiva e nem enfadonha, queria passar a mensagem a qual me propus e ao mesmo tempo queria que eles se sentissem a vontade para falar.

Frente ao que foi debatido com a direção e o corpo técnico da escola, decidi iniciar a conversa com os professores através de uma oficina de abayomi, sabemos que até mesmo os mais crescidos gostam do lúdico, não desejava iniciar propondo o projeto, esta oficina seria uma forma de motivá-los, queria que eles percebessem a necessidade do projeto, ou seja, percebesse a necessidade de refletir sobre a questão do racismo na escola e a necessidade de se trabalhar a história e a cultura africana na sala de aula.

³³ Este projeto se encontra nos apêndices

Então, chegou o grande dia, fiquei bastante ansiosa pensando como seria a recepção ao projeto “*Conhecendo e valorizando a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo*”. No primeiro momento a diretora da escola comunicou aos colegas que eu iria falar sobre uma problemática, o racismo, que atinge as escolas e o Brasil todo. Iniciei a conversa de uma forma descontraída com a seguinte pergunta: Vocês conhecem a boneca abayomi? Somente uma colega se manifestou contando o que sabia, então, apresentei para os demais participantes a boneca e propus confeccioná-la. Iniciamos pelo corpo, e perguntei ao grupo qual era o diferencial dessa boneca em relação às encontradas nas lojas? A resposta foi unânime, a cor. Os comentários foram surgindo. Um professor falou sobre o racismo implícito na cultura brasileira, que a dificuldade em encontrar uma boneca negra nas lojas é a negação da existência da cultura africana. Outro professor falou que a venda em sua maioria de bonecos brancos é a representação daquilo que é negado, o racismo. Outro falou da necessidade de desconstruirmos antigas visões sobre o negro. A partir disso, falamos sobre as origens do racismo, as teorias raciais, mito da democracia racial o racismo na sociedade e como ele está presente na escola.

É importante saber que as Abayomi são pequenas bonecas pretas, feitas de pano e sem costura alguma, apenas com nós ou tranças, conheci a história das abayomi a algum tempo atrás e me apaixonei, vi ali uma possibilidade de levar o conhecimento de uma forma leve e agradável. Segundo o Afreaka³⁴, as bonecas Abayomi são uma criação contemporânea de uma artesã brasileira, a maranhense Lena Martins. Educadora popular e militante do Movimento das Mulheres, ela liderou a confecção das bonecas no Brasil no final dos anos 1980, objetivando o fortalecimento da autoestima e reconhecimento da identidade afro-brasileira.

As versões que circulam sobre a origem das abayomi são muito bonitas e inspiradoras, mas não tem um suporte histórico, o que vou relatar não se sabe exatamente quando surgiu, mas sabemos que é uma história/lenda criada no intuito de demonstrar a resistência negra, a qual valoriza a cultura africana e contribui para o reconhecimento da cultura afro-brasileira.

Mas, que história é essa que me encantou? Segundo a lenda, quando os negros vieram da África para o Brasil como escravizados ...

³⁴O Afreaka é um projeto de mídia alternativa, educação e produção cultural que traz um lado pouco conhecido do continente africano no Brasil, fugindo dos estereótipos como fome, pobreza e passividade, e cobrindo as expressões coletivas e individuais das culturas locais – tendências, música, literatura, arte, culinária, arquitetura etc. (www.afreaka.com.br > projeto)

Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim.

Sem costura alguma, apenas nós ou tranças, as bonecas não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas. (<https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino>)

Reza a lenda que quando você dá uma boneca Abayomi para alguém, esse gesto significa que você está oferecendo o que você tem de melhor para essa pessoa e que aquele encontro traz felicidade e alegria.

Meu objetivo ao realizar a oficina de abayomi com os professores era refletir sobre a presença do racismo não só na escola, mas na sociedade em geral, era mostrar que na escola o racismo se expressa de várias formas inclusive quando negamos ao nosso aluno o conhecimento da história, das tradições africanas e afro-brasileiras, mas desejava, principalmente, que percebessem que quem pode transformar essa realidade é a escola, através da elaboração de estratégias/metodologias para combatê-lo.

Entretanto, é preciso investir na formação continuada, para termos a capacidade de analisarmos e intervirmos nos acontecimentos recorrentes no ambiente escolar, percebi que para alguns colegas tudo o que estava sendo falando era novidade, alguns falaram que não tiveram a oportunidade de refletir sobre isso em seu período de faculdade. Silva (2001, p. 09), em seu artigo *A formação de educadores e educadoras para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial*, discute a ideia de que a formação sobre as relações raciais brasileira “colabora para que os profissionais da educação se engajem na luta para a reversão da discriminação em sala de aula e das desigualdades na sociedade”, portanto, conhecer as origens do racismo é perceber de que forma a cultura africana e afro-brasileira foi sendo excluída e silenciada e rever nossas práticas pedagógicas.

Imagem 7: Oficina de abayomi com o corpo técnico-administrativo e docentes



Foto: Adriana Palheta, 2019.

Mas, a boneca ainda não estava completa. Passamos para a confecção das roupas da boneca, levei tecidos multicoloridos, floridos e outros repletos de formas geométricas. Para terminar de compor a vestimenta colocamos o turbante. Contei a eles o significado das cores para a cultura africana, as cores fortes e vibrantes também são símbolo da estética negra. Alguém perguntou: E o turbante? Fiz uma breve exposição sobre o significado do turbante no passado e no presente, expliquei que o turbante para as nações africanas tem diferentes significações, para algumas é símbolo religioso ou representa a origem, a tribo, casta, para

outras a sua cor representa a posição social ou então apenas para se proteger do clima. Hoje, além desses significados também faz parte da estética negra, símbolo de resistência.

Continuando a atividade perguntei ao grupo se faltava algo na boneca. Muitos responderam no rosto está faltando, olho boca e nariz, expliquei que essas bonecas não têm rosto definido, pois querem simbolizar as várias nações africanas que foram trazidas para o Brasil.

Foi interessante observar o envolvimento dos colegas na discussão, então aproveitei e lancei a proposta de desenvolvermos um projeto com os alunos do 3º ano da escola, projeto que buscasse levar aos alunos o conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira com o intuito de valorizar essa cultura, desenvolver o sentimento de pertencimento e fortalecimento da identidade dos alunos negros, desenvolver também a empatia entre brancos e negros, como forma de combater o racismo.

Proposta aceita, mas o grupo sugeriu que este projeto se estendesse a toda escola. Iniciou uma nova fase: estratégias pedagógicas começaram a serem pensadas e elaboradas. A proposta era que trabalhássemos de forma interdisciplinar alguns conteúdos, pois acreditávamos que isto possibilitaria aos alunos perceberem a presença do negro nas diferentes disciplinas. Para Brodbeck,

(...) todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, assim além de reconhecer as diferenças entre as áreas do conhecimento, o aluno pode localizar os pontos de interesse comuns, para tanto o professor necessita promover espaço de diálogo com outras disciplinas. (BRODBECK, 2013, p. 13)

Assim, respeitando a particularidade de cada disciplina, nos propomos a trabalhar conjuntamente, utilizando os diferentes conceitos das diferentes áreas, buscando substituir a fragmentação pela interação, permitindo que o aluno aprenda a relacionar conceitos e construa novos conhecimentos, com autonomia e criatividade. Assim, começamos a pensar nas diferentes possibilidades de se trabalhar, a partir da oficina de abayomi, a cultura africana e afro-brasileira.

De acordo com Brodbeck, “a prática de trabalhar com projetos de pesquisa é de grande valor para a integração e desenvolvimento dos conhecimentos e competências dos alunos, pois favorece a reelaboração de conteúdos já compreendidos” (BRODBECK, 2013, p.21), ao trabalhar em um projeto os alunos são convidados e encorajados a explorar o tema em questão com mais profundidade, além de estimular o trabalho em grupo, partilhar decisões, administrar etapas, expressar os resultados da pesquisa de várias formas, através da palavra escrita e falada, pinturas, desenhos, danças, ou seja, ele é estimulado a desenvolver sua criatividade.

Portanto, trabalhar com projeto é a possibilidade de inter-relacionar sujeitos, saberes e práticas, no qual tem que haver a intensa participação e envolvimento de professores, alunos, equipe técnica e administrativa, de toda comunidade escolar.

Nesta fase de montar estratégias pedagógicas, propus algumas atividades a serem desenvolvidas, assim como os demais colegas também colocaram suas propostas e assim, as disciplinas foram se articulando conforme a afinidades de conteúdos. Resolvemos mergulhar nos saberes, nos ritmos, nas cores e nos sabores da África ao Brasil africano. (Ver projeto completo no anexo 02). Definimos algumas etapas do projeto, no primeiro momento discussão e estudo do tema com os alunos, nesta etapa definimos que primeiramente a disciplina História iria dá esse norte para os alunos, já que muitos professores não se sentiam preparados para essa discussão, é nessa etapa que entram os livros paradidáticos para fundamentar os conhecimentos que desejávamos alcançar e enriquecer a discussão.

O segundo momento seria a etapa de desenvolvimento de oficinas e produção de material didático, como a oficina de Abayomi, comidas, turbante e tranças, máscaras e bijuterias, além da produção de materiais didáticos, a partir dos estudos realizados, como maquetes, poesias, livros de receitas, dicionários ilustrados de palavras de origem africanas, entre outras.

E o terceiro momento seria a culminância com exposição dos trabalhos desenvolvidos ao longo do projeto e apresentação de dança, teatro, coral, desfile performático e desfile africanidade. Iniciamos o projeto no mês de março, montamos um cronograma de atividades e estabelecemos que iríamos finalizar no mês de agosto, abrangendo quase três bimestre. Vale ressaltar que além dessa oficina com os professores, tivemos mais dois encontros de estudo e sistematização do projeto a ser desenvolvido. A grande dificuldade nessa etapa foi conciliar os horários dos professores, então, aproveitávamos os encontros de planejamento da escola, nos cediam uma hora para estudo e sistematização. Ao longo desse capítulo a medida que as oficinas e atividades forem sendo descritas, será indicada a participação dos professores das seguintes disciplinas Arte, Educação Física, Filosofia, Língua Portuguesa, geografia, Inglês, Matemática, Música e Sociologia.

Denominamos o projeto de “Conhecendo e valorizando a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo”. Contar como o projeto se desenvolveu não foi tarefa fácil, muitas atividades executadas no sentido de aproximar o aluno da cultura africana e afro-brasileira. Então, optei em relatar de forma mais detalhada as atividades que desenvolvi com os alunos de 3º ano, já que trabalho diretamente com eles, além de citar algumas

atividades desenvolvidas pelas outras séries que de alguma forma os alunos de terceiro ano também estavam envolvidos.

É importante dizer que a carga horária desta disciplina são apenas duas aulas semanais, então decidi dividir uma aula para trabalhar o projeto e a outra aula os conteúdos do currículo, até porquê um dos objetivos da escola é dar suporte para que o maior número de alunos possam tirar uma boa nota no Enem e ingressar nas universidades públicas. Algumas oficinas foram realizadas no contra turno.

1.1- A sala de aula como espaço de aprendizagem significativa

O professor em sua sala de aula precisa buscar práticas pedagógicas que integre os conteúdos a realidade vivida pelos alunos, de uma forma que os mesmos possam refletir os problemas que afetam a sociedade na qual vivem, também pensando em um ensino de História, no qual a prática pedagógica não esteja centrada no professor, mas que fosse um espaço democrático e participativo. Para Schmidt e Cainelli,

Ensinar história passa a ser, então, dar condição ao aluno para poder participar do processo de fazer o conhecimento histórico, de construí-lo(...) a sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual se torna inseparável o significado da relação entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa. (SCHMIDT E CAINELLI, 2010, P. 35)

Buscando captar os saberes que os alunos carregam, no sentido de valorizar, respeitar e contribuir para o estudo do tema a ser trabalhado, optei em mudar um pouco o que tínhamos pensando anteriormente, resolvi desenvolver primeiramente a oficina de abayomi com os alunos.

Para realizar essa oficina e as outras que vieram depois, adotamos como modelo pedagógico a proposta de Isabel Barca (2004), aula oficina³⁵, na qual o paradigma educacional está baseado em uma lógica onde, o aluno é agente de sua formação, dotado de ideais prévias e experiências diversas, o professor é concebido como um investigador social e

³⁵ Nas aulas oficinas, o professor é aquele que conduz o processo, baseado em conteúdos temáticos busca explorar os conhecimentos dos alunos, focaliza em questões problematizadoras, propõe questões orientadoras. O aluno nesta metodologia é o agente de sua formação, no qual o modelo de saber é multifacetado vai do senso comum, ciência e epistemologia. No primeiro momento de uma aula oficina se faz o levantamento das ideias tácitas dos alunos, dos conhecimentos prévios, no segundo momento se utiliza de múltiplos recursos para alcançar o conhecimento, análise de documentos e outros. Sua avaliação se dá através do material produzido pelo aluno, dos diálogos, percepção no que diz respeito à evolução das ideias dos alunos entre o momento inicial e o momento final da intervenção educativa em questão. (BARCA,2004)

organizador de atividades problematizadoras, rompendo com ensino tradicional de História, esse modelo de aula vai muito além da exposição de fatos e acontecimentos históricos.

Essa oficina no primeiro momento foi realizada somente com os alunos dos 3º anos (estão na faixa etária entre 16 e 18 anos) tanto do turno da manhã como da tarde, (as turmas são identificadas por letras A, B, C e D), seria uma forma de perceber o que pensam, o que sabem sobre a temática e de escutar suas propostas de ação. Vale dizer que esta instituição conta com oito turmas de terceiros anos, sendo quatro no turno da manhã e quatro no turno da tarde, cada turma com 35 alunos, um desafio que resolvi enfrentar. No entanto, fica difícil relatar o que ocorreu em todas as turmas, por isso escolhi relatar somente a oficina de Abayomi realizada em uma das turmas o 3º ano B do turno da manhã.

1.2- Oficina de Abayomi

Essa oficina foi realizada no final do mês de março e foi desenvolvida conjuntamente com a disciplina de matemática. Na aula anterior à oficina os alunos foram estimulados a trazer de casa tecidos preto e coloridos, poderia ser camisas velhas ou retalhos, tesouras e régua, para fazermos uma atividade prática. Dividimos a oficina em dois momentos, o primeiro momento em confeccionar as bonecas, como os alunos ficam eufóricos com esse tipo de atividade resolvemos primeiramente produzir a boneca e depois trabalharmos a temática “racismo e cultura afro-brasileira”, já o segundo momento de diálogo e de troca de informações. Estavam presentes as duas professoras nessa oficina.

A professora de matemática estava trabalhando com os alunos o conteúdo formas geométricas planas, então, iniciou a oficina explicando que iríamos construir uma boneca a partir das formas Geométricas e das medidas matemáticas. A grande curiosidade era: o que tem haver História e Matemática? Antes de explicar perguntei a eles se já tinham ouvido falar da abayomi, um silêncio pairou na sala e a resposta foi não, então contei a eles a história romântica que envolve a abayomi e que as mesmas buscavam resgatar as tradições africanas, ficaram encantados. Logo após, colocamos no quadro um cartaz com as formas geométricas e as medidas para que eles pudessem cortar o tecido para a produção da boneca - a professora de matemática orientou este momento, esta professora aproveitou este momento e introduziu o conteúdo sobre a etnomatemática³⁶, para mostrar que os povos africanos que vieram para o Brasil tinham seus próprios instrumentos de cálculos.

³⁶A etnomatemática é um termo que surgiu na década de 70 e baseia-se em críticas sociais relacionadas ao ensino tradicional da matemática. Cunhada com a junção dos termos *techné*, *mátēma* e *etno*, esta proposta educacional defende que a matemática deve ser explicada e entendida dentro de um contexto cultural próprio. A

Imagem 8: Alunos confeccionando as abayomi juntamente com a Professora de História e de Matemática



Foto: Adriana Palheta

Expliquei a eles que estávamos desenvolvendo uma atividade interdisciplinar que os conhecimentos dessa disciplina iria nos ajudar a conhecer melhor a cultura africana e afro-brasileira. Em seguida, passei a ensinar as amarrações e a arrumação da boneca.

Boneca pronta! Iniciei perguntado: qual o diferencial desta boneca em relação às bonecas que vocês costumavam ver no seu dia a dia? Achei interessante a resposta de um aluno “parece um vodu de magia negra, só falta os alfinetes” aproveitei o momento para explicar o significado do vodu, que muito mais que um boneco com alfinetes espetados, trata-se de uma prática religiosa, na qual os seguidores entram em contato com o mundo espiritual para pedir orientação e resolver problemas do dia a dia, e que sua marginalização, a

etnomatemática é considerada uma proposta educacional que aborda as relações interculturais. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/a-etnomatematica/>

desconstrução de seu real sentido, teve início nos Estados Unidos. Por meio do cinema e da literatura, os americanos propagaram a associação do Vodou com a magia negra como artifício para justificar a colonização do Haiti nas primeiras décadas do século 20.

Após essa pequena explicação perguntei: É comum encontrarmos bonecas negras nas casas, nas escolas ou com as crianças? As respostas foram surgindo timidamente, alguns responderam que raramente encontram bonecas pretas até porque dificilmente se encontra nas lojas para se comprar. Continuei a indagação: Por que não encontramos bonecas negras tão facilmente para se comprar como encontramos bonecas brancas? Momento de discussão, a partir desses questionamentos, passamos a conversar sobre o racismo, alguns alunos relataram situações de racismo que já presenciaram, outros relataram situações de racismo que já sofreram.

A partir dessa conversa, apresentei a eles a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Questionei se bastaria uma lei para acabar com as práticas de racismo, alguns responderam que não e justificaram que precisamos respeitar e valorizar o povo negro, pois ajudaram a construir nosso país. Continuei o diálogo: como podemos fazer para que esse povo seja respeitado e valorizado? Como é preciso fazer para minimizar as diferenças? Várias respostas saíram: Conhecendo a sua história; discutindo essa problemática em casa, na escola, no trabalho; mudando nossas atitudes. Continuei explorando a boneca, perguntei o que mais observavam na boneca, falaram do rosto, das roupas coloridas, do turbante, neste momento buscava captar os conhecimentos que tinham sobre a cultura africana e para finalizar fiz uma breve explanação sobre a cultura africana utilizando os elementos que compõe a abayomi, no intuito de despertar a curiosidade e a vontade de conhecer mais a fundo essa cultura. Ao final da oficina incentivei os alunos a confeccionarem as bonecas em casa com seus irmãos, sobrinhos, filhos e também presentearem alguém com as abayomi.

Vale ressaltar que o objetivo desta oficina consiste nos alunos aprenderem a confeccionar as bonecas com adornos africanos e a partir delas conhecerem mais sobre a cultura da África, refletindo que o racismo é uma construção histórica e que podemos desconstruir essa visão desde a infância.

Após esse momento propus a eles o projeto, expliquei que o objetivo era conhecer a cultura africana e afro-brasileira no sentido de desconstruir os estereótipos e vencer as barreiras do racismo e escutei deles sugestões de como poderíamos desenvolvê-lo.

Então, parti para uma nova fase. Uma das estratégias pedagógicas que optei foi utilizar os paradidáticos para que os alunos pudessem conhecer melhor a cultura africana e afro-brasileira, já que os livros didáticos de 3º ano dão pouca atenção a essa questão, conforme análise apresentada no capítulo anterior.

1.3- A África e o Brasil africano nos livros paradidáticos

Após uma análise dos livros paradidáticos encontrados na escola, escolhi, então, para ajudar na construção do conhecimento e desenvolver essa etapa do projeto, os livros “Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula” de 2012 da autora Regina Claro e o livro “África e Brasil africano” de 2014 de autoria de Marina de Mello e Souza, vale ressaltar que esses livros foram analisados no capítulo anterior.

Para iniciarmos esta atividade reproduzi cópias de alguns capítulos dos livros e convidei os alunos a se organizarem em grupos. Num primeiro momento fiz uma motivação prévia, explicando que o objetivo deste estudo era conhecer mais de perto a história da África e dos afro-brasileiros, reforcei a importância de conhecer a história de nossos ancestrais, fato este que por muito tempo a História oficial excluiu ou relegou a um papel secundário, gerando de certa forma a discriminação racial a desvalorização, a desumanização, ou o não reconhecimento das tradições, saberes e fazeres do povo negro.

Motivados, estimulados, partimos para a atividade, cada grupo recebeu, um tema dos livros: 1. O Egito africano 2. África de muitas sociedades com estados; 3. A África nas representações da cristandade medieval: A maldição de Cam; 4. A invenção da África pelos navegadores e viajantes; 5. Comércio negreiro: Escravidão e antropofagia; 6. A África dominada e partilhada; 7. Arte moderna e cultura africana; 8. África unida: diáspora e pan-africanismo; 9. África do século XXI; 10. Os africanos que povoaram o Brasil e suas contribuições históricas e culturais. Juntamente com os temas cada grupo recebeu as orientações de como deveriam proceder, por exemplo, o grupo um, recebeu tema sobre o *Egito africano* acompanhado das seguintes orientações:

Tema: “O EGITO AFRICANO”

1- a partir da Análise das imagens e dos textos, elabore uma síntese identificando as formas de representação dos egípcios:

a) a autorrepresentação

b) a imagem ocidental apresentada no filme Cleópatra

2- Construir conceito:

a) origem negro-africana dos antigos egípcios

b) Identificação do conceito de embranquecimento

3- A partir das análises e dos conceitos construídos escolha a melhor forma de expor e repassar os resultados obtidos:

- elabore um cartaz com informações e imagens;

- escreva um poema, paródia, redação...

- elabore desenhos (c/ frase ou não), dramatização e outros.

O objetivo desta atividade era desconstruir as teorias racistas que embranqueceram os antigos egípcios.

No material fornecido aos alunos, para desenvolver a atividade, continham imagens (sec. XVIII antes de Cristo), nas quais os egípcios se a autorrepresentavam e imagens do filme Cleópatra (1963) que mostrava a representação ocidental dos egípcios, além de um texto de Cheikh, “A origem dos antigos egípcios”, como material de apoio, de modo que pudessem articular imagens e texto.

Esta atividade provoca o aluno a olhar as imagens não apenas como ilustração, mas perceber as representações que carrega, ir além do que é dado a ver, possibilita que perceba que as imagens não podem ser vista como a realidade “nua e crua”, como um reflexo neutro do real, mas que tanto as fontes escritas como as imagéticas precisam ser analisadas, precisam ser problematizadas.

Lilia Schwarcz, afirma que chegou a boa hora de:

(...) vasculhar usos de imagens não como ilustrações, mas como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como *reflexo*, mas como *produção* de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam. (SCHWARCZ, 2014, p.393)

As imagens trabalhadas em sala de aula com os alunos foram utilizadas como fonte histórica, como documentos. Sendo que carregam consigo todo o contexto nas quais foram produzidas, concebidas, forjadas ou inventadas, pois são uma fonte como qualquer outra fonte, por isso, tem que ser filtrada e explorada com cuidado.

Paiva, alerta da necessidade do professor de História saber lidar com essa fonte, desenvolver um olhar crítico, usar os procedimentos básicos do historiador, ser um professor pesquisador e desenvolver essa capacidade nos alunos, afirma que:

Nunca é demais voltar aos velhos ensinamentos em torno da crítica interna e externa das fontes, que todo historiador deve empreender. É fundamental que nunca nos esqueçamos de fazer aos registros históricos, iconográficos ou não, as perguntas que caracterizam o início de todos os nossos trabalhos e de nossas reflexões. Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Como? E acrescentar outros procedimentos. Primeiramente deve-se preocupar com as apropriações sofridas [...] além disso, temos que nos perguntar sobre os silêncios, as ausências e os vazios. (Paiva, 2002, p.18)

Desta forma, entendendo a necessidade de dar pressupostos para o aluno trabalhar com as imagens, antes de dar início a esta etapa do projeto eu, juntamente com a professora de arte demos uma base de como deveriam analisar as imagens, baseada na metodologia de Paiva(2002) e Bittencourt(1997).

Paiva, em sua obra *História e imagens* (2002), nos diz que ao analisar as imagens, estas precisam ser vistas e percebidas como artefato que representa aspecto relacionado à cultura de uma época, revela valores dessa época, por isso é uma importante fonte de pesquisa que colabora para o conhecimento e esclarecimento sobre os acontecimentos históricos e culturais do período retratado. Por isso, ao serem analisadas, enquanto fonte de pesquisa, é importante que o pesquisador perceba os detalhes, suas minúcias, levando em consideração os interesses do produtor, o tempo em que foram produzidas, enfim, reconheça as suas potencialidades, deve-se fazer a crítica interna e externa, metodologia dos historiadores. Portanto, para iniciar a análise das imagens precisam-se fazer as seguintes reflexões. “Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Como?” (PAIVA, 2002, p.18), junto a essas perguntas preliminares professor e aluno devem se preocupar com as apropriações sofridas por esse registro ao passar dos anos, além de se perguntar também sobre os silêncios, as ausências e vazios. Ele destaca a importância de se deixar claro ao aluno que a imagem não é a realidade em si, mas traz parte dela, como traços, símbolos, representações, códigos, perspectivas, cores, formas, etc. Destaca que o investigador precisa identificar, pois a imagem não se esgota em si mesma, ela vai além daquilo que se é dado a ver e ler. E segundo Paiva (p. 55), as imagens “adquirem novos significados a cada nova leitura, a cada nova época, e por isso elas também oferecem novas respostas às novas indagações que são colocadas”.

Bittencourt em sua obra *Livros didáticos entre textos e imagens* (1997) destaca a importância de refletir como estão colocadas as ilustrações nos livros didáticos, qual o contexto que são apresentadas, se são mera ilustrações, se são complementares ao texto, qual

o papel que desempenhou na configuração de uma memória histórica, as imagens podem ser um importante fonte documental, portanto, precisam ser investigadas pelo método do historiador. Para tanto, para introduzir o aluno na leitura de imagens esta autora propõe que se separe, inicialmente, imagens de textos para observação de impressão sem interferências iniciais, para se fazer uma leitura geral da ilustração, possibilitando também ao aluno fazer articulação com outras experiências.

A partir da leitura inicial e interna, ou seja, da identificação de seu conteúdo, das personagens representadas, posturas, vestimentas e outros, o aluno deverá iniciar a leitura externa voltar-se para outros referenciais, para o significado do documento como objeto, os alunos deverão responder algumas perguntas “como e por quem foi produzido? Para que e para quem se fez essa produção? Quando foi realizada?” (Bittencourt, 1997, p.88). E continuando a leitura externa o aluno deverá realizar uma leitura da imagem como sujeito, como esta imagem está inserida no livro, se possui legenda, qual a relação entre texto e imagem, autor, etc.

Ao desenvolver esta atividade meu objetivo, além de desenvolver a capacidade de análise e a criatividade dos alunos era que eles conhecessem diferentes versões sobre a temática em questão, mas que também percebessem como o racismo vai sendo construído através das imagens, dos filmes, e como os textos contribuem pra esse fato.

Os demais grupos receberam outras temáticas que seguiram esse padrão de atividade (ver os demais temas e suas orientações no apêndice 3).

Momento de socialização, muito interessante e emocionante para mim como professora, ao perceber quanto conhecimento meus alunos haviam adquirido com aquela atividade. Aula descontraída e animada, alguns optaram em desenhar, outros em cantar, outros expressaram verbalmente, outros escreveram poesias, cartazes... E assim, se sentindo a vontade o conhecimento foi sendo construído e compartilhado. Esse estudo foi sendo desenvolvido ao longo do primeiro bimestre.

Imagem 9: Socialização do estudo no paradidático - Apresentação de paródia



Fonte: Adriana Palheta

Imagem 10: Socialização do estudo no paradidático - Socializando o conteúdo



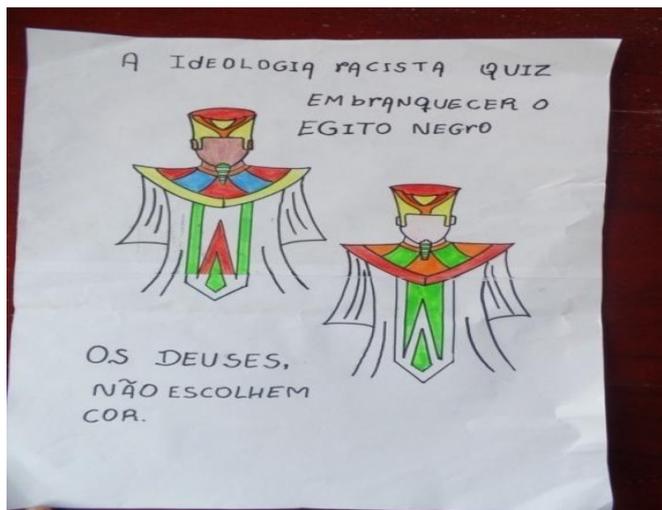
Fonte: Adriana Palheta

Imagem 11: Cartaz construído a partir do estudo dos paradidáticos



Fonte: Adriana Palheta

Imagem 12: Desenho produzido a partir do estudo dos paradidáticos.



Fonte: Adriana Palheta

Durante esta etapa de estudo pude ir percebendo as afinidades, identificação e interesse das turmas com determinado tema, então, ao final desta etapa, propus que aprofundássemos algumas temáticas.

No turno da manhã as turmas são mais centradas e gostam de trabalhos práticos, sugeri a eles desenvolvermos algumas oficinas, conforme o tema que lhes despertou mais interesse. A turma 3º A escolheu mergulhar nos sabores africanos e afro-brasileiros, a turma 3º B escolheu apresentar a cultura local brincando com as abayomi já a turma 3º C resolveu viajar nas cores e fortalecer a identidade negra através dos adornos africanos e a turma 3º D quis se aprofundar nos sentidos e significados das máscaras africanas.

As turmas da tarde como são mais agitadas e extrovertidas, então, resolvi juntamente com a professora de arte mergulhar nos saberes e nos ritmos africanos local, organizamos um desfile performático, no qual os alunos deveriam pesquisar e apresentar uma localidade que tivesse representatividade negra, as localidades escolhidas foram: Mazagão Velho, Igarapé do Lago, Bairro do laguinho e Curiaú, esta atividade foi orientada pela professora de arte, a mesma estava trabalhando com as turmas a arte contemporânea, a disciplina História deu o suporte para a pesquisa, os alunos tinham que apresentar a história, as lendas, as comidas e as danças que representassem esses locais. A professora de arte organizou a performance dentro da modalidade da arte contemporânea, no qual, envolveu teatro, dança e poesia. Esta atividade foi apresentada na culminância do projeto.

Imagem 13: Apresentações performáticas - Alunos Apresentando / Igarapé do Lago



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 14: Apresentações performáticas - Alunos Apresentando / Mazagão Velho



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 15 - Apresentações performáticas - Alunos Apresentando / Bairro do laguinho



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 16: Apresentações performáticas - Alunos Apresentando / o Curiaú



Fonte: Carlos Bueno

A partir desta atividade, especificamente, do tema: 2, África de muitas sociedades com estados, o professor de Geografia desenvolveu um estudo cartográfico, percorrendo os caminhos trilhados pelas diferentes nações africanas até chegar ao Brasil e para quais regiões foram levados ao chegar a este país. Após o estudo os alunos construíram mapas temáticos, que intitularam “os caminhos da escravidão” destacando os locais de origem dos escravizados e a culturas que trouxeram para o Brasil. Os mapas temáticos foram expostos na culminância do projeto.

Imagem 17 - Mapas temáticos produzido na disciplina geografia

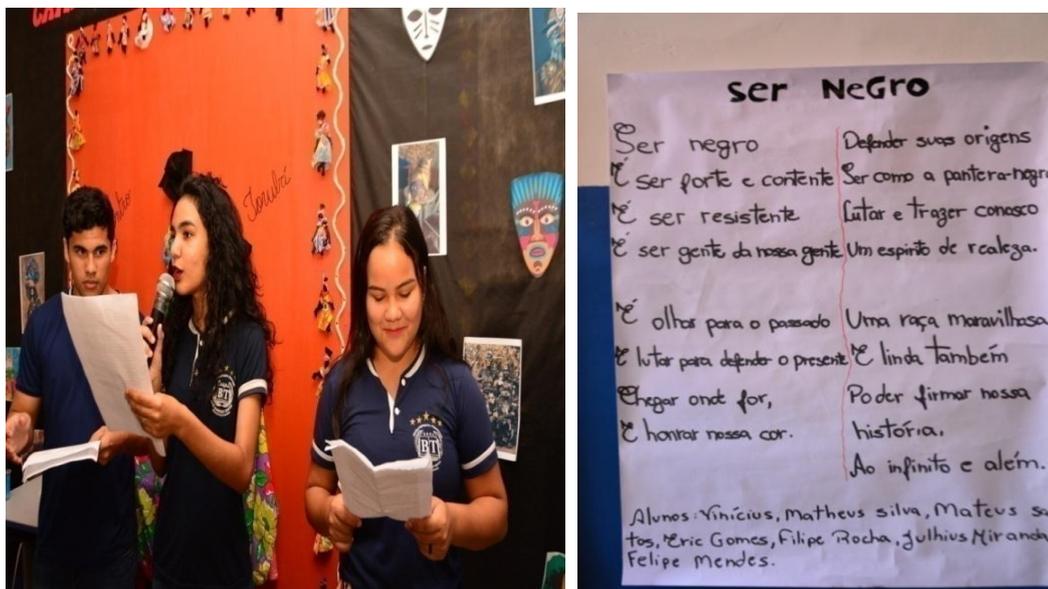


Fotos: Carlos Bueno

A professora de Língua Portuguesa aproveitou o estudo feito na disciplina de História, especialmente, do tema: 3. A África nas representações da cristandade medieval: A maldição de Cam; 4. A invenção da África pelos navegadores e viajantes, que mostra como o

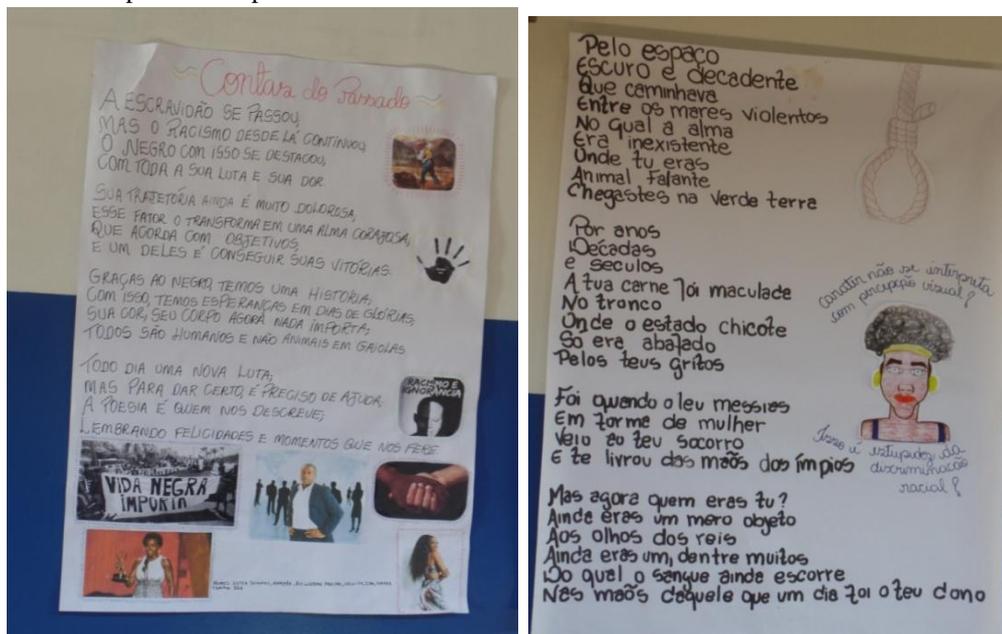
racismo foi sendo construído. Para trabalhar com os alunos gênero textual, poemas, além de ampliar o debate sobre o tema, passou para a turma o filme “Pantera Negra”, para discutir com a turma o Racismo estrutural e a partir desse estudo produziram poemas criticando o racismo. Alguns poemas foram selecionados para serem recitados e expostos na culminância do projeto.

Imagem 18: Alunos recitando poesia na culminância do projeto



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 19: Poemas produzidos pelos alunos



Fonte: Carlos Bueno

1.4- OFICINA: PALAVRAS E SABORES AFRICANOS

Esta atividade foi desenvolvida na turma 3º- A do turno da manhã, a desenvolvi em dois momentos, o primeiro para identificarem as palavras de origem africana e o segundo momento para o trabalho com a problemática da alimentação. Adotei a metodologia proposta pelo projeto a Cor da Cultura³⁷(2006), esta metodologia propõe que trabalhemos a memória da língua, ou seja, foi um meio encontrado para pôr em prática os objetivos pensados para esta atividade, os quais visam que os alunos percebam quanto falamos palavras de origem africana, quanto essas palavras são utilizadas no nosso dia a dia e o quantas histórias essas palavras carregam, seja na alimentação, no vestuário, nas saudações, expressões, nos lugares.

O Brasil é a nação que tem a segunda maior população negra do planeta. País multicultural, traz a marca indelével dos africanos e de seus descendentes em sua formação. Em nosso vocabulário, muitas das palavras usadas no dia-a-dia têm origem nos falares herdados da mãe - África, procedentes de diferentes grupos étnico-lingüísticos, como os iorubas e, especialmente, os povos bantos. Pois não existe apenas uma, mas várias Áfricas, espalhadas num vasto continente,especialmente, os bantos. Pois não existe apenas uma, mas várias Áfricas (A cor da cultura – caderno de memória - Fundação Roberto Marinho, 2006 p. 6)

Cheguei a escola bem cedo, organizei as cadeiras em círculo, a medida que os alunos chegavam iam sentando no círculo, ao tocar da campã demos início a atividade. Argumentei que iríamos mergulhar nas palavras e sabores herdados da África. Iniciei a atividade distribuindo palavras a um grupo de alunos e os significados para outros alunos da turma, em seguida coloquei uma música com ritmo africano e dei dois minutos para que as palavras e seus significados se encontrassem, foi um alvoroço na sala, parecia que estamos em uma feira, palavras sendo anunciadas como “fuxicooo, cachimbooo, fubáaa, gororobaaa, vatapáaa, moquecaaa”, momento de descontração e alegria, muitos sorrisos e animação. Acabou o tempo! Pedi para aqueles que encontraram seus pares falassem as palavras e seus significados, nem todos conseguiram encontrar seu par, então a turma ajudou. Esse momento foi importante para que reconhecesse nas palavras a presença africana no Brasil. Com Essas palavras montaram um painel para expor na escola.

³⁷ A metodologia proposta pelo projeto A cor da cultura, apresenta e orienta um fazer pedagógico que valorize o saber que cada um traz. Propõe ao professor desenvolver atividades com base na pesquisa, no trabalho com diferentes linguagens e na leitura de imagens, um processo de aprendizagem que integre uma prática que instigue a reflexão, o sentir e o agir, e que busque um fazer pedagógico interdisciplinar. Para tanto, este projeto, utiliza dos diversos meios de comunicação e informação para alcançar seus objetivos, desenvolve produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas em relação ao negro e, que valorize a história e cultura africana e afro brasileira.

Imagem 20: Pannel com as palavras de origem africana



Fonte: Adriana Palheta

Para dar início ao segundo momento, perguntei se conheciam algum alimento ou ingrediente de origem africana, poucos sabiam. Então, expliquei que a cultura africana está profundamente ligada à construção da identidade brasileira, especialmente, na nossa alimentação, a África está presente nos ingredientes e nos fazeres gastronômicos. Em seguida, pedi para que se organizassem em grupos e entreguei para cada grupo uma cópia do livro “Memória das palavras” (2006), do projeto a cor da cultura e expliquei que agora nós iríamos procurar as palavras de origem afro ligadas a alimentação, informei a eles que poderiam utilizar também o celular para a pesquisa (na aula anterior avisei, com a autorização da direção da escola, que poderiam trazer o celular, pois iríamos fazer uma pesquisa com os mesmos).

Palavras encontradas! Agora era hora de pôr a mão na massa. Solicitei que a partir dessas palavras organizassem um livro de receitas contendo ingredientes, modo de fazer, história do alimento, a região que ele vem, ou seja, as informações que encontrassem sobre as comidas de origem africana. Para expor seus livros na culminância do projeto prepararam também maquete e pannel com os nomes das comidas e receitas origem afro.

Imagem 21 - Livro de receitas, maquete e painel elaborados pelos alunos



Fonte: Carlos Bueno

Os alunos sugeriram fazermos alguns dos alimentos na escola, só que esbarramos em espaço físico, a escola não possui um ambiente que possamos desenvolver essa atividade, então, poderão preparar em casa e trazer para a escola para degustarem com os colegas. Assim foi feito. Cada grupo escolheu um tipo de alimento e no dia da culminância do projeto montamos as barracas para a degustação. A mistura de aromas e temperos formaram pratos de dar água na boca, entre cheiros e sabores sentimos a África em meio a nós.

Com esta atividade possibilitamos aos alunos conhecerem e sentirem as heranças da culinária africana em nosso país. É importante ressaltar que a professora de Língua Portuguesa orientou a turma a maneira que deveriam organizar o livro de receita e fez a correção gramatical.

Imagem 22: Barracas com degustação das comidas de origem africana



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 23: Degustação das comidas de origem africana



Fonte: Carlos Bueno

1.5 - Oficina de material didático: brincando e aprendendo com as Abayomi

A turma 3º ano B, por ser a turma mais jovem dos terceiros anos, estão na faixa etária entre 16 e 17 anos ficaram encantados com as abayomi, por isso esta oficina foi desenvolvida nesta turma, e como necessitávamos de bastante tempo para realizá-la ela foi desenvolvida no contraturno, os alunos foram convidados a ir a tarde. Desenvolvemos esta oficina em dois dias. Neste momento buscamos conhecer um pouco mais da cultura negra amapaense e, a partir desse conhecimento, produzimos material didático.

Para Bittencourt (2018)

Além da criação de materiais didáticos pelos professores, há também as produções feitas pelos alunos, constituídas de textos escritos diversos, como dissertação, monografias, narrativas, relatórios ou esquemas, painéis, jogos, mapas, maquetes, etc. esse tipo de produção por parte dos alunos consiste numa forma de criação de material didático resultante do domínio do conhecimento obtido no decorrer do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, a produção de material didático pelo próprio aluno deve ser uma das metas do trabalho docente. (BITTENCOURT, 2018, p. 244)

Portanto, esta oficina tinha a finalidade de produzir material didático como painel e maquete, utilizando a técnica de fazer abayomi apreendida na oficina anterior, pretendia-se repassar e expressar um pouco da cultura negra amapaense através desses materiais.

Iniciei esta oficina na sala de informática, pois pretendia que utilizassem a internet para realizarem a pesquisa. Comecei relembando a história da abayomi que segundo a lenda surge nos navios negreiros, expliquei para turma que essas pessoas, que a história relata, ao chegarem ao Brasil eram destinadas a várias regiões inclusive para a região que hoje é o Amapá, então, perguntei aos alunos o que sabiam a respeito da história dos negros no Amapá, um mundo de respostas foram ditas como marabaixo, batuque, capoeira, quilombos, remédios, Sacaca, músicas, festa de São Tiago, etc. Continuei o diálogo perguntando quem poderia falar um pouco de alguma dessas histórias. Um olhava para o outro, um colega em tom de brincadeira falou “que vergonha não conhecem a sua própria história”, alguns retrucaram dizendo que “conhecemos em parte, mas precisamos conhecer mais”. Lancei um desafio, pesquisarmos alguns temas e a partir da nossa pesquisa produzir painéis e maquetes para que outros alunos também pudessem conhecer.

Imagem 24: Pesquisa na sala de informática



Fonte: Adriana Palheta

Dando sequência a oficina, organizei a turma em grupos e cada um ficou responsável em pesquisar um pouco da história do povo negro no Amapá, optamos por pesquisar sobre o

Marabaixo, Batuque e Capoeira. Expliquei a eles que além da pesquisa na internet, poderiam também pesquisar nos livros de história do Amapá que eu havia levado.

Pesquisa realizada! Partimos para a segunda etapa, cada grupo deveria construir uma maquete ou painel representando o que tinham pesquisado com o compromisso de expor o material e verbalmente no dia da culminância do projeto.

Nos dias que antecederam a oficina, pedi a eles que trouxessem novamente os tecidos que sobraram da oficina de abayomi e pedi nas outras turmas para quem tivesse retalhos coloridos para nos doarem, os demais materiais como isopor, cola, bambolê, juta, tinta, régua, etc os alunos que tinham me informaram e o que ficou faltando eu comprei com recurso próprio, sabemos que quem trabalha em escola pública passa por essa situação, como a falta de material para realizar suas atividades, mas apesar dos atropelos conseguimos realizar a oficina.

Nesta etapa fizemos novamente as abayomis, viramos verdadeiros artesãos, fizemos abayomis adaptadas a cultura local, parecia que tínhamos voltado a infância nas brincadeiras de bonecas, roupas foram talhadas, casas foram construídas, instrumentos produzidos, histórias iam sendo aprendidas a cada maquete que ia sendo construída. Momento que voltamos a ser criança. Brincadeiras, risos, erros, faz, desfaz, enfim, chegamos ao nosso objetivo, maquetes prontas e conhecimentos consolidados. As abayomi nesta atividade representavam os personagens que compunham as maquetes como as marabaxeiras e marabaxeiros, os dançarinos e dançarinas do batuque, os tocadores de caixa de marabaixo e do batuque, assim como os jogadores de capoeiras.

Imagem 25: Socialização da pesquisa e apresentação das maquetes





Fonte: Carlos Bueno

Que alegria, era gostoso em ver os olhos dos alunos admirando sua obra de arte, tudo confeccionado pelas próprias mãos. De uma forma descontraída, um pouco da cultura negra amapaense foi sendo apreendida.

Finalizei o momento lendo a seguinte frase “Um povo que celebra a vida não poderia jamais sobreviver às atrocidades da escravidão se não fosse capaz de cantar, dançar, brincar e sorrir” (A cor da cultura, v. 03, p. 76), tomemos isso como uma lição.

Para culminância do projeto também produziram painéis para ornamentar a escola.

Imagem 26: Ornamentação da culminância do projeto



Fonte: Carlos Bueno

1.6 – Oficina de africanidade: turbantes e adornos

Esta oficina foi desenvolvida na turma 3º ano C e foi desenvolvida no contraturno em dois dias, a mesma objetivava fortalecer a identidade negra através do reconhecimento das africanidades³⁸, no que concerne aos trajes, cabelos, turbantes e adornos ou acessórios. Sabemos que a África possui uma cultura de muita beleza quando se trata de vestimenta, os tons do vestuário acompanham o clima com as cores fortes e vibrantes estampadas na grande diversidade de padronagem de tecidos que representa a beleza, a religiosidade e a identidade do povo negro. Hoje, elementos do vestuário africano estão fortemente presentes na moda brasileira, caracterizando, portanto, o vestuário afro-brasileiro é composto de muitas cores, tecidos variados, acessórios expressivos. Também encontramos os turbantes que fazem parte dessa indumentária, eles são usados por homens e mulheres de vários tipos e cores. Os turbantes têm funções sociais, religiosas e, claro, fazem parte da moda e do estilo africano. Na atualidade o turbante especialmente para as culturas africanas, afro-americanas e afro-brasileiras é também um símbolo de resistência aos anos de dominação e exclusão, de afirmação de sua identidade cultural e de luta contra a discriminação e o preconceito racial.

Para realização desta oficina convidamos O Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA) para falar sobre Identidade e empoderamento feminino e fazer uma oficina de tranças e amarrações de turbantes, no sentido de valorizar a estética negra, pois por muito tempo um grande número de negras e negros buscava mudar a estética de seus cabelos para serem aceitos no meio social, entretanto, por motivos adversos, essa entidade não pôde realizar esta oficina.

Então, decidi fazer uma oficina de turbantes e acessórios de “estilo afro”, conhecia algumas técnicas de amarração e busquei aprender fazer acessórios, mas encontrei também na escola algumas alunas que sabiam fazer turbantes e acessórios que se disponibilizaram em ajudar. Retirei do planejamento a oficina de tranças, não encontrei voluntário, já que não possuíamos recurso para pagar uma oficineira.

³⁸As africanidades representam a somatória de diversas características de um ser humano que tem origem africana, por exemplo: seu modo de viver, de ser, sua culinária, sua música, suas tradições, seus costumes, suas religiões, suas vestimentas e indumentárias, etc., inerente aos afrodescendentes. As *africanidades* são raízes ou marcas culturais, de origem africana, que se arrastam com o tempo em uma sucessão de gerações. A expressão africanidades brasileiras refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Para Munanga A africanidade é entendida como um conjunto de traços culturais, sociais, econômicos e políticos comuns às diferentes sociedades da África. MUNANGA, Kabengele. O que é africanidade. In: Vozes da África – Biblioteca Entre Livros. Editora Duetto, edição especial n.6, 2007.

Esta oficina foi realizada em quatro momentos, no primeiro momento levei para reflexão o texto “A relação do corpo para a construção da identidade negra” (Rodrigues, 2012, p.61) que reflete como a relação do negro com seu corpo sempre passou por momentos de rejeição ou de aceitação, este texto mostra a luta dos movimentos negros em afirmar os padrões de beleza negra no sentido de valorizar esse povo e afirma sua identidade.

No segundo momento, buscamos conhecer os significados das cores, as padronagens de tecidos, os significados dos turbantes, os estilos de roupas e de acessórios utilizados pelos afrodescendentes. Para desenvolvermos esta etapa os alunos foram divididos em cinco grupos e cada um ficou responsável em pesquisar um aspecto do que denominamos de estilo afro, o primeiro grupo pesquisou sobre os trajes, indumentárias Tradicionais e contemporâneas africanas, o segundo pesquisou sobre a influência da cultura africana nas cores, tecidos, formas e estilo da moda atual afro-brasileira, o terceiro sobre o corpo africano e o estilo de cabelo e penteados afros na atualidade, o quarto grupo pesquisou sobre os adornos - colares, brincos e pulseira seus significados para as culturas africanas e para os afro-brasileiros e o quinto grupo pesquisou o significado do turbante para as culturas africanas e o seu significado no Brasil atual. Para realizar esta pesquisa pedi na aula anterior que os alunos trouxessem celular, pois iríamos utilizar a internet (com a devida autorização da direção da escola), quando finalizaram a pesquisa orientei para organizarem os resultados em painéis para socializarem com os colegas.

Na terceira etapa, fomos para a parte prática, a confecção dos acessórios de estilo afro, já sabíamos que utilizam tecidos com cores vibrantes, formas geométricas, estampas variadas (na região norte do Brasil utiliza-se muito o florido). Antes de iniciarmos esta oficina conversei com a direção da escola na possibilidade de fornecerem o material, no entanto, os recursos são sempre escassos e só puderam nos ajudar com os tecidos (foram utilizados para confeccionar os acessórios e turbantes), então fizemos uma coleta entre nós (professora e alunos) para comprarmos o restante do material que necessitaríamos como os ganchos de brinco, linha, juta para fazermos o mostruário e outros. Os demais objetos como alicate consegui alguns no laboratório de informática e as tesouras cada um levou de casa. E assim iniciamos nossa produção. Meninos e meninas se envolveram na atividade, lindos cordões, brincos e pulseiras foram surgindo, cada um utilizando sua criatividade, momentos de troca, de partilha, em meio a muitas cores e animação. O resultado foi incrível, mais incrível ainda foi ver nossos alunos utilizando o fruto de seu próprio trabalho e mostrando o belo da cultura afro-brasileira.

Imagem 27 - Alunos confeccionando e expondo o material que produziram na oficina



Fonte: Adriana Palheta

A quarta etapa do projeto foi o momento que os alunos aprenderam as técnicas de amarração de turbantes, para esta atividade eles precisavam ter seus lenços, no entanto ninguém tinha, para muitos o turbante era “coisa de macumbeiro”, palavras de um aluno, este usou esta expressão no sentido pejorativo, por isso houve a necessidade de retornarmos a pesquisa anterior sobre os significados do turbante para as culturas africanas e o seu significado no Brasil atual, falamos como foram construídas essas ideias preconceituosas, a ligação que foi feita entre o turbante com os rituais religiosos de matriz africana, religiões

estas que foram descaracterizadas e demonizadas, por isso por muito tempo para usar o turbante sobre a cabeça, as pessoas precisavam escondê-lo, disfarçá-lo, renegá-lo, e também por ser símbolo da cultura negra, que era excluída e inferiorizada na sociedade brasileira. Discutimos essa questão para que essa visão preconceituosa fosse desconstruída.

Para Rodrigues “Na sociedade brasileira, o professor no espaço escolar adquire a complexa tarefa de lidar com os conflitos construídos por ideias preconceituosas e comportamentos discriminatórios” (RODRIGUES, 2012, p.64), por isso a necessidade de estratégias e práticas pedagógicas para lidar com o racismo no ambiente escolar.

Com os tecidos fornecidos pela escola confeccionei os lenços e levei para os alunos para que pudessem aprender a fazer as amarrações. Uma aluna da própria turma ensinou as técnicas de amarração para todos. Interessante o entusiasmo dos alunos com a atividade e com o que tinham aprendido. Então, para finalizar a oficina, pedi para que eles apresentassem o fruto do esforço de cada um. A maioria apresentou com o produto no próprio corpo. Depois eles propuseram fazer um desfile no pátio da escola para mostrar o que tinham aprendido, decidimos que faríamos um desfile de africanidades, no qual iríamos apresentar roupas, acessórios, cabelo estilo Black Power, tranças e turbantes. O desfile foi realizado no dia da culminância do projeto. Foi um sucesso! Muitos aplausos, beleza e sorrisos exuberantes. Assim, nossos alunos negros se sentiram representados, era bonito de ver a satisfação e a alegria daqueles que desfilaram e dos que estavam assistindo.

Esta oficina buscou contribuir com fortalecimento da identidade negra e para a autoestima de nossos alunos negros, como também positivar a cultura negra no meio da sociedade, pois entendemos que a escola tem múltiplos papéis desde o desenvolvimento intelectual até a construção de cidadania.

Imagem 28 - Oficina de turbantes



Imagem 29 - Desfile africanidades na culminância do projeto



Fonte: Carlos Bueno

1.7- Oficina: Quebrando as máscaras do preconceito e construindo as máscaras de significados

Esta oficina foi desenvolvida com os alunos do 3º ano D, ela foi dividida em duas etapas, a primeira etapa reflexão e estudo dos significados das máscaras africanas e no segundo momento a confecção de máscaras. Logo, o objetivo ao pensar essa oficina foi quebrar as máscaras do preconceito e possibilitar ao aluno conhecer os significados das máscaras para os africanos, bem como perceber que essa expressão artística influenciou a arte moderna e a arte negra brasileira, além disso, refletir também a respeito dos estereótipos recorrentes e vinculados à arte africana até os dias de hoje.

Hoje sabemos que, em sua essência, a arte dos povos africanos era funcional e estava estreitamente vinculada ao sentimento de identidade de determinada comunidade e fazia parte do seu dia a dia. Para muitos povos africanos, as máscaras possuíam uma função quase sagrada³⁹, pois eles as viam como elementos intermediários entre o mundo dos vivos e o mundo dos deuses e dos mortos. Elas eram utilizadas em várias ocasiões festivas ou solenes, nos rituais para celebrar os antepassados, para espantar os maus espíritos, pedir boas colheitas, o fim de guerras, etc. Para os africanos, a máscara representava um disfarce místico com o qual poderiam absorver forças mágicas dos espíritos e assim utilizá-las em benefício da comunidade: na cura de doentes, em rituais fúnebres, cerimônias de iniciação, casamentos e

³⁹ Ver: LEAL, Flavia. A importância das máscaras africanas na espiritualidade, arte e política. Blog Africanidade. Grupo de Pesquisas em Ciências Sociais Africanas da USP.
GORZONI, Priscila. Conheça e saiba os significados das máscaras africanas. Blog Geledes, 16 jul 2014.

nascimentos. Assim, toda esta riqueza cultural também foi trazida junto com os povos africanos que vieram para o Brasil.

Iniciei a oficina lembrando o que tínhamos estudado nos paradidáticos sobre a arte africana e sua influência na arte moderna, levei para a sala algumas imagens de máscaras e questioneei a turma sobre o que eles achavam das características destas, muitos responderam que achavam estranhas, falaram de suas formas e outros que achavam feias. Então, iniciamos uma conversa sobre a noção de Belo, o que é o belo? Quem determina o que é bonito e o que é feio? Alguns argumentaram que o belo é muito relativo, iniciou-se uma pequena discussão, por divergência de ideias, na qual procurei contornar brincando com eles “o bonito é saber respeitar o diferente, as ideias diferentes, as experiências diferentes, assim podemos conviver de forma harmoniosa”. Situação contornada, expliquei a eles que por muito tempo a arte africana foi negada, foi depreciada pelos europeus, pois o belo para eles era o que vinha dos povos ocidentais, os padrões de beleza eram ditados pelas nações européias, e que somente no início do século XX os artistas modernistas foram atraídos pelas abordagens abstratas das figuras humanas e pela força expressiva das representações africanas, foram seduzidos pela liberdade e fugiram dos padrões estabelecidos, “artistas como Matisse, Derain Braque, Picasso Modigliani, Brancusi, Le Corbusier foram seduzidos pela ‘magia’ da cultura africana e foram inspirados por uma arte que trazia outra releitura do belo, uma forma diferente de interpretar o mundo” (CLARO, 2012, p. 139). É importante ressaltar que a professora de filosofia aprofundou a questão do belo e sua descaracterização, dentro do conteúdo Estética

Continuando a primeira etapa da oficina os alunos foram levados a sala de informática para pesquisarem sobre a presença das máscaras africanas em algumas sociedades tradicionais africanas, com vistas a apreender os diferentes sentidos e usos sociais a que estes objetos artísticos foram destinados. Terminada a pesquisa fizemos a socialização da mesma, onde alguns alunos se mostraram surpresos com as suas descobertas. Aproveitei para falar que conhecer essa cultura é uma das formas de manter viva essa tradição e perceber quanto conhecimento e sabedoria cada povo carrega. Falamos um pouco sobre a arte negra brasileira, que hoje está conquistando seu espaço, no qual os artistas, seja na música, na literatura, nas artes plásticas, contestam práticas discriminatórias, reivindicam direitos, utilizam valores conceituais de matrizes africanas como marcadores de identidade.

Imagem 30- Estudo e socialização do conhecimento sobre as máscaras africanas



Fonte: Adriana Palheta

Após esse momento de construção de conhecimentos passamos para a segunda etapa, a confecção das máscaras, optei em utilizar para esta oficina papelão e telhas, então, solicitei em uma aula anteriormente que trouxessem esse material, dividimos a turma em dois grupos os que iriam trabalhar com telhas e os que iriam trabalhar com o papelão para facilitar a aquisição do material, também pedi para trazerem lápis, tinta e pincel de casa, consegui a doação com alguns colegas de tinta.

E assim, começaram as produções tínhamos algumas máscaras como referência, mas eles ficaram livres para usar a criatividade. Parecia brincadeira de criança, desenha e apaga, desenha novamente até chegar ao desejado. Um aluno gritou, “quero o lilaaás!”, outro respondeu, “não tem, tu não assistiu as aulas de arte, mistura as cores”, conhecimentos que iam sendo somados e resultados que iam aparecendo. Os que não tinham habilidades artísticas pediam a ajuda para outros para fazerem os traçados e assim a atividade foi sendo desenvolvida. Enfim, as máscaras foram sendo concluídas, senti claramente a satisfação dos alunos com aquela atividade, e conclui mais uma vez que o uso de diferentes linguagens no processo de ensino e aprendizagem além de proporcionar momentos descontraídos, fortalece laços, o aluno se apropria do conhecimento de forma prazerosa.

Então, com a atividade finalizada passamos a organizar a exposição em que apresentamos para a escola as máscaras, símbolo da cultura africana, confeccionadas pelos alunos. Esta exposição foi feita no dia da culminância do projeto.

Imagem 31 - Oficina de máscaras



Fonte: Adriana Palheta

Ao término das oficinas com os alunos dos 3º anos da manhã, seguindo a tradição africana da transmissão de conhecimentos através da oralidade e o respeito aos mais velhos, propus que realizássemos com as turmas de 1º e 2º anos, os mais jovens, as oficinas que tínhamos acabado de fazer, entretanto de uma forma mais simples.

(...) a oralidade, para nós, esta associada à relação constante do falar-ouvri/ ouvir-falar[...] Griot e griota constituem-se em contadores e contadoras de histórias que são fundamentais para a permanência da humanidade: são como um acervo vivo de um povo. Carregam nos seus corpos histórias, lendas, feitos, canções, lições de vida de toda uma população, envolto numa magia própria, específica dos que encantam com o corpo e com sua oralidade. (A cor da cultura, 2006. v.3, p 36)

A palavra do outro pode ser um meio de trocas, de compartilhamentos, afinal somos aquilo que adquirimos ao longo da vida. Os alunos ficaram empolgados e sentindo-se valorizados, sentindo-se como um Griot, toparam a proposta. Então, passamos a organizar as oficinas. Oferecemos: Oficina de Abayomi como responsável o 3º ano B (manhã); oficina de africanidade - turbantes e acessórios, tendo como responsável 3º ano C e Oficina de máscaras africanas, responsável 3º ano D. Não oferecemos a oficina de alimentos devido a logística da escola.

Nessas oficinas os alunos dos 3º anos socializaram os conhecimentos apreendidos nas oficinas que lhes foram oferecidas anteriormente, ensinaram os alunos a confeccionarem os objetos conforme a oficina que estavam ministrando. Dividimos a turma em dois grupos, um grupo responsável pelas oficinas da manhã e o outro pelas oficinas do turno da tarde, sendo que cada oficina teve a duração de duas horas e meia.

Solicitamos a ajuda dos professores de História dos primeiros e segundos anos para inscreverem os alunos nas oficinas. As oficinas foram oferecidas no contraturno, os alunos da manhã foram a tarde e vice versa. Foram oferecidas três vagas por turma em cada oficina, cada turma deveria inscrever nove alunos no total, conforme o cronograma estabelecido por turma, ver exemplo na tabela abaixo. Depois das oficinas os alunos inscritos que participaram das mesmas tinham o compromisso de repassar esses conhecimentos as suas turmas de origem.

CRONOGRAMA DE OFICINAS – 1º ANO - TURMA: 1º ano A -manhã

OFICINA	MÁSCARAS AFRICANAS (13/08 -terça-feira – de 13:30 às 16:00 h)	ADORNOS AFRICANOS (13/08 -terça-feira – de 16:00 às 18:30 h.)	ABAYOMI/ BONECA AFRICANA (14/08- quarta-feira – de 13:30 às 16:00 h)
ALUNOS	1- Maria Eduarda	1- João Guilherme	1- Jorge Eduardo
	2- Gabriela Silva	2- Maria Vitória	2- Aline Araújo
	3- Marcos Augusto	3- Mercia Maria	3- Ana Gabrielly

As oficinas para essas turmas foram oferecidas no terceiro bimestre (mês de agosto), houve a participação em massa. Os alunos de 3º anos foram os responsáveis pelas oficinas com o meu auxílio, cada oficina foi dividida em dois momentos, no primeiro momento tivemos a parte teórica, enquanto no segundo a parte prática. Sendo que alguns alunos ficaram responsáveis pela parte teórica, em explicar os conteúdos que eles haviam aprendido nas oficinas que realizaram em suas respectivas turmas e outros ficam responsáveis pela parte prática, em ensinar os alunos, nas respectivas oficinas, a confeccionarem os adornos (brincos, colar, pulseiras e turbantes), as bonecas africanas e as mascaras africanas.

A receptividade dos alunos participantes foi muito boa, todos se envolveram no processo, tanto no momento teórico, ou seja, partilhando o que sabiam sobre a cultura africana e a questão do racismo, quanto na parte prática onde se divertiram muito, aprenderam brincando. Momentos de grande aprendizado tanto para os alunosicineiros como para os participantes, os quais puderam trocar ideias e aprender um pouco mais sobre a cultura africana e afro-brasileira.

Os alunos que participaram dessas oficinas ao retornarem para suas turmas fizeram a socialização dos conhecimentos adquiridos, processo este conduzidos pelos professores de História dessas séries e turmas.

Imagem 32 - Oficina de Abayomi com os alunos de 1º e 2º ano



Fonte: Adriana Palheta

Imagem 33 - Oficina de máscaras africanas com os alunos de 1º e 2º ano



Fonte: Adriana Palheta

Imagem 34 - Oficina de adornos e turbantes africanos com os alunos de 1º e 2º ano



Fonte: Adriana Palheta

As oficinas possibilitaram as turmas estarem mais próximas uma das outras, de trocarem experiências e conhecerem um pouco mais da cultura africana e afro-brasileira. Para Candau (1999),

As oficinas são espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sóciodramas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeodebates, o trabalho com diferentes expressões da cultura popular, etc, são elementos presentes na dinâmica das oficinas (CANDAUI, 1999, p.11).

Esse modelo de aula oficina possibilita o aluno relacionar os sentidos construídos no passado com suas próprias atitudes no presente, possibilita rever suas posturas e atitudes, ajuda-os respeitar o diferente e valorizando as variadas experiências humanas, além de facilitar o processo de ensino e aprendizagem, por partir de uma problemática do tempo presente e impulsionar o uso de diferentes recursos e interação entre os envolvidos nesse processo, dinamizando o ensino de história.

1.8 - Diferentes formas de apropriação da História e culturas africana e afro-brasileira

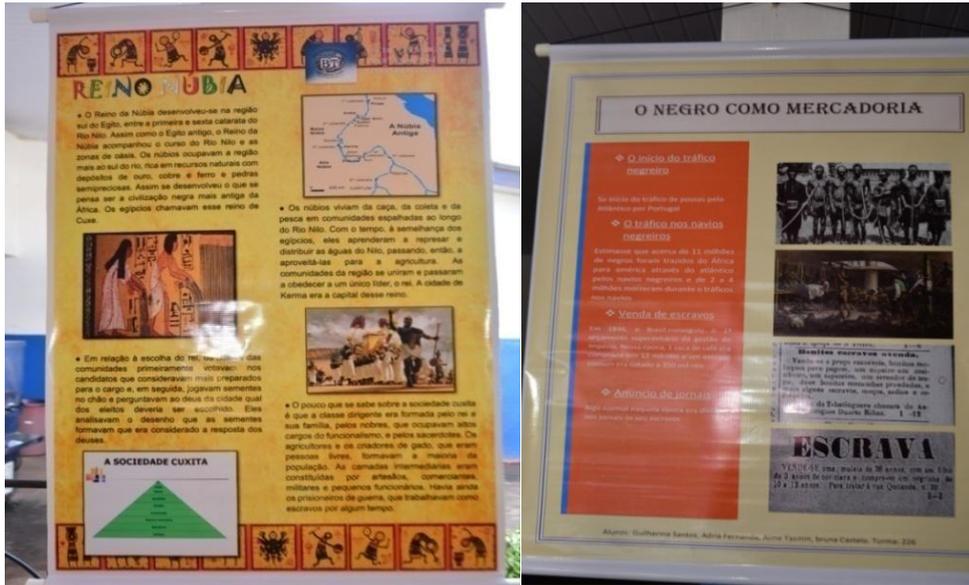
Embora eu tenha relatado apenas as atividades que desenvolvi com os alunos de 3º anos, o projeto foi estendido a toda escola, pois entendemos que existe uma necessidade muito grande de se debater a questão do racismo e também de buscar meios para combatê-lo e conhecer, principalmente, a História dos afro-brasileiros, logo, aproximar essa história dos nossos alunos seria um dos meios de combate ao racismo. Seria a oportunidade de desnaturalizar ideias preconceituosas arraigadas no imaginário coletivo.

1.8.1- Atividades desenvolvidas pelos professores e alunos de 1º ano

Em História: O professor de História de 1º ano estudou com seus alunos a História da África, este conteúdo faz parte da grade curricular desta série, dando ênfase às nações africanas das quais foram trazidas mais pessoas para o Brasil. A partir desse estudo os alunos confeccionaram banner, maquetes e lapbook⁴⁰ da História de cada povo com suas devidas características.

⁴⁰ lapbook é uma espécie de mapa conceitual tridimensional, construído a partir de uma pastinha, em diferentes formatos e dimensões, que representa a abordagem de um determinado conteúdo. ou seja, os lapbook se caracterizam como pastas ou fichários com recortes, desenhos, mini livros e dobraduras feitas com papéis coloridos. Um dos principais objetivos dos lapbook é ajudar o aluno a compreender um conteúdo.

Imagem 35- Banner produzido pelos alunos



Fonte: Carlos Bueno

Em Inglês: A professora de inglês fez uma atividade para trabalhar a gramática e desenvolver a pronúncia do inglês de seus alunos, promoveu a valorização de artistas negros da cultura internacional envolvido com a língua inglesa, escolheu músicas de alguns artistas e organizou um coral com algumas coreografias. As músicas estão no cronograma de exposição e apresentação, abaixo no tópico 1.9.

Imagem 36 - Coral de Inglês



Fonte: Carlos Bueno

Já em Sociologia: A professora de Sociologia trabalhou com os alunos o conteúdo Discriminação racial e diversidade cultural, desenvolveu com eles uma peça teatral “Sentindo na pele o racismo”. Em Artes: A professora desenvolveu um trabalho com os alunos no qual deveriam pesquisar e produzir obras de arte com técnicas de vitrais e mosaico, utilizando personalidades negras que se destacaram na sociedade internacional, nacional e local.

Imagem 37: Peça teatral sobre discriminação racial



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 38: Arte em vitral produção dos alunos



Fonte: Carlos Bueno

No componente Língua Portuguesa: a professora para trabalhar a etimologia das palavras construiu com os alunos um dicionário ilustrado com palavras de origem africana. Já

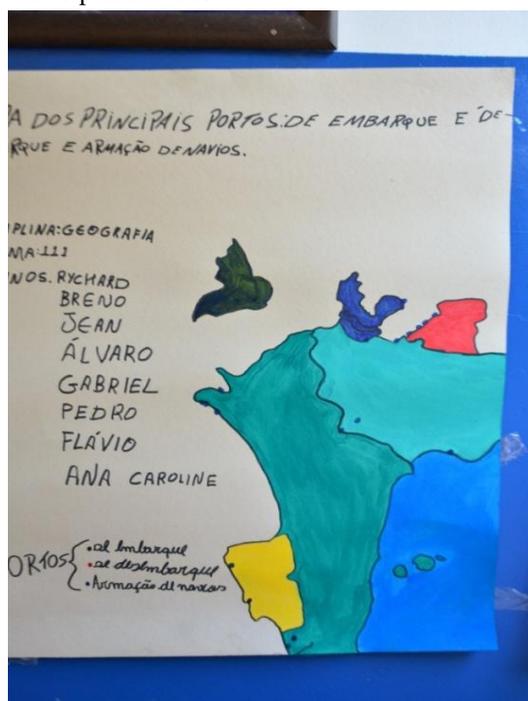
em Geografia: o professor dentro de seu conteúdo sobre cartografia construiu os mapas temáticos com as rotas percorridas pelos africanos até chegar ao seu destino no Brasil.

Imagem 39: Dicionários com palavras de origem africana



Fonte: Carlos Bueno

Imagem 40: Mapa temático produzido pelos alunos



Fonte: Carlos Bueno

Em Educação física: dentro do conteúdo expressão Corporal, desenvolveu-se uma pesquisa sobre as danças de origem africana e os alunos coreografaram essas danças: Samba,

Hip-hop, Forró, apresentaram na culminância do projeto. A Banda de música da escola trabalhou conjuntamente com educação física ensaiando as músicas que foram coreografadas.

Imagem 41 - Apresentação de Hip Hop



Fonte: Carlos Bueno

1.8.2- Atividades desenvolvidas pelos professores e alunos de 2º ano

Em História: professores, meu colega e eu de História trabalhamos a resistência negra do período colonial ao atual, apresentando figuras negras que se destacaram ao longo da história do Brasil. Montamos junto com os alunos uma exposição com fotografias dessas personagens, em que também fotografaram os alunos e funcionários da escola para mostrar a presença negra nesse estabelecimento (com a devida autorização dos mesmos) mostrando-os como símbolo de resistência dentro dessa sociedade que exclui.

Imagem 42 - Personalidades negras do Amapá, com destaque para Zé Miguel e Sacaca



Fonte: Adriana Palheta

Imagem 43 - Exposição das fotografias das personalidades negras da escola, alunos e funcionários



Fonte: Adriana Palheta

Nos componentes Sociologia e Artes: os professores dessas disciplinas trabalharam conjuntamente, pesquisaram sobre o cotidiano dos escravizados no Brasil destacando o papel da mulher, promoveram debates entre as turmas sobre a mulher negra na sociedade atual e materializaram os conhecimentos aprendidos em fotografias e pinturas em telas mostrando o empoderamento da mulher negra.

Imagem 44 - Exposição de fotografias e telas o empoderamento feminino



Fonte: Adriana Palheta

Já em História, Língua Portuguesa/literatura, Filosofia e Sociologia: A partir da história e da confecção de abayomi, a disciplina Literatura em seu conteúdo sobre a literatura brasileira trabalhou com os alunos o poema Navio negreiro de Castro Alves (estavam juntas

na sala de aula, História e Literatura). A disciplina Filosofia a partir desse poema trabalhou o processo de dominação e sociologia trabalhou a cultura, enfatizando a cultura trazia pelos africanos para o Brasil. Conjuntamente estas disciplinas prepararam uma apresentação teatral com canto e dança que iniciou a recitação de parte do poema Navio negreiro, enquanto os alunos representavam a viagem e as atrocidades ocorridas ao longo dela, apresentaram a chegada dos africanos com sua cultura no Brasil, apresentando danças tribais e finalizando com o Marabaixo, representando a cultura negra no Amapá.

Imagem 45 - A apresentação da peça navio negreiro



Fonte: Carlos Bueno

1.9 - CULMINÂNCIA DO PROJETO

O projeto “Conhecendo e valorizando a cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo”, realizada na Escola Professor José Barroso Tostes, foi finalizado no dia 31 de agosto com a culminância, depois de um longo processo de construção do conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira, os alunos tiveram a oportunidade de mostrar os resultados dos conhecimentos obtidos, um período permeado de aprendizagem de grande significância para eles e para e para toda comunidade escolar, pois possibilitou que refletisse uma problemática, o racismo, que infelizmente ainda é um fato recorrente em nossa sociedade.

No sentido de aproximar nossos alunos da cultura africana e afro-brasileira as diferentes áreas de conhecimento dessa escola buscaram desenvolver atividades pedagógicas para alcançar esse objetivo. Toda comunidade escolar foi envolvida neste projeto, pois acreditamos que o processo de ensino e aprendizagem não se dá apenas na sala de aula e que os conhecimentos, as mudanças de posturas tem que atingir todos os que fazem parte do ambiente escolar.

No dia escolhido para a culminância estavam reunidas todas as turmas dos dois turnos da escola. Uma verdadeira festa recheada de africanidades, brincando, desenhando, escrevendo, falando, representando, cantando e dançando os alunos apresentaram o que aprenderam ao longo desse processo. Veja as atividades desenvolvidas na tabela abaixo.

Cronograma de exposição e apresentação das atividades na culminância do projeto

ANO	APRESENTAÇÃO	DISCIPLINA	TURMA/ ANO	EXPOSIÇÃO	DISCIPLINA
	Abertura: palavra da diretora				
1º anos A, B, C e D (manhã)	Coral: -Vídeo: Stand by bem e king - Dança: Jason Derulo – Swalla - Música: John legend – all of me	Inglês	1º anos A, B, C e D (manhã)	Produção de obras com técnicas de vitrais e mosaico	Artes

	- Música: Diamonds – Rihanna				
2º anos A e B (manhã)	Peça teatral: navio negreiro (teatro, dança e música)	História, Filosofia, L. Portuguesa e Sociologia	-2º anos A, B, C e D (manhã)	Arte em tela	Artes
2º anos C e D (manhã)	Dança de origem africana: Forró, Samba e Hip hop	Educação Física e Banda de música	1º e 3º A,B, C e D (manhã)	Mapa temático	Geografia
1º anos A, B, C e D (tarde)	Coral: -dança: Jason Derulo - Wiggle - Música: Lil nas x – old town road (lyrics) ft. Billy Ray Cyrus - Música: Bruno Mars – When i was your man - Música e dança: Ariana Grande – side to side	Inglês	3º anos A, B, C e D (tarde)	- Pesquisas História da África e afro-brasileiros (Banes)	História
1º anos A, B, (manhã)	Peça teatral: Sentindo na pele o racismo	Sociologia	3º anos A, B, C e D (manhã)	- exposição do material produzido nas oficinas: abayomi, máscaras e adornos e - oficinas de adornos e turbantes -apresentação livros de receitas e degustação de comidas de origem afro	História
3º ano C	Desfile africanidades	História	1º anos A, B, C e D (manhã e	- Exposição de cartazes, maquetes e lapbook	História

(manhã)			tarde)		
	obs: (as turmas trarão roupas, acessórios, penteados... africanos)				
-2º anos A e B (tarde)	Teatro: Rosa Parles e Martin Luther King	Inglês	3º anos A, B, C e D (manhã e tarde)	Poesias	Língua Portuguesa
3º ano A (tarde)	Desfile performático representando o igarapé do lago obs: (as turmas trarão, alimentação, vestimenta, dança, lendas...)	Artes História	2º anos A,B,C e D (manhã e tarde)	Exposição de fotografias – personalidades negras nacionais e da escola	História
3º ano B (tarde)	Desfile performático representando Mazagão velho	Artes História	2º anos A,B,C e D (manhã e tarde)	Mural: abayomi – Navio negreiro	Língua Portuguesa/ literatura
3º ano C (tarde)	Desfile performático representando bairro do Laginho	Artes História			
3º ano D (tarde)	Desfile performático representado o Curiaú.	Artes História			

Preparativos para a culminância do projeto

Para organizarmos a culminância do projeto, fiquei com a coordenação geral e nos separamos em comissões, então, os professores da sala de leitura prepararam um banner motivando a reflexão sobre a questão racial ficou exposta na escola durante o desenvolvimento do projeto. Os professores da biblioteca ficaram responsáveis em fazer brindes para dar aos alunos, já que neste mês se comemorou o dia dos estudantes, fizeram

ponteira de lápis com a temática africanidade. As cozinheiras ficaram de preparar um lanche que estivesse relacionado com a temática, escolheram fazer uma saborosa feijoada, a direção, coordenação pedagógica e professores que não estavam diretamente envolvidos ficaram com o apoio logístico. A ornamentação ficou pela responsabilidade dos professores e alunos dos 3º anos, então organizaram frases e imagens contra o racismo para pendurar em toda a escola, ornamentaram a escola conforme a temática, com bastante colorido.

Imagem 46 - Ornamentação da escola na culminância



Fonte: Carlos Bueno

Enfim, toda a comunidade escolar se envolveu no projeto. Acreditamos que este projeto colaborou para que professores e alunos deste estabelecimento de ensino percebessem quantos discursos racistas estão enraizados na sociedade e devem ser desconstruindo, perceberam também quanto os livros utilizados na escola ocultam as histórias vividas pelos negros africanos e afro-brasileiros, perceberam que os discursos de paraíso racial é apenas falácia e que o negro continua sendo representado por um viés discriminatório, seja nos meios de comunicação como nas vivências do dia a dia. E que percebesse, principalmente, a necessidade de se conhecer a história desse povo para que possam ser respeitados e valorizados.

É importante destacar que o projeto não parou na Culminância, esta temática continuou sendo refletida na escola, o professor de literatura está organizando uma atividade com seus alunos sobre a literatura negra e durante os jogos internos da escola as equipes receberam nomes que representavam os Quilombos existentes no Amapá, já estamos

pensando a segunda etapa do projeto nesta escola, pretendemos trabalhar, particularmente, a cultura afro-amapaense.

Imagem 47 - Dia da culminância do projeto





Fonte: Carlos Bueno

Imagem 48 - Alunos e professores participando da culminância do projeto



Fonte: Carlos Bueno

2. O CATÁLOGO “HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA: CAMINHOS PARA COMBATER O RACISMO”

Ao longo da pesquisa percebeu-se que uma das grandes dificuldades dos professores era como colocar em prática a Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a história e a cultura da África e dos Afro-brasileiros, alguns por não terem recebido a formação necessária e não terem uma base teórica para trabalhar essa questão, outros por desconhecerem metodologias que viabilizassem esse estudo em sala de aula de forma prazerosa e estimulante. Mas, todos reconhecem a necessidade de se trabalhar essa temática em sala de aula, a necessidade de mudança de posturas no jeito de ensinar e lidar com a questão étnico-racial.

Por acreditar que a escola, como espaço privilegiado de análise e produção de conhecimento, deve subsidiar os alunos no enriquecimento e sistematização dos saberes para que se tornem sujeitos capazes de interpretar com olhar crítico o mundo a sua volta, de investigar formas de superação dos preconceitos e discriminação, de reconhecer e entender as diferenças e visualizar com senso crítico as representações repassadas sobre os povos constituinte desse país. Diante dessa crença, me propus a elaborar um catálogo com propostas educativas que aponte possibilidades de se trabalhar a temática História e Cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, além de materializar a lei 10.639/03.

Para tanto, as atividades que foram desenvolvidas nas aulas-oficinas ao longo do projeto “Conhecendo e valorizando a História e cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo”, implementado na E. E. Professor José Barroso Tostes, assim como outras atividades executadas nas diferentes áreas do conhecimento que forneceram subsídios necessários para a elaboração do Catálogo “História e cultura africana e afro-brasileira na sala de aula: caminhos para combater o racismo”. Este material foi produzido com o intuito de apresentar aos professores algumas possibilidades de inserção do estudo da História e da Cultura Africana e afro-brasileira no Ensino Médio de forma interdisciplinar. As propostas educativas apresentadas neste catálogo foram também pensadas como instrumentos que poderão auxiliar professores a trabalharem essa questão em sala aula de forma dinâmica e prazerosa.

Logo, as atividades propostas baseadas em um referencial teórico vasto, busca de maneira diferenciada apresentar, fazer discutir e refletir sobre a temática em sala de aula, construindo o conhecimento junto com os alunos e não meramente uma transmissão de informações e datas como costumeiramente se vê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o ensino de História passou por grandes transformações, dando novos significados ao papel da História, novos sujeitos, novos objetos, novas metodologias foram surgindo buscando romper com o ensino de base eurocêntrica, dando espaço a novas narrativas historiográficas que procuram restituir as vozes e espaços silenciados e negados aos povos considerados subalternizados como negros e índios.

Seguindo esse viés este estudo partiu de uma abordagem dentro da perspectiva decolonial, no qual refletiu sobre o racismo na escola, buscou compreender como a imagem do negro é representada nos materiais e livros didáticos utilizados nas escolas do Estado do Amapá, em especial a E. E. Professor José Barroso Tostes, por compreender o papel da escola nesse processo de ressignificação dos estereótipos e preconceitos construídos sobre esse grupo de pessoas dentro da sociedade brasileira, além da importância do ensino de História ao oportunizar seus alunos conhecerem a história de seus antepassados e sua contribuição na formação do povo brasileiro.

Este estudo partiu da premissa de que a escola com seus materiais didáticos, juntamente com a prática docente, contribuíram e contribuem na construção de uma imagem estereotipada e preconceituosa sobre os negros em meio a sociedade, esta hipótese em parte foi confirmada. Ao analisar os murais e cartazes expostos pela escola percebeu-se que o racismo no ambiente escolar se apresenta de forma bem sutil, no qual o negro não é representado de forma estereotipada, mas à ocultação de sua presença nesses materiais, como nos livros didáticos, há um silenciamento da história positiva da população negra, transformando-se, assim, em um instrumento de manutenção e privilégio da história europeia em detrimento da história das comunidades negras. Constatou-se na escola e nos materiais didáticos a presença da linguagem subjacente como as brincadeiras de cunho racista, apelidos pejorativos encarados como “normal”, além da própria invisibilidade, linguagem que aparentemente é ingênua e sem ideologias, mas que estão recheadas de preconceitos, demonstrando o despreparo de professores e de todo corpo escolar em lidar com essa questão. Portanto, é importante que tanto professores como toda a comunidade escolar tenha conhecimento e um olhar crítico sobre as questões étnico-raciais.

Percebemos nesse estudo a dificuldade encontrada por professores de todo o Brasil e especificamente do Estado do Amapá em implementar a Lei 10.639/2003, luta encabeçada pelo movimento negro que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, devido a alguns não terem formação necessária para lidar com a questão ou por não

perceberem e nem discutirem essa problemática no ambiente escolar. Ficou claro também a resistência de algumas escolas e educadores em implementar a referida Lei.

No então, as barreiras vêm sendo quebradas lentamente, já se percebe, como foi apresentado ao longo da pesquisa, iniciativas individuais e de algumas instituições ligadas ou não ao movimento negro em busca de reconhecimento e direitos do negro, principalmente na educação.

Um dos objetivos nessa pesquisa era pensar de que forma o ensino de História poderia contribuir para que as barreiras do racismo fossem quebradas, que a exclusão educacional de negros fosse superada. Acreditamos que para surtir melhorias no ensino e combater o racismo, o Ensino de História tem papel fundamental nesse processo a partir do momento que possibilita seus alunos conhecer a história de seus antepassados africanos e afro-brasileiros, mostrando sua cultura, suas lutas, seus heróis, suas crenças, suas conquistas para que os alunos negros tenham orgulho das suas raízes e os não negros valorizem e respeitem e se percebam também como herdeiros dessa cultura.

Percebendo a necessidade de despertar debates sobre a questão racial e implementar a Lei 10.639/2003 na Escola Professor José Barroso Tostes foi desenvolvido o projeto “Conhecendo e valorizando a História e cultura africana e afro-brasileira: caminhos para combater o racismo”, projeto este que possibilitou demonstrar que é possível trabalhar a questão étnico-racial, especificamente a cultura africana e afro-brasileira nas escolas de forma interdisciplinar, unindo teoria e prática através das aulas oficina, ajudando os alunos a conectarem saberes em torno de uma problemática, dando visibilidade ao negro sem utilizar estereótipo, ao contrário buscando desconstruir aqueles que estão arraigados em meio a sociedade.

Portanto, esta pesquisa foi relevante na medida em que buscou despertar debates a cerca de como o racismo se apresenta nas escolas, através dos materiais didáticos e das posturas dos profissionais da educação, e demonstrou as possibilidades de combatê-lo com ações, projetos, aulas oficinas, que podem ser desenvolvidas, seja por meio de materiais didáticos, por grupos de estudo, por atividades que dão condições de ampliar os conhecimentos dos estudantes e contribuir com mudanças de discursos e posturas presentes na cultura escolar.

Ao longo do desenvolvimento do projeto na E. E. Professor José Barroso Tostes, deu para perceber algumas mudanças em relação à postura dos alunos, como por exemplo a preocupação com as palavras para não utilizarem termos pejorativos, o trato com os colegas

negro para não serem invasivos e preconceituosos. Nas produções textuais como poemas, cartazes, frases e até mesmos nos desenhos percebia-se a preocupação em combater atitudes e imagens que descaracterizavam o negro e buscavam repassar mensagens de respeito as diferença, de combate ao racismo e de valorização da cultura negra. O envolvimento dos alunos no projeto foi intenso, tanto nas oficinas como nas demais atividades, prova disso que após a culminância do projeto solicitaram a direção desse estabelecimento de ensino que os materiais expostos fossem deixados na escola por mais alguns dias para que todos tivessem mais tempo de conhecerem a cultura africana e afro-brasileira e refletissem a respeito da problemática do racismo. Além disso, o que mais chamou atenção foi o fato dos alunos negros se sentirem a vontade em expressar a sua africanidade, passou-se a ver no cotidiano escolar alunas e alunos utilizando os acessórios e os turbantes produzidos por eles.

Em relação aos funcionários e professores percebeu-se um cuidado maior em relação a sua fala, na escolha de materiais didáticos, cuidado em relação às dinâmicas utilizadas em sala de aula, cuidado na produção dos murais para não serem preconceituosos e sim inclusivos.

Entretanto, ainda se percebe a indiferença entre alguns alunos e funcionários da escola, como se essa questão não fosse importante e que não precisa ser discutida e trabalhada. Mas, sabemos que as mudanças de posturas e visões são lentas e a luta é árdua, o importante é que o primeiro passo foi dado e que a maioria dos funcionários e alunos perceberam a problemática na escola e a necessidade de trabalhá-la, abraçaram a causa e continuam dispostos a trabalhar essa questão em sala de aula.

Portanto, o ensino de História, juntamente com os profissionais da educação, tem papel fundamental na luta por espaço e reconhecimento dos grupos desfavorecidos, em particular dos negros, os agentes educacionais podem ser grandes aliados em prol da visibilidade da história desse povo, na desconstrução de estereótipos, na construção de uma cultura de paz e respeito às diferenças, na qual as pessoas não tenham medo de assumir sua ancestralidade e, aliados no desejo que todos os professores e alunos possam reconhecer o Brasil como país multicultural e lute por uma educação democrática e intercultural.

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia. **Currículo de História e políticas públicas**: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org). O saber Histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Formação da Ama e do caráter nacional**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.18, nº 36, 1998.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente**. São Paulo: Ática, 2016.

AFREKA. **Bonecas abayomi**. Disponível em: www.afreaka.com.br > projeto

BALDISSERA, José Alberto. **Imagem e construção do conhecimento histórico**. In: BARROSO, Verá Lúcia (et al). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina**: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BHABHA, Homi k. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, Circe (org). O saber Histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **História da educação dos Negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2003.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 26 de maio de 2019.

_____. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/SEPPPIR, 2009.

BRODBECK, **Marta de Souza Lima**. Vivenciando a História: metodologia do ensino da História. Curitiba: Base Editorial, 2013.

BRUM, Meline de Barros. **Escravidão e Negros em livros didáticos de História**; In: Revista do Corpo discente do PPG – UFRGS, v. 8, n. 18, p. 52-74, Ago. 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. **O livro didático**: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.) O livro didático de história em transição. Passo Fundo: 2002.

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina. **A escrita da História**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. **História e linguagens**. São Paulo: FTD, 2009

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e educação na América Latina**: uma construção plural, original e complexa. Ver. Diálogo educ. Curitiba, v.10, n.29, p.151-169, jan./abr. 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos**: uma proposta de trabalho. Rio de Janeiro: 7 letras, 1999.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Ser professor hoje**: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. Ver. Educação(porto Alegre), v. 37, n.1, p.33-41, jan/abr. 2014

CAVALLEIRO, Eliane (orgs.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001

_____. **Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo**. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Do silêncio do lar ao Silêncio escolar**: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: contexto, 2000.

CARVALHO, Andréa Aparecida. **As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História**. Florianópolis. Dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLARO, Regina. **Olhar a África**: fontes visuais para a sala de aula. São Paulo: Edra Educação, 2012

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGUÉL Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Brasília: Revista Sociedade e Estado – Volume 31 número 1 janeiro/abril 2016.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. São Paulo: Papirus, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FOSTER, Eugenia da Luz Silva; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Contribuições da narrativa ficcional na superação do racismo e na implementação da lei 10.639/2003 nos currículos**. Boitató, Londrina, n.20, jul-dez 2015, p.33-346.

FOSTER, Eugenia da Luz Silva. **Questão racial na escola: reflexões em torno de processos sutis de reprodução e de superação do racismo em memórias, imagens e narrativas**. Revista Aleph, ano VI, n.18, dez. 2012, p.89-106.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Grupo Gen, Forense Universitária, 2012.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006, p.9-25.

GOMES, Nilma Lino. **Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GELEDES. **Racismo institucional**. Disponível em <https://www.geledes.org.br>

GONÇALVES, Luiz Alberto oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GORZONI, Priscila. **Conheça e saiba os significados das máscaras africanas**. blog geledes, 16 jul 2014.

GUIMARÃES, Selva (orgs). **Ensinar e aprender história**: formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea, 2009.

_____. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LEAL, Flavia. **A importância das máscaras africanas na espiritualidade**, arte e política. Blog Africanidade. Grupo de Pesquisas em Ciências Sociais Africanas da USP, 22 nov 2013.

LITZ, Valesca Giordano. **O uso de imagens no ensino de História**. Universidade Federal do Paraná, 2009.

LUDKW, Menga e ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, Janailson Macedo; SOUZA, Maria Lindaci Gomes. **Iconografia e livro didático de história**: um outro olhar acerca das Representações imagéticas sobre as populações negras. Disponível em:<<https://ecitydoc.com>>

MOTA, Myriam Becho. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 2005.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de Doutorado História e Filosofia da educação. PUC – SP, 1997

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>

_____. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **O anti-racismo no Brasil**. In: estratégias e políticas de combate racial. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. *Revista movimento*, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32511>

_____. **O que é africanidade**. in: Vozes da África. São Paulo: Editora Duetto, edição especial n.6, 2007.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**: da Colônia à República. São Paulo: Editora Saraiva, 1982.

NADAI, Elza. **O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”**. In: PINSK, JAIME(ORG.). **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O ensino de história no Brasil:** trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.13, n. 25/26, set. 92/ ago. 93. p.143-162.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras:** a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

ORIÁ, Ricardo. **O negro na historiografia didática:** imagens, identidades e representações. XVIII Simpósio Nacional de História. Recife, junho 1995.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagem.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PEREIRA, Amilca Araujo. **A lei 10.639 e o movimento negro:** aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na História do Brasil”. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2010.

PEREIRA, Júnia Sales. **Ensino de História e cultura afro-brasileira:** desafios da formação docente. Labepeh/Fae.UFMG, 2006.

PINTO, Júlio Pimentel; TURAZZI, Maria Inez. **Ensino de História: diálogo com a literatura fotografia.**São Paulo: Moderna, 2012

Projeto a Cor da Cultura. **Saberes e fazeres,** v.3 : modos de interagir / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2006.

_____. **Memória das palavras.** coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialismo do Poder,** Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Conselho latino Americano de Ciências Sociais. Buenos Aires, 2005.

REZNIK, Luís. **Tecendo o amanhã:** História do Brasil no ensino secundário- programas e livros didáticos 1931 a 1945. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 1992.

RODRIGUES, Joyce Maria. **A relação do corpo para a construção da identidade.** In: FELINTO, Ricardo. **Culturas Africanas e afro-brasileiras em sala de aula.** Belo Horizonte: Fino traço, 2012. p. 61-66.

ROIZ, Diogo da Silva; Jonas Rafael, SANTOS; TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O uso de imagens para o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira e a questão do racismo no Brasil.** Revista de Educação: Educere e Educare. Vol.5, nº 9, jan/jun 2010, p. 209-230.

ROSEMBERG, Fúlvia Et al. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate:** uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., Jun 2003, vol.29, no.1, p.125-146. ISSN 1517-9702

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história:** os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001, p.53-93.

SANT'ANNA, Antônio Olímpo. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: BRASIL. Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Sales Augusto. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ (SEED). **Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá**. SEED, Macapá, 2009.

_____. **Projeto Político Pedagógico (PPP)** – Escola Professor José Barroso Tostes, 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano de sala de aula**. In: BITTENCOURT, Circe (org). O saber Histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais**. In: Revista Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro. V. 04.02, 2014. p.391-431.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representações**. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.37 - 88.

SILVA, Ana Célia. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. **A discriminação do negro no livro didático**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Edilene Oliveira. **Relações entre imagens e textos no ensino de História**. In: Revista de História. n.22, 2010. p.173-188.

SILVA, Maria aparecida. **A formação de educadores e educadoras para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial**. In CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. **Linguagens escolares e reprodução do preconceito**. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2014.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. **Os Paradidáticos no ensino de História**: as ideias e as experiências em sala de aula de professores de História da educação Básica em Londrina.. Dissertação de mestrado em História social. Universidade Estadual de Londrina - Londrina, 2016.

VAZ, Valéria (org.). **Ser protagonista**: História. São Paulo: Edições SM, 2013.

XAVIER, Benjamim. **O Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileiro**. In: FONSECA, Selva Guimarães (orgs). Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea, 2009.

ZAMBONI, Ernesta. **Que História é essa?** Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de História. Tese de doutorado em Educação – Universidade Estadual de campinas, Campinas, 1991.

APÊNDICE 01

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CONTEÚDOS PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA (Unidade de Orientação Curricular e Supervisão Escolar)

ENSINO MÉDIO REGULAR E MODULAR

1ª ANO ENSINO MÉDIO

EIXO ESTRUTURANTE: Surgimento do Estado e a Organização de uma Sociedade de Classes

I - UNIDADE: O Surgimento do Estado e a Organização de uma Sociedade de Classes

.Africana: África como berço da humanidade

.Européia

.Asiática

Americana

1.4.1. Arqueologia Brasileira

1.4.2. Arqueologia do Amapá

II - UNIDADE: África Antiga

2.1 A paisagem e o homem africano.

2.2 Primeiras comunidades africanas.

2.3 Sociedades com formação de Estado.

2.3.1 Egito

2.3.2 Nok

2.3.3 Gana

2.3.4 Congo (Protobantos)

2.3.5 Núbia (reinos)

2.3.6 Etiópia

2.3.7 Mali

Zimbabué

III - UNIDADE: Grécia Antiga

3.1 A desagregação da ordem gentílica

3.2 A formação da Cidade-Estado grega: A pólis

3.3 Atenas

3.4 Esparta

3.5. Cultura grega

IV - UNIDADE: Roma

4.1. A monarquia

4.2 República Romana

4.3 Imperialismo Romano

4.4 Cultura e Religiosidade

4.5 Crise e decadência do Império Romano

O Império Bizantino

V- UNIDADE: Os tempos medievais

A transição do escravismo para o feudalismo

A religiosidade medieval

O domínio da igreja

As cruzadas

Ocultismo: os cultos religiosos não católicos

O feudalismo: a base da estrutura política medieval

A vida cotidiana medievalista

A cultura medieval

VI - UNIDADE: A transição do Feudalismo para o Capitalismo.

A crise do Sistema Feudal

Formação das Monarquias Nacionais

O advento da “modernidade”

O Comércio

A cidade

A cultura

O crescimento populacional

A formação e ascensão da burguesia

A contestação do poder da Igreja

As reformas religiosas

2ª ANO ENSINO MÉDIO

EIXO ESTRUTURANTE: Colonialismo e Capitalismo

I - UNIDADE: O Capitalismo Mercantil

2.1. O mercantilismo

2.2. A expansão marítima

2.2.1. A conquista na África

2.2.2. A conquista da América

2.2. O colonialismo

II - UNIDADE: A expansão colonizadora na América

As culturas indígenas americanas

A colonização da América espanhola

A Colonização Inglesa

III - UNIDADE: A expansão colonizadora no Brasil

3.1. Os nativos do Brasil

3.1.1. O choque entre culturas

3.2. As primeiras expedições

3.2.1. A viagem de Pinzon e a descoberta da foz do Amazonas (Mar Dulce) do Brasil

3.4. Ocupação territorial portuguesa: Povoados, Vilas e Cidades

3.4.1. A ocupação da Amazônia

3.4.2. A ocupação do Amapá

3.5. Ocupação territorial: francesa e holandesa

IV - UNIDADE: Política e Economia do Brasil Colônia

4.1. A administração portuguesa

4.1.1. A administração portuguesa na Amazônia e no Amapá

4.2. As atividades econômicas

4.3. A escravidão indígena

4.3.1. A utilização da mão de obra indígena no Amapá

4.4. A escravidão africana

4.4.1. O tráfico negreiro e formação dos Quilombos no Amapá

V - UNIDADE: Sociedade e Cultura do Brasil Colônia

5.1. As relações Sociais

5.2. Religiosidade

5.3. Cultura colonial

VI - UNIDADE: A consolidação do capitalismo

6.1. A Revolução Inglesa

6.2. A desestruturação do Absolutismo nos países da Europa

6.3. O Iluminismo

6.4- A Era das Revoluções

6.4.1. A Revolução Industrial

6.4.2. Revolução Francesa

VII - UNIDADE: A Desintegração do Sistema Colonial na América

A Independência dos Estados Unidos

A Independência da América Espanhola

A Independência da América Portuguesa

As revoltas anticoloniais

A transferência da administração política portuguesa para o Brasil

As transformações sócio-culturais

A Proclamação da Independência Brasileira

VIII - UNIDADE: O Brasil Império

8.1. Primeiro Reinado

8.2. Período regencial

8.2.1. As revoltas regências

8.3. Segundo Reinado

8.3.1. A economia cafeeira: “O Brasil era o café e café era o negro”

8.3.2. As transformações sócio-culturais

IX - UNIDADE: A decadência do Império no Brasil

9.1. A Campanha Abolicionista e Abolição da escravidão: seus reflexos no Amapá

9.2. As conseqüências da Abolição da Escravatura para os Negros

9.3. A substituição da mão-de-obra africana pela européia

3ª ANO ENSINO MÉDIO

EIXO ESTRUTURANTE: Modernidade, Regionalismo, Nacionalismo e Totalitarismo

I - UNIDADE: O Estado Brasileiro sob a República

Os ideários da república

A Proclamação da República

Os primeiros tempos da República: os militares no poder.

A Construção das Fronteiras: “Clevelândia”

Reforma Sanitária e Urbanização

A Belle Époque

Os Movimentos Sociais Urbanos e Rurais

Messianismo

O Cangaço

O Anarquismo

A Vacina e a Chibata

A economia da Borracha

II - UNIDADE: Imperialismo e as disputas capitalistas

Neocolonialismo

A unificação tardia da Itália e da Alemanha

A Partilha da África e da Ásia

Primeira Guerra Mundial

A Revolução Russa

A Crise de 29

A ascensão dos Regimes Totalitários

Segunda Guerra Mundial

III - UNIDADE: A Era Vargas

3.1. A decadência da república do café com leite

3.2. O movimento de 1930

3.3. Vargas no poder

3.4. O Estado Novo

3.4. A Política Trabalhista

3.6. O Nacionalismo e a Industrialização

3.7. A Propaganda Política

3.8. Os Movimentos Populares:

3.8.1. O Movimento Operário: “A influência da Revolução Socialista”

3.8.2. O Movimento Educacional

3.8.3.. Frente Negra Brasileira

3.9. Redivisão Territorial: A Criação dos Territórios Federais

3.9.1. O Território Federal do Amapá e Política Janarista

IV -UNIDADE: O mundo do pós-guerra

4.1. Um mundo bipolar: Capitalismo e Socialismo

4.2. A descolonização da África e seus reflexos na atualidade

4.3. A redemocratização do Brasil: os governos democráticos

4.3.1. A constituinte de 1946: conquista sociais

4.3.2. A Política de Desenvolvimento Econômico para a Amazônia

4.3.2.1. O Projeto ICOMI

V - UNIDADE: O Fim das liberdades democráticas

5.1. Os Governos Ditatoriais na América Latina

5.2. A Ditadura Militar no Brasil

5.2.1. A Ditadura Militar no Amapá

5.3. Os Movimentos Revolucionários

5.3.1. Na América Latina

5.3.2. No Brasil

VI - UNIDADE: A Nova Ordem Mundial

6.1.. O fim da União Soviética

6.2. A Queda do Muro de Berlim

6.3. O fim da Ditadura no Brasil e Redemocratização

6.4. A Globalização e o Neoliberalismo

6.4.1. Os efeitos ambientais

VII- UNIDADE: Conflitos Internacionais na Atualidade

7.1. Ásia, Afeganistão, Palestina

7.2. Atentado de 11 de setembro

7.3. As guerras contra o Iraque

7.4. África: Terras, sociedades e conflitos

7.4.1. A população africana atual

7.4.2. Pobreza no centro e desenvolvimento nos pólos (as duas Áfricas)

7.4.3. A herança colonial

7.4.4. A África ressignificada.

7.5. Os Direitos Humanos: etnias, gênero, deficiente e cidadania

APÊNDICE 02

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL PROF. JOSÉ BARROSO TOSTES

CONHECENDO E VALORIZANDO A CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA:
“CAMINHOS PARA COMBATER O RACISMO”

DIREÇÃO: Elane Lopes

SECRETARIA ADMINISTRATIVA: Celiana Costa

COORDENADORA: RITA ADRIANA PALHETA MENDONÇA (História)

COLABORADORES:

Adriano Tiago - História

Adriano Sabadine – História

Ana Paula - Matemática

Benedito – Sociologia

Carliendell - Geografia

Dilma – Língua Portuguesa

Elielson – Música (Banda)

Edileuza - Artes

Erico Santos - Língua Portuguesa

Felipe – Geografia

Iamili - Inglês

Quésia – Artes

Suelem - Sociologia

Verusca – Filosofia

AnA Cecília – Educação Física

COMPONENTES CURRICULARES:

HISTÓRIA

ARTES

MÚSICA

GEOGRAFIA

SOCIOLOGIA

FILOSOFIA

INGLÊS

MATEMÁTICA

EDUCAÇÃO FÍSICA

PÚBLICO ALVO: 1º, 2º e 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

SANTANA – AP

2019

1. JUSTIFICATIVA

O presente projeto denominado “conhecendo e valorizando a cultura afro brasileira: *caminhos para combater o racismo*” partiu de uma problemática do tempo presente, o racismo na escola. A necessidade de trabalhar esta temática surgiu de um caso de discriminação ocorrido nesta escola em 2017(Escola Professor José Barroso Tostes), além de que constantemente ouvimos relatos de discriminação racial em diferentes instituições de ensino, sendo que na maioria das vezes, as escolas camuflam essa prática, não percebendo que estão contribuindo com a baixa-estima dos alunos que são vítimas e continuam reproduzindo estigmas historicamente impostos a essas pessoas.

Soma-se a essa triste realidade, a pouca discussão do tema nos materiais didáticos utilizados pelos alunos, principalmente nos livros didáticos. Nesses materiais, o que se percebe é que tal temática vem sendo reproduzida de forma descontextualizada contribuindo na construção de uma imagem estereotipada e preconceituosa sobre o negro, endossando os estigmas construídos sobre os mesmos.

Partiu-se da premissa de que as representações e imagens socializadas nesses materiais podem influenciar para os casos de racismo entre os alunos. Além deste caso acima citado, outros casos de racismo e discriminação também já foram relatados por diversos alunos, mas que foram tomados como “brincadeiras”, o que nos permite inferir que o espaço escolar pouco discute e combate tal questão.

Nas últimas décadas, visando à superação das práticas escolares discriminatórias e excludentes contra negros e objetivando uma educação antirracista que combata as práticas discriminatórias, surgiram teóricos e abordagens que discutem o racismo na escola, entre os múltiplos discursos se destaca o papel que a escola tem desempenhado na reprodução do racismo e qual o papel que ela devia desempenhar para combatê-lo.

O antropólogo Kambengele Munanga acredita que a reversão desse quadro de preconceito, introjetado pela cultura racista, esta na educação, e somente ela possibilitará aos jovens e adultos questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos fruto de uma educação eurocêntrica, onde a história da população negra é contada nos livros e materiais didáticos a partir do ponto de vista do outro. Estrutura também herdada do mito da democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial, conseqüentemente, não tem barreiras sociais em relação a nossa diversidade cultural. O autor acredita que para quebrar essas barreiras é necessário que a educação descubra técnicas e linguagens que supere essas visões e representações estereotipadas do negro.

Assim sendo, este projeto se faz necessário haja vista que a escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro também são difundidas.

Este projeto se propõe contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial, e de promover uma educação intercultural e antirracista, ou seja, desconstruir as imagens que

desumanizam e desqualificam esse grupo de pessoas, entretanto, para a desconstrução dessas imagens negativas é importante conhecer a história e cultura africana e afro brasileira para poder respeitar e valorizar esse povo. Portanto, é de fundamental importância por em prática a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da História da cultura africana e afro-brasileira, com o objetivo de uma educação antirracista que supere as práticas discriminatórias e excludentes contra negros no espaço escolar.

Também este projeto se propõe trabalhar de forma interdisciplinar no sentido de possibilitar aos alunos perceberem as representações do negro em diferentes conteúdos nas diferentes disciplinas. Segundo Brodbeck(2013), todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, assim além de reconhecer as diferenças entre as áreas do conhecimento, o aluno pode localizar os pontos de interesse comuns, para tanto o professor precisa promover espaço de diálogo com outras disciplinas. Assim, respeitando a particularidade de cada disciplina, nos propomos a trabalhar conjuntamente, utilizando os diferentes conceitos, das diferentes áreas buscando substituir a fragmentação pela interação, permitindo que o aluno aprenda a relacionar conceitos e construa novos conhecimentos, com autonomia e criatividade.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Promover uma educação antirracista, desconstruir estereótipos que desumanizam e desqualificam os negros, conhecer e valorizar a História e a cultura africana e afro brasileira, assim como conhecer as mais variadas formas de manifestações e expressão culturais afro amapaense pondo em prática a lei 10639/2003 e incentivar o trabalho interdisciplinar integrando os diferentes componentes curriculares com seus diferentes conceitos.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Promover uma educação antirracista, desconstruir estereótipos sobre o negro que são passados através de apelidos, dizeres e imagens no âmbito escolar.
- Conhecer a História da África e dos afrodescendentes no Brasil e as comunidades quilombolas existentes no Amapá.
- Pesquisar a importância, da cultura africana para a formação da identidade do povo brasileiro em especial do amapaense.

- Identificar e valorizar as várias formas de manifestações e expressões culturais afro-brasileira e amapaense.
- Refletir sobre o racismo no Brasil e “Quebrar” as barreiras do preconceito racial através da valorização da cultura afro brasileira.
- Desenvolver nos alunos atitudes como respeito às diferenças, tolerância, diálogo, convivência social e ética.
- Possibilitar ao aluno reconhecer as diferenças entre as áreas do conhecimento e também localizar os pontos de interesse comuns, permitindo aos alunos conciliarem diferentes conceitos, das diferentes áreas para construir novos conhecimentos, com autonomia e criatividade.

3. METODOLOGIA

Este projeto será desenvolvido em sala de aula ao longo do primeiro e parte do segundo semestre, culminará no III bimestre no qual será apresentado o resultado do trabalho realizado, ao longo desse período, através da apresentação e exposição do material produzido pelos alunos nas diversas atividades e componentes curriculares, como veremos a seguir:

Pesquisa bibliográfica sobre a história da África, dos afro brasileiros e afro amapaense e a sua influência na formação cultural do povo brasileiro e amapaense. (História, sociologia, artes, Língua portuguesa)

Análise e reprodução de mapas localizando as diferentes nações africanas na época da colonização e construção de mapas temáticos (geografia)

Leitura e análise de textos sobre a questão racial no Brasil (História)

Estudo das formas de manifestações culturais afro brasileira e amapaense. (História, sociologia, artes, Língua portuguesa e música)

Música e instrumentos afro brasileiro, afro amapaense e afro americano - serão trabalhadas as letras nas salas de aula e cantadas no pátio pela banda BT. (Língua portuguesa, Inglês e música)

Danças- os alunos irão fazer coreografia de músicas de origem africana e de contestação ao racismo. (História, Educação física, Inglês e artes)

Comidas: produção de painel, degustação e livro de receita ilustrada de comidas de origem africana com as devidas regiões onde são mais consumidas. (História)

Palavras: produção de painel e dicionários ilustrados de palavras de origem africana. (História e Língua portuguesa)

Produção de Paródias – serão produzidas a partir dos estudos realizados em sala de aula da cultura afro brasileira e amapaense.(História e Língua portuguesa)

Produção de Poesias e ladrões -- serão produzidas a partir dos estudos realizados em sala de aula da cultura afro brasileira e questão racial

Desfile performático e estético africanidades – será realizado a partir do estudo da arte, pintura, adornos afro e da cultura afro amapaense

Releitura de obras de artes - releituras a partir da questão racial, pensar porque o negro é invisibilizado nestas obras.

Teatro: Navio negreiro (Filosofia e sociologia) – refletir a construção do racismo para explorar o trabalho do negro através do escravismo.

Desenhos e mosaicos - retratar a questão racial na sociedade brasileira (História e artes)

Maquetes – como forma de representar o conhecimento adquirido sobre a cultura africana e afro-brasileira

Murais:

Personalidades negras que se destacaram no Brasil, na escola e no mundo

Os grupos africanos que vieram para o Brasil

As organizações de consciência negra no Amapá e no Brasil

Os quilombos

Oficinas :

Turbante – As alunas aprenderam as técnicas de trançagem e o uso do turbante além de outras maneiras de pentear o cabelo crespo. O objetivo desconstruir essa ideia pronta de *que o corpo negro é um corpo feio. (dinâmica da roda de conversa para conversar a questão de raça, gênero e identidade - empoderamento)* – História e Sociologia

Abayomi (bonecas africanas) – os alunos aprenderão a confeccionar bonecas com adornos africanos. Objetivo é de pensar que o racismo é uma construção histórica e podemos desconstruir essa visão a desde a infância. *(dinâmica da roda de conversa para conversar a questão de raça e racismo)* – História

Máscaras – os alunos aprenderão a confeccionar as mascaras africanas no sentido de compreenderem o significado delas para aquela sociedade e sua influencia na arte moderna – História e arte.

Bijuterias - os alunos aprenderão a confeccionar adornos afros. Objetivo é pensar os adornos como símbolo de identidade negra (*dinâmica da roda de conversa para conversar a questão de identidade negra*) – História

Obs: Seguindo a antiga tradição africana do repasse de conhecimento pelos mais velhos através da oralidades, os alunos do 3º ano farão as oficina e depois repassarão para os alunos do 1º e 2º anos.

5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	I BIMESTRE	II BIMESTRE	III BIMESTRE
Oficina de abayomi , mascaras, adornos e Turbante.	X	X	X
Leitura e análise de textos sobre a questão racial no Brasil	X		
Pesquisa bibliográfica - a história da África, dos afro brasileiros e afro amapaense	X		
Estudo das formas de manifestações culturais afro-brasileira e amapaense		X	X
Apresentação de Música e instrumentos afro brasileiro		X	X
Produção de Paródias, poesias e ladrões de marabaixo		X	X
Desfile performático e estético africanidades			X
Releitura de obras de artes			X
Desenhos e mosaicos		X	X
Maquetes		X	
Murais: Da África ao Brasil, personalidades negras, empoderamento feminino, mapas...		X	X
Teatro: Navio negreiro			X
Comidas de origem afro		X	X
Culminância do projeto (31/08)			X

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. História da educação dos Negros e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

_____. Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2003.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. Vivenciando a História: metodologia do ensino da História. Curitiba: Base Editorial, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001

_____. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CARVALHO, Andréa Aparecida. As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FOSTER, Eugenia da Luz Silva. Questão racial na escola: reflexões em torno de processos sutis de reprodução e de superação do racismo em memórias, imagens e narrativas. Revista Aleph, ano VI, n.18, dez. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GUIMARÃES, Selva (org.). Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea, 2009.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

RODRIGUES, Joyce Maria. A relação do corpo para a construção da identidade. In: FELINTO, Ricardo. Culturas Africanas e afro-brasileiras em sala de aula. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. p. 61-66.

_____. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANT'ANNA, Antonio Olímpo. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

APÊNDICE 03

TRABALHANDO COM PARADIDÁTICO:

Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula - Regina Claro

África e Brasil africano - Marina de Mello e Souza

ATIVIDADE

1 . O EGITO AFRICANO (O objetivo desse texto é desconstruir as antigas teorias racistas que embranqueceram os antigos egípcios).

1-Construir conceito(resumo): origem negro-africana dos antigos egípcios ligando com as informações do texto complementar de Cheikh Anta Diop.

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo informações e imagens sobre a autorrepresentação dos egípcios e o objetivo de embranquecer os antigos egípcios.

- Elaboração de texto (pode ser poema, paródia, redação...): qual a autorrepresentação dos egípcios e qual o objetivo de embranquecer os antigos egípcios?

- elabore desenhos (c/ frase) sobre a autorrepresentação dos egípcios.

ATIVIDADE

2. ÁFRICA DE MUITAS SOCIEDADES COM ESTADOS (O objetivo desse texto e desconstruir a idéia da ausência de civilização e desenvolvimento da África no período do tráfico negreiro(XII ao XVI).

1- Construir conceito (resumo): Revisão crítica do conceito de civilização ocidental(europeia) e primitivismo africano a partir da organização das sociedades africanas com Estado.

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo informações e imagens da organização das sociedades africanas com Estado.

- Elaboração de texto (pode ser poema, paródia, redação...): Qual o objetivo dos europeus em desqualificar a África? Como era organização das sociedades africanas com Estado?

- Elabore desenhos (c/ frase) representando a riqueza cultural das cidades Estados africanas.

ATIVIDADE

3. Á AFRICA NAS REPRESENTAÇÕES DA CRISTANDADE MEDIEVAL: A MALDIÇÃO DE CAM (O objetivo desse texto e identificar e problematizar as representações depreciativas da África através da cartografia medieval).

1- Construir conceito(resumo): Revisão crítica acerca do imaginário cristão europeu sobre a África

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo as informações e imagens do imaginário europeu sobre a África de uma forma crítica.

- Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): Quais as conseqüências dessas representações criadas pelos europeus sobre os africanos com formas animalescas e demoníacas?

- Elabore desenhos (c/ frase) de uma forma crítica sobre o imaginário cristão europeu a cerca dos africanos.

ATIVIDADE

4. A INVENÇÃO DA ÁFRICA PELOS NAVEGADORES E VIAJANTES (O objetivo desse texto é identificar as alterações acerca das representações(imagem) sobre a África e os africanos no contexto da expansão marítima européia).

1- Construir conceito(resumo): Autorrepresentações africanas e representações sobre os europeus e as Justificativas européias para os primeiros contatos e apresamentos.

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo as informações e imagens de como os e africanos se viam e como eram vistos pelos europeus.

- Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): como os africanos se viam e como viam os europeus? Quais as Justificativas européias para os primeiros contatos e apresamentos.

-Elabore desenhos (c/ frase) representando como os africanos se viam e viam os europeus; e como os europeus se viam e viam os africanos.

ATIVIDADE

5. COMERCIO NEGREIRO: ESCRAVISMO E ANTROPOFAGIA (O objetivo desse texto é identificar as representações européias sobre a África e os africanos no contexto do estabelecimento do tráfico negreiro e do escravismo nos séculos XVI – XVIII, e a operação desumanizadora característica desse processo).

1- Construir conceito(resumo): Revisão crítica acerca das representações produzidas nos três últimos séculos sobre escravidão, desconstrução da idéia de que africano é escravo.

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz com texto e imagens desconstruindo as representações que se tinha de africano como escravo.
- Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): como os europeus justificavam a escravidão e como se pode desconstruir essa imagem?
- Elabore desenho (c/ frase) acerca da ação violenta dos europeus na África

ATIVIDADE

6. Á AFRICA DOMINADA E PARTILHADA(O objetivo desse texto é identificar as formas depreciativas de representação da África e dos africanos a partir da aplicação dos modelos científicos do século XIX).

- 1- Construir conceito(resumo): Revisão critica dos modelos de beleza e inteligência produzidos pelas mídias contemporânea a acerca dos africanos e afrobrasileiros.
- 2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:
 - elaborar um cartaz com uma propaganda positiva da África e dos afrodescendentes.
 - Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): quais as conseqüências dessas representações passadas pelas propagandas para os negros da atualidade?
 - Elabore desenhos (c/ frase) combatendo o racismo no Brasil e no mundo.

ATIVIDADE

7. ARTE MODERNA E CULTURA AFRICANA (O objetivo desse texto é problematizar as relações entre o movimento modernista europeu e a arte africana).

- 1- Construir conceito(resumo): Revisar criticamente os conceitos de Arte Moderna e Arte Primitiva
- 2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:
 - elaborar um cartaz contendo as informações sobre a arte moderna e a arte primitiva e imagens das mascaras africanas que inspiraram os artistas modernistas.
 - Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): Quais os estereotítipos recorrentes e vinculados à arte africana até os dias de hoje? O que sabiam e pensavam os modernistas sobre as mascaras africanas eles apreenderam seus significados e funções das sociedades de origem?
 - Elabore desenho (c/ frase) inspirado na arte africana (pode escolher uma peça artística africana e fazer uma releitura)

ATIVIDADE

8. **ÁFRICA UNIDA: DIÁSPORA E PAN-AFRICANISMO** (O objetivo desse texto é a construção positiva de identidades africanas e afrodescendentes e a identificação de movimentos africanistas).

1- Construir conceito(resumo): O nacionalismo etíope, pan-africanismo, movimento rastafári

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo as informações e imagens do texto, do nacionalismo etíope, pan-africanismo em especial destacando o papel de Haile Selassié (fundador do movimento rastafári) como príncipe da Paz.

- Elaboração de texto (pode ser poema, paródia, redação...): De que forma no Pan africanismo a Etiópia tornou-se símbolo e modelo para o restante da África?

- Elabore desenhos (c/ frase) mostrando a construção positiva da identidade africana e afrodescendente.

ATIVIDADE

9. **ÁFRICA DO SÉCULO XXI** (O objetivo desse texto é desconstruir a idéia de que a África é igual a conflitos, miséria, fome, epidemias e desorganização e mostrar as faces de algumas realidades encontradas no continente africano).

1- Construir conceito(resumo): De africanidades ; valorização da cultura africana moderna e tradicional; desconstruir a imagem de africanos como primitivos/selvagens e inferiores.

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo as informações de africanidade, valorizando a cultura moderna e tradicional africana destacando as imagens contida no texto ou outras(dando um título para cada imagem).

- Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): africanidades na cultura brasileira e sua valorização.

- Elaborar desenhos(c/ frase) sobre traços de africanidades na cultura brasileira.

ATIVIDADE

10. **Os africanos que povoaram o Brasil e suas contribuições**(O objetivo desse texto é mostrar a origem étnica dos africanos que vieram para o Brasil e suas contribuições na cultura brasileira).

1- Construir conceito(resumo): grupos étnicos vindo para o Brasil; resistência e contribuições culturais

2- Escolha a melhor opção. A partir do conceito construído:

- elaborar um cartaz contendo as informações e imagens dos grupos étnicos vindos para o Brasil, formas de resistência e suas contribuições culturais.
- Elaboração de texto(pode ser poema, paródia, redação...): africanos que povoaram o Brasil, formas de resistências e suas contribuições culturais.
- Elaborar desenhos (c/ frase) sobre contribuições culturais dos africanos na cultura brasileira.